UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Letras Modernas
Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola
e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana

As expressões idiomáticas do português do Brasil e do espanhol da Argentina: recurso complementar para a construção de uma argumentação irônica, implicações e usos

Joyce Villela de Andrade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul

versão corrigida

São Paulo
2011

Ao Senhor, meu Deus, por sua magnanimidade, a quem entreguei a minha vida e que me sustentou nos momentos mais difíceis.

Agradeço

A Adrián Pablo Fanjul, meu orientador, pela oportunidade a mim concedida, pelos seus comentários sempre pertinentes, por suas preciosas sugestões ao longo da construção deste trabalho, por acreditar no meu esforço.

A Maria Onice Payer e Maite Celada pelo incentivo a desenvolver o tema deste trabalho, pela leitura atenta, pelas críticas e sugestões valiosas na qualificação da tese.

A José Roberto Lourenço pela ajuda com a língua inglesa.

A Glória Paschoal de Camargo pela amizade e pela interlocução que mantivemos durante a construção deste trabalho.

A Maria Cecília Salles Freire César pelas revisões do texto.

Aos meus companheiros de mestrado com os quais convivi e com quem tive momentos muito produtivos.

Aos meus alunos que me inspiraram.

Aos meus pais que me deram todos os exemplos de persistência e dedicação.

Ao meu marido Duarte e ao meu filho Claudio pela paciência e compreensão.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Resumo

As expressões idiomáticas (EIs), com suas características peculiares, são utilizadas com certa frequência como recurso para a construção da argumentação irônica em textos opinativos. Este trabalho pretendeu analisar, com base nos estudos discursivos, as consequências de seu emprego. Nosso primeiro passo foi diferenciá-las de outros conceitos como os provérbios, ditos populares, frases feitas. Consideramos três como as principais características identificadoras de uma EI: combinabilidade de no mínimo duas palavras, idiomaticidade e inserção dentro de uma memória da língua e discursiva. Num segundo momento investigamos as características presentes nos textos opinativos de jornais, como a *Folha de São Paulo* e o *Clarín* de Buenos Aires, para que se pudesse justificar a presença das EIs. Tal investigação nos levou a associar a sua presença ao surgimento da ironia. Características como a mudança de registro, a necessidade de inscrever-se dentro de uma memória discursiva que possa ser compartilhada entre enunciador e enunciatário são as mais evidentes. As EIs, ao serem incorporadas a um discurso, podem sofrer algumas modificações que as relacionam à enunciação, como por exemplo, inserções de palavras ou substituições de outras. São reformulações que se apresentam a fim de melhor contribuírem para a construção de uma argumentação irônica que exigem do enunciador e enunciatário uma capacidade discursiva essencial para que possam atingir sua plenitude semântica. A observação das EIs, nos levou, também, a questionar o modo peculiar como a sua reformulação se apresenta. Concluímos que elas estão muito além de "lugares comuns"; podem, com seu jogo entre transparente/idiomático, coloquial/institucional, exercer um papel significativo para que se possa instaurar a ironia, revelando-se como importantes elementos participantes da memória de uma língua.

Palavras chave: expressões idiomáticas, textos opinativos, ironia, memória discursiva, língua espanhola.

ABSTRACT

The Idiomatic Expressions (IE) with their peculiar characteristics, are used quite frequently as a resource for the construction of ironic argumentation in opinionated texts. This research aimed to analyse, based on discursive studies, the consequences of their use. Our first step was to differentiate them from other concepts like proverbs, sayings, ready-made expressions . We considered three of them as the main identifiers of an Idiomatic Expression: combinability of at least two words, idiomaticity and insertion in the memory of the language and in the discursive memory . Our second step was to investigate the characteristics present in opinionated texts in newspapers such as a *Folha de São Paulo* and a Buenos Aires newspaper, *Clarín*, so that the presence of IE could be justified. Such investigation led us to associate their presence with the appearance of irony. Characteristics such as the change of register , the necessity of inscribing itself in a discursive memory that could be shared between the enunciator and enunciatee are the most evident. When IE are incorporated into a discourse, they can undergo some modifications that relate them to the enunciation, like for example, the insertion of words or substitution of others. These are reformulations thar arise in order to make a major contribution to the construction of a an ironic argumentation that demand of the enunciator and the enunciatee essencial discursive skills so that they can reach their semantic fullness. The observation of IEs also led us to question the peculiar way how their reformulation arises We conclude they are far beyond common places, they can, with their game between transparent/idiomatic, colloquial/institutional, exert a significant role so that irony can be established, constituing themselves as important integrated elements in the memory of a language.

Key words: idiomatic expressions, opinionated texts, irony, discursive memory, spanish language

Sumário

INTRODUÇÃO **07**

PRIMEIRO CAPÍTULO

Sobre as denominadas expressões idiomáticas **11**

A construção de um esquema de identificação **11**

Funcionamento do dispositivo conceitual **25**

SEGUNDO CAPÍTULO

Características do gênero jornalístico opinativo **31**

O gênero jornalístico opinativo **32**

O editorial **39**

O comentário **42**

O artigo **44**

A coluna **45**

A tipologia textual **46**

TERCEIRO CAPÍTULO

Sobre a ironia e as expressões idiomáticas **51**

QUARTO CAPÍTULO

As expressões idiomáticas sob uma perspectiva discursiva **63**

As memórias: da língua e discursiva **64**

Os processos de reformulação e paráfrase **68**

QUINTO CAPÍTULO

Integrando a reflexão em torno de alguns casos no discurso jornalístico **74**

CONCLUSÃO **92**

BIBLIOGRAFIA **96**

ANEXOS **101**

Introdução

A decisão de trabalhar com as expressões idiomáticas partiu de minhas observações feitas a partir das constantes indagações e inquietações de meus alunos aprendizes de espanhol. Essas inquietações surgiam quando queriam reproduzir as expressões idiomáticas do português para o espanhol e o fato de muitas vezes não poderem ser substituídas por outra, em espanhol, lhes causava certa decepção e inconformidade. Já quando se deparavam com as expressões do espanhol, conseguir entendê-las lhes provocava um fascínio, parece que, ao compreendê-las, eles se sentiam mais perto da perspectiva de 'pensamento/visão de mundo' da língua espanhola. O fato é que a intraduzibilidade dessas expressões sempre foi motivo de interesse e desafio para aprendizes, tradutores, professores, enfim, de pessoas que trabalham com mais de uma língua. Essa foi a grande motivação deste trabalho

As línguas possuem uma representação simbólica própria, regularidades discursivas que lhes são características. Nesse sentido a expressão idiomática (doravante EI) faz parte, de modo particular, do que Payer (2006) conceitua como 'memória da língua' e assim pertence à 'memória discursiva' de uma determinada comunidade, já comentando o conceito dos estudos discursivos preconizados por Pêcheux. Os falantes de determinada língua adquirem essas 'memórias' através da tradição oral e escrita, com uma certa "convencionalidade" herdada.

O emprego das EIs desperta o interesse não só nos estrangeiros, como nos próprios falantes nativos da língua. Coseriu (1921) afirma que o signo linguístico, que é arbitrário por natureza, se torna duplamente arbitrário para um falante estrangeiro[1], fato que, acredito, se intensifica quando ele se depara com as EIs. Seu uso implica certo conhecimento da memória da língua e da discursiva. É preciso estar nelas inserido para identificar as regularidades discursivas da camada da sociedade em que se pretende comunicar. As EIs

[1] Afirmação feita em COSERIU, E. *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral* Rio de Janeiro: Presença, 1921.

podem também estimular conhecimentos culturais e históricos que as transpassam.

Esse estranhamento e a dificuldade com que se deparam alguns dos falantes nativos e muitos dos estrangeiros diante de uma EI também me instigaram a examiná-las mais detidamente. A indiscutível semelhança entre o espanhol e o português nos faz pensar nas consequências, como certos ruídos e mal entendidos, encontrados na comunicação entre os falantes do espanhol e do português brasileiro, o que me lembra do título da tese de doutoramento da professora Maria Teresa Celada: *Espanhol para brasileiros: uma língua singularmente estrangeira.*

Entender como funcionam as EI dentro de um discurso, nos ajudaria a entender como elas se manifestam semanticamente em relação ao contexto em que foram inseridas e que efeitos de sentido lhes são atribuídos.

Decidida a trabalhar com esse material linguístico tão fascinante, minha primeira dificuldade foi a de estabelecer, adotar alguma definição do que é uma EI. Quando abordava o assunto, me apareciam exemplos, desde as expressões propriamente ditas até provérbios e frases feitas. Devido a essa ambiguidade que envolvia a definição de "expressão idiomática", coloquei no primeiro capítulo deste trabalho uma revisão de algumas das definições que havia a fim de adotar um esquema de identificação que proponho a partir dessas teorias, que são a Fraseologia, a Lexicologia e estudos discursivos. Neste capítulo se delimita assim o que pretendemos estudar sob a denominação de "expressões idiomáticas", bem como se apresentam algumas características que outros pesquisadores têm considerado básicas para o seu reconhecimento: combinabilidade de no mínimo duas palavras, convencionalidade e idiomaticidade, que posteriormente serão questionadas, tendo em vista conceitos oriundos dos estudos discursivos como o da reformulação.

Tendo delimitado que tipo de unidades seriam consideradas na pesquisa, o próximo passo então foi o de encontrar um material linguístico que pudesse servir de fonte para o corpus deste trabalho. Depois de uma extensa investigação através da internet por textos que contivessem o tipo de expressão que nos

propusemos a pesquisar, percebemos que os textos opinativos eram propícios ao uso delas. Como recorte de meu corpus, decidi usar somente os textos opinativos jornalísticos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Clarín* editado em Buenos Aires. Esses textos foram extraídos entre os meses de setembro e outubro de 2009. O segundo capítulo, cujo título é "Características do gênero jornalístico opinativo", apresenta as características discursivas do gênero que foi a fonte do levantamento das expressões analisadas. Nesse capítulo é possível perceber como a particular heterogeneidade enunciativa desse gênero pode ser um contexto favorável ao surgimento da argumentação irônica.

A ironia foi constatada durante o levantamento do corpus, e pudemos associá-la à presença das expressões que seriam investigadas. O terceiro capítulo tem o título "Sobre a ironia e nossos objetos de reflexão" e trabalha o conceito de ironia a partir de diversas perspectivas: desde as de Sócrates através das investigações de Kierkegaard, que a vê como um movimento dialético de pergunta-resposta, passando pela de Beth Brait que a percebe desde uma visão polifônica, somando- se às de Sperber que a associa ao conceito de eco e menção e a de Orlandi que a define a partir de um processo de construção e destruição de sentidos. Ideias como as de literalidade, "sentido figurado", sentido/significado da palavra e valor examinadas a partir desses estudos. Cada uma dessas perspectivas foi exemplificada através de várias expressões em textos opinativos irônicos, o que foi confirmando nossa hipótese de que estas serviam de recurso para a argumentação irônica dos mesmos.

Seguindo a trajetória deste trabalho, que começou na revisão e tentativa de adoção de uma definição satisfatória para as nossas EIs e que adotou um corpus discursivo, percebemos então que os primeiros conceitos abordados eram deslocados quando as analisávamos dentro dos textos opinativos. Esses deslocamentos nos levam ao quarto capítulo com o título, "As expressões idiomáticas sob uma perspectiva discursiva". Nele pretendemos visualizar o uso das expressões dentro do discurso. Como as expressões ativam a memória discursiva através do pré-construído e do interdiscurso, procuro demonstrar através de exemplos, como elas se relacionam com o texto e também como acabam se transformando num instrumento na construção da argumentação irônica do texto. Questões como a da reformulação e a dicotomia

literalidade/sentido figurado desde uma perspectiva discursiva também são abordadas, questionadas e exemplificadas através de nosso corpus.

O quinto capítulo, “Integrando a reflexão em torno de alguns casos no discurso jornalístico”, tem a função de construir uma conclusão. Através do estudo de alguns textos que contêm expressões idiomáticas, se integrará todo o referencial teórico abordado com o intuito de consolidar os nossos argumentos expostos nos capítulos anteriores. Questões como a da reformulação, a construção de sentidos literais e idiomáticos, a associação das expressões idiomáticas à estrutura irônica intradiscursiva, a sua relação com a memória são nele exploradas. Após este capítulo, apresentamos algumas recapitulações em que consideramos as principais características encontradas no desenvolvimento deste trabalho.

Primeiro Capítulo

Sobre as denominadas expressões idiomáticas

A construção de um esquema de identificação

> "A codificação do universo natural pelo homem não é outra cousa senão a visão particular que dele tem, como indivíduo ou como grupo, de forma que esse universo passa a existir para eles, segundo o modelo com que foi estruturado e não pela sua natureza intrínseca, física e fisiológica.".[2]

A primeira dificuldade com que nos deparamos ao iniciar este trabalho foi a de esclarecer o que se entenderia por expressões idiomáticas, já que há muita heterogeneidade dentro dessa classificação, pois existem definições que partem de perspectivas linguísticas, como as da Lexicologia e a Fraseologia, até as que são mais leigas, ou seja, que não possuem essa perspectiva linguística. Ao incluir este capítulo neste trabalho, nossa preocupação foi a de conseguir um esquema de definição que fosse operacionável para que pudéssemos identificá-las e diferenciá-las de fenômenos próximos, principalmente em se tratando de EIs do espanhol, visto que não sou uma falante nativa dessa língua. A meta é a de que, ao esclarecê-las, as tirássemos do senso comum. Para chegar a construir esse mecanismo, analisamos conceitos em estudos da Lexicologia, da Fraseologia e da Semântica, que servirão de ponto de partida para a identificação das Eis; no entanto, no quarto capítulo confrontaremos esses conceitos com outros dos estudos discursivos que darão continuidade à nossa reflexão.

A frase citada no início deste capítulo nos pareceu muito apropriada para relacioná-la às EIs, já que elas representam de uma maneira muito peculiar essa codificação apresentada. Chafe (1970) "define la actividad lingüística como un procedimiento de simbolización, es decir, conversión de contenidos mentales (conceptos, estructuras semánticas) en estructuras gramaticales y fonéticas." (apud Zuluaga, 1980, p. 82). Coseriu (1921) esclarece que a base da atividade criadora da

[2] BARBOSA, M. A. *Língua e discurso.* São Paulo: Global 1981, p. 21.

linguagem é a metáfora. É através de um processo de metaforização que são formadas muitas das expressões idiomáticas. Roncolatto (2001) postula que a metáfora:

> surge normalmente na evolução do léxico de uma língua sobre a base de umas palavras já existentes para denominar novos objetos, fenômenos, etc., ou para redenominar outros objetos com algum propósito estilístico. (...) Com relação às expressões idiomáticas, o que ocorre é uma dessemantização das palavras que constituem tais expressões. Esse processo consiste em que cada palavra perde sua função nominativa própria e a expressão idiomática em conjunto adquire uma nova função nominativa.[3]

As EIs caracterizam de uma maneira muito especial esse aspecto da linguagem, já que são originadas a partir de experiências comuns que fazem parte de uma comunidade linguística. Essas expressões, que a princípio são somente combinações livres de palavras, passam, através da repetição e de uma memória que é transmitida de geração para geração, a possuir um significado próprio. "la mayoría de los fraseologismos tienen su origen en la esfera de la vida cotidiana. Los actos más simples y usuales constituyen las fuentes más importantes de los fraseologismos. Las combinaciones de palabras que reflejan los actos de esta esfera de la vida sobrepasan sus propios marcos y comienzan a actuar en las esferas política, psicológica, deportiva, del comportamiento, etc."[4]

A origem das EIs normalmente é esquecida pelos falantes da língua, muitas vezes ignorada, mas faz parte da "codificação do universo natural" acima visto. Estando inscritas na memória da língua[5], não é preciso resgatá-las para compreender uma EI. Talvez esta seja uma das razões para que as EIs formem parte de uma espécie de arquivo ao qual cada falante nativo tenha acesso, ainda que inconscientemente.

A principal característica identificadora de uma expressão idiomática é, segundo vários autores, a fixação. Destaco algumas dessas definições de fixação a partir de uma resenha crítica feita por Zuluaga[6].

Conforme Zuluaga, Saussure apresenta o conceito de aglutinação: duas ou mais palavras originalmente autônomas e diferentes se unem formando uma nova unidade

[3]RONCOLATTO, Eliane. *Expressões idiomáticas do português do Brasil e do espanhol da Colômbia: análise, classificação e equivalências.* 2001 Tese (Doutorado), UNESP/Assis.
[4] TRISTÁ, Antonia María *Fraseología y contexto* La Habana: Ciencias Sociales, 1988, p. 93.
[5] Comentaremos mais detalhadamente o conceito de memória da língua no subcapítulo referente a questões da análise do discurso.
[6] ZULUAGA, A. *Introducción al estudio de las expresiones fijas* Frankfurt: Meter D. Lang, 1980, capítulo II.

absoluta. É um processo imposto pelo uso coletivo, fazendo parte de um fato da língua que não depende do indivíduo. Duas unidades se fundem numa só por síntese, como, por exemplo, o caso da palavra francesa 'toujours'. Zuluaga destaca que o conceito de aglutinação saussuriano contribui para explicar os fenômenos da fixação e, em particular, para o surgimento das locuções.

Bally, considerado o fundador da fraseologia, contrasta dois tipos de combinações: as livres e ocasionais das estáveis. As expressões idiomáticas se encontram no segundo grupo. Dentre as combinações fixas, ele destaca também alguns indícios que servem para o reconhecimento e a análise dessas combinações. São os indícios externos e internos.

Indícios externos: Gráfico, várias palavras separadas; inseparabilidade das palavras, inalterabilidade da ordem e insubstituidade dos componentes da combinação fixa[7].
Indícios internos: equivalência a uma palavra simples; ausência semântica dos componentes, o falante não pensa nos componentes separadamente ou não os conhece; presença de arcaísmos; contravenções das regras de sintaxe; elipse e redução fonética, "lei do menor esforço".

As unidades fraseológicas (doravante UF) assumem, desse modo, a seguinte definição: "No son expresiones formadas libremente en el hablar sino repetidas como estructuras prefabricadas, combinaciones "ya hechas" (…), pues tienen estructura de segmentos de habla"[8]. A seguir Zuluaga também detalha a descrição sobre a fixação que retoma do que encontrou de melhor de vários autores. São efeitos que se obtêm das expressões fixas:

A ***conotação da expressão fixa***: orientação à forma da própria UF, sua consciência linguística. Ainda que a UF seja alterada, pode-se associá-la ao que é originalmente. Como exemplo, o autor coloca a frase: "Lo cortés no quita lo Cuauhtémoc" que evoca a "lo cortés no quita lo valiente". Podemos verificar aqui uma estreita semelhança com o que mais adiante comentaremos como 'reformulação'.

[7] Veremos mais adiante que a substituição de alguma das palavras pode servir de recurso para gerar um novo efeito de sentido dentro do discurso, fenômeno que conceituaremos como reformulação.
[8] Id. Ibid. p. 15.

Inalterabilidade dos seus componentes, vale dizer que, aqui, o autor especifica minuciosamente o tipo de inalterabilidade que apresentam as UF como: de ordem ("santo y seña"), de categorias gramaticais (de tempo verbal: "dime con quien andas y te diré quien eres"; de pessoa, de número: "pagar o pato (sing)", de género).

Inaceitabilidade de inserções; ***relativa insubstituidade dos componentes*** (acrescentei aqui a palavra relativa porque o autor mesmo apresenta as diferenças entre variações e variantes de uma mesma UF).

Inseparabilidade, coesão absoluta dos componentes.

Intransformabilidade da UF (faz porém uma ressalva, pois pode haver algumas transformações que ele retoma do conceito de "transformaciones reales" de Coseriu, que não alteram a UF, ex.: "tomar el pelo" = "tomador de pelo").

Fixação é desse modo "propiedad que tienen ciertas expresiones de ser reproducidas en el hablar como combinaciones previamente hechas. (…) suspensión de alguna regla de la combinación de los elementos del discurso"[9]; a fixação é arbitrária, não tem explicações nos valores semânticos nem na sintaxe dos componentes, pois as EIs foram formadas pelo uso repetitivo na comunidade linguística correspondente.

Ressaltamos aqui que esse critério, sob nossa perspectiva, é relativo, apesar do que observamos no aspecto comentado como conotação, pois encontramos em nosso corpus várias expressões que mantêm o seu significado básico, cristalizado, mas que sofreram algum tipo de reformulação que lhes acrescentou, como diria Tristá (1988) e que veremos mais adiante, algum 'sema'. Trataremos dessas reformulações no capítulo sobre questões discursivas. O que aqui se denomina "critério de fixação", à luz da teoria dos estudos discursivos, que abordaremos depois para a análise de nosso corpus, pode ser relacionado com o conceito de interdiscurso, relação que comentaremos no quarto capítulo.

Ortíz Alvarez, em sua tese "*Expressões idiomáticas do português do Brasil e do espanhol de Cuba: estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira*", acrescenta também a visão de Pottier que define lexia como unidades lexicais memorizadas, pertencente a uma categoria (forma do significado) ou

[9] Id. Ibid. p. 99.

classes superiores. Divide as lexias em quatro grupos: lexias simples, lexias compostas, lexias complexas e lexias textuais. É nas duas últimas que podem ser enquadradas as EIs.

Há vários autores que colocam a fixação como principal característica para a identificação de uma EI, mas comentar tais abordagens nos faria desviar muito de nosso objetivo.

Podemos perceber também que cada autor designa o objeto de nosso estudo de uma maneira diferente: podemos encontrar denominações como "unidades fraseológicas", "fraseologismos", "locuções" etc. Veremos a seguir algumas classificações que, acreditamos, acrescentam informações que contribuam para a nossa análise.

Zuluaga apresenta dois tipos de classificação das expressões fixas. No primeiro ele se utiliza além do critério da fixação, mencionado anteriormente, do critério da idiomaticidade. Aclara o conceito de idiomaticidade, postulando que não é unívoco nem claro, ou seja, é uma palavra polissemêmica[10], já que 'idiomático' pode ter duas acepções. A primeira é a de ser próprio, específico de determinado idioma. Cita exemplos concretos, como o fato de existir o gênero neutro em alemão. A idiomaticidade surge assim através da comparação entre as línguas. A segunda acepção de idiomaticidade é a que nos interessa para este trabalho. A partir de Bally (1951), Casares (1992) e Weinreich (1966), Zuluaga resume o conceito de idiomaticidade como "el rasgo semántico propio de ciertas construcciones linguísticas fijas, cuyo sentido no puede establecerse a partir de los significados de sus elementos componentes ni del de su combinación"[11]. Um pouco mais adiante esclarece "en la EI, los componentes, aunque fuera de ella puedan ser identificados como verdaderos signos, 'pierden' su identidad y autonomía semántico funcional, reducen su función a la de componentes distintivos como si se convirtieran en meros signos diacríticos de la unidad idiomática,

[10] Barbosa, M. A. em seu artigo "Relações de significação nas unidades lexicais." In: *Anais do 1º Encontro Nacional do GT de Lexicologia Lexicografia e Terminologia da ANPOLL*, estabelece a distinção entre polissemia e polissememia. Polissêmico corresponde à presença de mais de um semema no interior de um lexema(a palavra). Por semema, ela entende um conjunto de semas, que são os traços ou atributos semânticos. Polissemia é a relação entre uma expressão e vários conteúdos, por exemplo "estrutura do texto" "estrutura do edifício", "estrutura do corpo" em "estrutura" há uma intersecção em comum, portanto é polissemia, já "são" pode significar "verbo na terceira pessoa do plural", "santo" ou sadio, mantendo entre si uma relação de polissememia, pois não há intersecções semânticas.

[11] ZULUAGA, A. *Introducción al estudio de las expresiones fijas* Frankfurt: Meter D. Lang, 1980, p. 122

casi como los fonemas en las unidades léxicas y gramaticales"[12]. Zuluaga faz uma lista de indícios que explicitam a funcionalidade idiomática: o primeiro, já comentado, é o de que o sentido da EI não se estabelece a partir da combinação de seus componentes. O segundo é o de que são cadeias de palavras desmotivadas, ou seja, carecem da chamada motivação secundária própria dos signos compostos e derivados. Saussure (1996) denomina motivação secundária à formação de signos compostos e derivados em que, através do significante, se supõe a sua função. Como exemplo, pensemos nas palavras: "guarda-roupa", "lustra-móveis". Na idiomaticidade, há uma perda desta motivação que é secundária, mas que ajuda a supor o significado dela. O terceiro é retomado de Bally, o de que toda EI é fixa e somente significa algo em bloco. O quarto e último é o de sua estrutura formal e semântica, porque elas não podem ser explicadas por regras operacionais, pois não são construídas a partir de regras produtivas da língua. Acrescenta ainda que a idiomaticidade se dá independentemente de que se possa encontrar uma combinação homófona em sentido literal, e que basta que um só componente da unidade fixa funcione idiomaticamente para que se apresente o fenômeno. Uma EI possui uma dupla arbitrariedade do signo linguístico: além da arbitrariedade entre o signo e o objeto designado (entre o significante e o significado), nega também a relação natural entre os elementos que constituem a EI.

Vejamos então esse critério sob nossa perspectiva; podemos dizer que idiomaticidade em EIs tem relação com o fato de que um determinado grupo de palavras passe a funcionar como uma unidade, adquirindo uma opacidade que contrasta com o efeito de transparência que normalmente a língua instaura. Essa opacidade se constitui porque as palavras que formam uma EI se relacionam de tal maneira que não se consegue deduzir o significado do conjunto a partir da relação de significados de cada palavra; deve se levar em consideração, então, o enunciado em que são utilizadas. Há uma nova relação de palavras que transforma o significado da palavra isolada, significado que foi instaurado através de uma memória discursiva em ambos os casos (o da palavra isolada e o da EI), em um outro que é adquirido a partir da nova relação com as palavras da expressão idiomática. Veremos mais adiante que essa combinação pode sofrer substituições e inclusões de novas palavras sem que se perca o significado da EI no seu conjunto, daí o fato de sua "fixação" ou "estabilidade" ser relativa. Utilizaremos

[12] Id. Ibid. p. 123

conceitos como os de opacidade/transparência, pois nos parece que melhor se adaptam as nossas reflexões.

A meu ver, a principal contribuição de Zuluaga foi a de classificar as expressões cruzando os conceitos de fixação e idiomaticidade. Deste modo teremos:

Expressões não fixas ou livres. Classifica-as só para contrastar com as fixas, ex. "comer e beber".

Expressões fixas - não apresentam idiomaticidade nenhuma. Ex. "dito e feito".

Expressões semi-idiomáticas - expressões cujo significado literal serve de suporte semântico. Ex. "dormir como un tronco" "dormir como uma pedra" "lobo vestido de oveja" etc. A relação entre a combinação de palavras e seu sentido não é completamente arbitrária: "pagar los platos rotos" (= arcar com as consequências).

Expressões idiomáticas - Expressões fixas cujos componentes carecem de identidade e autonomia semântica, são meros signos diacríticos ou figuras, ou seja, são assim denominados por conferirem às palavras utilizadas na expressão um valor que lhe é especial e que não pode ser entendido separadamente, muitas vezes modificando seus significados originais. Nesse grupo encontramos alguns subgrupos.

Expressões mistas - UF com parte fixa, parte idiomática. Ex. "quedarse para vestir santos" (= ficar para a titia) em que "para vestir santos" só adquire o significado de solteira associada ao verbo "quedarse" numa relação única, assim como "piscar" está para "olhos". Notemos, porém, que essa relação não é tão imprescindível, visto que encontramos um filme com o título "Para vestir santos".

Os subgrupos apresentados dentro de expressões idiomáticas estão relacionados à sua estrutura interna:

Com elementos únicos – Um único elemento é considerado idiomático. Ex. "tener sus bemoles" (= ter suas complicações), onde "bemoles" é um elemento incompreensível isoladamente, ele possui um significado na língua espanhola somente dentro desta expressão. Esses elementos únicos podem ser arcaísmos, palavras de outras línguas históricas ou atuais, onomatopéias.

Com anomalias estruturais – essa designação ele adota do linguista Weinreich. Essas anomalias podem ser gramaticais, como, por exemplo, problemas de concordância "a ojos vistas" (= estar na cara), na ordem das palavras "de armas tomar" (= decidido,

atrevido) rompendo com a regra verbo + complemento, na presença de um pronome sem referência "hacer de las suyas" (= aprontar).

Com elementos metalinguísticos ou auto designativos – Ex.: "estar/seguir o mantenerse en sus trece" (= não estar disposta a mudar de opinião, de atitude) em que "trece" se refere à palavra "determinación" que possui treze letras, "más vale un por si acaso que un quien dijera" (nesse caso não incluiria essa expressão por ter um caráter de provérbio, ou seja, ela não precisa de um contexto para possuir uma mensagem completa).

Com estrutura regular – apresentam uma expressão homônima de sentido literal: o funcionamento do sentido literal ou idiomático depende do contexto. Ex. "dar el pasaporte" (= duas acepções idiomáticas: despedir e matar), "hacer la cama" (= agir secretamente com o fim de prejudicar alguém).

O segundo critério de classificação é o funcional, ou seja, as UF são divididas de acordo com o papel que desempenham no discurso. O problema para nossa perspectiva é que o autor tem como objeto de estudo todas as expressões fixas que vão desde as fórmulas ritualizadas socialmente, tais como "obrigado", "bom dia", até as locuções e enunciados fraseológicos, fato que dificulta o estudo das expressões idiomáticas em particular. A seguir mostro o esquema proposto pelo autor para a classificação das expressões fixas:

<table>
<tr><td rowspan="8">Locuciones</td><td rowspan="3">Instrumentos Gramaticales</td><td>Prepositivas</td><td rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>Juntivas</td></tr>
<tr><td>Elativas</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Unidades léxicas</td><td>Nominales</td><td></td></tr>
<tr><td>Adnominales</td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="3">Adverbiales</td><td>Cláusulas</td></tr>
<tr><td>circunstanciales</td></tr>
<tr><td>Adverbios</td></tr>
<tr><td>Sintagmas</td><td>Verbales</td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="4">Enunciados</td><td rowspan="3">Frases</td><td>Clichés</td><td rowspan="4"></td></tr>
<tr><td>Fórmulas</td></tr>
<tr><td>Dichos</td></tr>
<tr><td>Textos</td><td>Refranes</td></tr>
</table>

De qualquer maneira, esse quadro nos mostra claramente que EIs, provérbios, clichês, ditos populares não correspondem ao mesmo grupo. Há inclusive uma grande divisão entre eles, já que as EIs estariam dentro do grupo das locuções e os demais

dentro do item enunciados, pois funcionam já como pequenos textos. Essa outra classificação também contribui para nossa análise quando o autor afirma que as locuções requerem um contexto verbal imediato, pois elas se combinam com outros elementos da frase em que são produzidas. Já os enunciados não requerem contexto, por serem expressões de "sentido completo" na própria fala.

Uma autora que trata do mesmo tema e sob uma perspectiva um pouco diferente é Tristá (1988). Seu principal foco é como identificar e distinguir uma EI dentro de um discurso. Adota para tal três características que estão presentes nas EIs de uma maneira geral. São elas a pluriverbalidade, o "sentido figurado"[13] e a estabilidade. Justifica sua opção por conseguir destacar os fraseologismos, maneira como designa as EIs, das palavras, dos termos compostos e dos analitismos (define analitismo como uma unidade léxica composta de dois ou mais elementos, um dos quais conserva inteiramente seu valor, enquanto que os outros funcionam como auxiliares). Observa que apenas os fraseologismos possuem as três características ao mesmo tempo. O ponto desfavorável desse estudo é que ele engloba, dentro da denominação fraseologismo, tanto as EIs quanto os provérbios e os ditos populares, pois eles têm um fator diferenciador que influi bastante na sua empregabilidade, já que provérbios e ditos populares são considerados enunciados e trazem por si só um sentido completo, enquanto que as EIs não são enunciados, dependem do contexto em que estão inseridas para completarem o seu sentido dentro de um enunciado. É um ponto diferenciador importante para a nossa pesquisa e que não foi levado em consideração por essa autora.

A pluriverbalidade vem a ser o fato de que todo fraseologismo é composto por mais de uma palavra. Nesse item Tristá retoma conceitos de Casares (1992) que, assim como Zuluaga, denomina 'locuções' e mantém uma classificação muito próxima da que foi apresentada anteriormente (o próprio Zuluaga admite que se inspirou na concepção de Casares). Os fraseologismos, para Tristá, estão divididos em dois grupos: os uninucleares e os binucleares ou multinucleares[14]. Os uninucleares são integrados por duas ou mais palavras, uma das quais deve ser uma palavra plena; realizam a função de advérbios, pois se associam a verbos, que modificam ou complementam. Ex.: "al dedillo" (= com todo o detalhe, sem duvidar de nada) geralmente está acompanhado de verbos como 'saber' e 'decir' (=dizer). Os bi ou multinucleares são integrados por duas

[13] Termo utilizado pelos lexicólogos e que utilizarei, a partir deste momento, entre aspas para que não ocorram cruzamentos entre as perspectivas teóricas encontradas neste trabalho

[14] Tradução apresentada por Ortíz Alvarez na sua tese mencionada anteriormente.

ou mais palavras significativas; podem apresentar diversas estruturas, dentre as quais se destacam as nominais e as verbais. Os fraseologismos nominais estão integrados por um substantivo mais um adjetivo, ou por dois substantivos em função predicativa. Ex. "una mosquita muerta" (= sonso, "santinho do pau oco"), Tristá adverte que a classificação de alguns fraseologismos nominais é controversa, já que alguns não prescindem do verbo "ser" ou "estar" e por esse motivo poderiam ser classificados como verbais. Os verbais são mais numerosos e mais difundidos no espanhol (acredito que também o sejam em português), pois realizam a função de um verbo simples. Como o próprio nome diz, o seu termo principal é um verbo, que pode estar associado a substantivos, acompanhados ou não de artigos e adjetivos; a preposições seguidas de substantivos ou advérbios etc. Exemplos desse tipo: "quedarse para vestir santos" (= ficar solteira), "mantener a raya" (= manter-se na linha, na rédea curta).

Postula Tristá que os "fraseologismos son motivados generalmente o bien por necesidad de denominar las propiedades de algunos objetos o conceptos, o bien como medio de manifestación de expresividad"[15] A metáfora assume um papel fundamental na formação dos fraseologismos. O novo significado que assume a unidade léxica pode ser deduzido através das palavras ou não. Aqui se percebe que Tristá não detalha tão bem como Zuluaga o tipo de metaforização empregado na formação do fraseologismo. Desse modo ficam agrupadas as expressões idiomáticas e semi-idiomáticas categorizadas pelo autor anteriormente visto. O que especifica Tristá é o tipo de transformação que o "sentido figurado" causou no fraseologismo, por exemplo: passagem de uma ação física a uma psíquica: "echar un jarro de agua fría" (= jogar um balde de água fria), de uma propriedade física a psíquica: "ser duro de pelar" (= ser um osso duro de roer). Vale observar que não nos parece relevante o tipo de transformação que esse "sentido figurado" causou, mas sim analisar a funcionalidade da EI dentro do enunciado em que está inserida, pois muitas vezes se instaura a possibilidade de várias interpretações, algumas relacionadas ao significado cristalizado na EI, outras menos; essa tensão entre elas será observada sim, em nosso trabalho, pois faz parte da construção irônica que queremos associar ao uso das EIs.

A última característica de que trata Tristá é a da estabilidade, que não deixa de ser a fixação dita pelos outros autores. Afirma que um fraseologismo não tem a

[15] Tristá, A. M. *Fraseología y Contexto*. La Habana: Ciencias Naturales, 1988, p. 21.

possibilidade de mudar a ordem de seus componentes, inserir elementos alheios, substituir elementos por outros, substituir categorias gramaticais. Assim como os outros autores, Tristá faz as suas reservas em relação a essa descrição, já que existem fraseologismos que permitem inserções e substituições. O que se conclui é que a estabilidade dos fraseologismos é relativa. Concordamos plenamente com a autora em relação à relatividade dessa estabilidade, por termos encontrado vários exemplos em nosso corpus de casos de substituições e, como já comentamos anteriormente, pretendemos abordar tal aspecto, um pouco mais detalhadamente, mais adiante.

Pode-se notar que somente essas três características deixariam o estudo dos fraseologismos muito dificultado devido a sua abrangência. Tais características servem então apenas como um primeiro passo de identificação dos fraseologismos. Para classificá-los, Tristá os divide em dois grandes grupos: os fraseologismos com um identificador mínimo de reconhecimento, e os que não o possuem, porém mantêm uma combinação homônima no sentido literal.

Vamos notar muitas semelhanças entre as categorizações dos dois autores. No primeiro grupo, Tristá apresenta esses identificadores como anomalias léxicas, semânticas e gramaticais encontradas nos fraseologismos. Como anomalias léxicas, encontramos elementos onomatopéicos, por exemplo, em português "por um triz"; palavras que não possuem significado fora do fraseologismo; arcaísmos; palavras que não pertençam à língua geral, pois podem se tornar incompreensíveis para representantes de outros grupos sociais, inclusive podem estar relacionadas a aspectos da história, cultura ou religião etc. Como 'anomalias semânticas', refere-se às combinações que "carecem de lógica no sentido literal":

> *Los elementos que integran una unidad fraseológica en la que se observan anomalías de este tipo, tienen amplia utilización en las combinaciones variables. Sin embargo, las leyes de la semántica limitan sus asociaciones con otras palabras. La discordancia semántica apreciable entre sus términos, sumada al conocimiento de la existencia de una unidad fraseológica con estas características, constituye el indicador mínimo de la existencia del fraseologismo.*[16]

Como exemplo desse tipo de UF, Tristá seleciona três pequenos trechos literários que incluem as seguintes UF: "hacía de tripa el corazón", "se había comido el

[16] Id.Ibid. p. 37

mundo" e "chuparle el rabo de la jutía"[17] As anomalias gramaticais têm as mesmas características já ditas anteriormente quando se falou da teoria de Zuluaga.

O segundo grupo apresenta como principal característica a presença de uma combinação homônima naquilo que, da perspectiva do autor, é denominado "sentido literal"[18.] O único meio de diferenciá-las é através do contexto. O que o autor considera "sentido figurado" desempenha aqui um papel central. São exemplos desse grupo: "echar tierra", "abrir os olhos", "dar as costas".

Para entender melhor o papel que a Semântica possui para ajudar a entender como funciona a associação das palavras (dos significantes) numa combinação fixa, transcrevo um trecho de Tristá que fala da estrutura semântica das palavras:

> *La estructura semántica de una determinada palabra determina fundamentalmente su posibilidad de aparición en las combinaciones. Cada unidad semántica o combinación de unidades está compuesta por semas o unidades elementales del plano del contenido, que diferencian unas palabras de otras, es decir, constituyen los rasgos diferenciadores del plano semántico. En una palabra monosemántica, los semas que la componen siempre son los mismos; pero la palabra polisemántica, en un contexto determinado, actualiza un significado de los varios que puede tener. Partiendo de la estructura semántica de la palabra, entre estos semas pueden distinguirse los archisemas o rasgos característicos de una clase determinada de objetos y los semas potenciales que designan rasgos secundarios, no obligatorios para el objeto dado. Según una acertada observación de V. G. Gak, 'estos desempeñan un papel destacado en la lengua y están relacionados con la aparición del sentido figurado de la palabra'. (1967:68).*[19]

Percebemos assim que, para Tristá, o surgimento de um fraseologismo é resultado de:

Uma concordância semântica entre os seus componentes, como, por exemplo: em "andar em patines" (= agir rapidamente), em que semanticamente há uma concordância entre os termos dessa expressão;

Uma discordância ou ausência de concordância semântica: "tapar el sol con un dedo" (= tapar o sol com a peneira), em que não há uma possibilidade de concretude semântica.

---

[17] Id. Ibid. p. 37, para ler os trechos onde estão inseridas as UF.

[18]A noção de "sentido literal", assim como a de "figurado" foi utilizada pelos autores e está em cruzamento com a perspectiva teórica que adotaremos neste trabalho que vê esta distinção como diferentes aspectos do significado (valor semântico) cristalizado pela memória na língua. O sentido, entendemos que só é atribuído às palavras em conjunto, quando relacionadas ao enunciado em que estão inseridas.

[19] Id. Ibid. pp. 44/45.

Essa concordância/discordância pode estar relacionada também às palavras (aos significantes) que estão no contexto do fraseologismo.

Stella Tagnin (2005), sob uma outra perspectiva, apresenta um estudo das expressões convencionais e idiomáticas. Nele a autora inicia sua abordagem, lembrando que muitas vezes os falantes estrangeiros da língua se colocam no papel de "falantes ingênuos" (conceito de Fillmore[20] apud Tagnin), pois não conhecem as expressões e combinações convencionalizadas de uma determinada língua. Apresenta, desse modo, com extensa exemplificação, o que entende por convencionalidade: "aquilo que é de uso ou de praxe, consolidado pela prática"(Houaiss)[21]. Essa convenção se concretiza tanto no nível social quanto no lingüístico, através da ligação a um fato social ou à forma/estrutura da expressão. Há uma detalhada classificação de coligações e combinações de palavras convencionais que nos permite observar a importância dessa característica para a comunicação. Podemos associar esse conceito ao de fixação de Zuluaga e ao de estabilidade relativa de Tristá.

Para Tagnin, as EIs são expressões convencionais no nível semântico; sua estrutura idiomática:

> recorre ao seu significado não composicional, ou seja, ao fato de o significado da expressão toda não ser previsível a partir do significado de suas partes. Isso, na realidade, quer dizer que o significado foi convencionado. Mesmo que a expressão tenha sido originalmente uma expressão metafórica, essa imagem perdeu-se no presente, de modo que ela passou a ser codificada como um todo.[22]

O critério da idiomaticidade também abordado por Zuluaga reaparece; Tagnin, por sua vez, o denomina estrutura idiomática e a relaciona ao fato de que o significado da EI não é dedutível a partir das partes, essa estrutura é decodificada somente como um todo. Essa idiomaticidade pode ser parcial, por somente uma das partes ser idiomática. Há, desse modo, "graus de idiomaticidade", em que uma EI pode ser colocada numa escala em que as menos idiomáticas possuem apenas um de seus elementos idiomáticos e as mais idiomáticas possuem vários elementos; algumas EIs podem ser de fácil

[20] FILLMORE, Charles. *Innocence: a Second Idealization for Linguistics*. Berkeley: Linguistics Society, 1979, pp.63-67. Este artigo define o "falante ingênuo como aquele que desconhece a convencionalidade de uma língua".

[21] HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico da Língua portuguesa 3.0*. São Paulo: Objetiva, 2000, datação 1470.

[22] TAGNIN, Stella E. O. *O jeito que a gente diz. Expressões convencionais e idiomáticas* São Paulo: Disal, 2005, p.62.

decodificação, e noutras nenhum de seus constituintes contribui para o significado da expressão. Como exemplo de EI com alto grau de idiomaticidade, Tagnin apresenta a expressão "bater as botas", já que o significado de "morrer" não é previsível a partir do significado das palavras da expressão; no outro extremo apresenta "to hold one's head up" que significa "andar com a cabeça erguida", cujo significado da expressão é previsível a partir de suas partes. A relação entre idiomaticidade e transparência/opacidade novamente pode ser estabelecida.

O critério da idiomaticidade é o mesmo abordado por Zuluaga, porém a aplicação desse critério por Tagnin é mais prática e, ao postular uma escala de idiomaticidade, nos ajuda a esclarecer alguns aspectos mais polêmicos, como o considerar EI aquelas que podem ter seu significado decodificado através de seus constituintes.

Para concluir, concordarei com a posição de Maria Luisa Ortíz Alvarez[23] e de Luis Carlos Ramos Nogueira[24] que, depois de tecerem uma longa trajetória teórica de vários autores, apresentam, a partir das principais características demonstradas, uma pequena lista de aspectos a serem considerados para a identificação e análise das EIs.

Numa lista que usarei como parâmetro para a identificação de EIs, estarão as seguintes características:

A primeira sem dúvida é a de que são necessárias duas ou mais palavras para a formação de uma EI.

A segunda, que vamos examinar neste trabalho, é a tal estabilidade relativa que possuem as combinações de palavras que formam uma EI, que Zuluaga denomina de fixação e Tagnin, de convencionalidade. Com a convencionalidade, poderemos resgatar o papel da memória discursiva de uma comunidade linguística, pois o que se destaca é o fato de que uma frase convencional nem sempre é uma EI. A convencionalidade é dada sempre através da repetição dos discursos produzidos por uma determinada comunidade

---

[23]ORTÍZ ALVAREZ, M. L. *Expressões idiomáticas do português do Brasil e o espanhol de Cuba: estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira*. 2000. Tese (Doutorado), UNICAMP, pp. 150-151.

[24] NOGUEIRA, L. C. R. *A presença das expressões idiomáticas (EIs) na sala de aula de E/LE para brasileiros.* 2008. Tese de Mestrado, Universidade de Brasília, pp. 75-89.

linguística. Portanto o que neste capítulo é, a princípio, denominado convencionalidade, será reexaminado no quarto em relação a perspectivas teóricas dos estudos discursivos.

O próximo aspecto a ser considerado é o da idiomaticidade que vimos como "opacidade/transparência". Para examiná-lo, é primordial a análise do contexto em que está inserida a EI. Por tal motivo, pretendo analisá-las dentro de um discurso que, nesse caso, são os textos de opinião. Ao examinar o contexto em que estão inseridas, podemos verificar o papel que a expressividade desempenha em relação à EI, por exemplo, como o discurso atrai a atenção do seu interlocutor.

Num esquema por nós proposto e que aplicaremos para a identificação de uma EI, constam então três aspectos: combinabilidade de no mínimo duas palavras, convencionalidade e idiomaticidade.

Como percebemos, há várias maneiras de denominá-las: fraseologismos, unidades fraseológicas, lexias complexas, locuções. Decidimos adotar o nome EI por uma questão particular de gostar do valor que carrega o termo "idiomático" e por nos parecer a que melhor diferencia de outros fraseologismos, como os provérbios, as frases feitas etc.

Funcionamento do dispositivo conceitual

Para verificar a eficácia desse esquema, examinaremos se um conjunto formado por três expressões idiomáticas da língua espanhola e três da língua portuguesa apresentam as características que servem de parâmetro para a identificação das EIs. Procuramos levantar expressões que tivessem uma proximidade semântica. É importante observar que as expressões a seguir servirão, nesse momento, somente para a aplicação do esquema proposto e que elas não fazem parte do corpus que serve de base a nossa reflexão, por não estarem inseridas neste momento num texto de opinião de jornal.

	Português	Espanhol
1)	engolir um sapo	tragarse un sapo
2)	pegar no pé	agarrar de punto
3)	pendurar as chuteiras	colgar los guantes

Lembremos novamente os três aspectos por mim relacionados:

1- Combinabilidade de no mínimo duas palavras
2- Convencionalidade
3- Idiomaticidade

Em relação ao primeiro item, podemos notar que todas as EIs escritas acima se enquadram perfeitamente, já que possuem no mínimo duas palavras.

Em relação à convencionalidade, podemos observar que o primeiro par a tem assegurada pelo fato de constar em dicionários, haja vista que somente expressões consagradas pelo uso são neles inseridas. Consultamos para a língua espanhola os dicionários "Pequeño Larousse Ilustrado" da editora Larousse Planeta e o "Diccionario de la lengua española" da editora Santillana e, para o português, o "Larousse Cultural da Língua Portuguesa" da editora Nova Cultural.

Em relação à idiomaticidade, relembrando, aquele efeito de opacidade que encontramos nas EI, podemos dizer que o próprio verbo "engolir" em português já está muito carregado por uma imagem metafórica, pois literalmente significa "fazer descer pela garganta, deglutir"[25]. O sema de que é algo forçado está presente na palavra, e aparece, como já dito anteriormente, em sua potencialidade na estrutura semântica da palavra. No caso de "tragarse", encontramos como primeira acepção a seguinte definição: "hacer que algo pase de la boca al aparato digestivo"[26]. A equivalência entre as expressões é a mesma em relação ao verbo utilizado. Em ambos os casos a possibilidade de que tais verbos adquiram essa

[25] Definição extraída do dicionário *Larousse Cultural da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
[26] Definição extraída do dicionário *Pequeno Larousse Ilustrado*. Barcelona: Larousse Planeta, 1996.

conotação é muito grande, pois os próprios dicionários já os colocam no verbete. Ao buscar a palavra "sapo" encontramos no final do verbete em português "engolir sapos, aguentar coisas desagradáveis sem reagir" e, no caso do espanhol, "Tragarse un sapo (Argent.), verse obligado a aceptar una situación desagradable". Novamente a imagem metafórica do sapo como algo desagradável a ser aceito é equivalente. Podemos dizer, desse modo, que a soma dos significados desses significantes não formam o significado da EI como um todo, a arbitrariedade da relação entre o significado das EIs e o de sapo é incontestável.

O segundo par apresenta algumas dificuldades, porém, em relação à idiomaticidade, percebemos que ela é também facilmente verificável através do significado das EIs, pois o fato de alguém pegar o pé, não nos leva ao significado de que "alguém está chateando insistentemente outra pessoa". O mesmo acontece com as palavras do espanhol. O fato é que ambas as expressões fazem parte da linguagem coloquial, e ainda não estão dicionarizadas, fazem parte de uma memória discursiva em que os falantes da língua estão inseridos. Para comprovar a sua convencionalidade, precisamos entrar no Google de ambos os países e assim encontraremos facilmente as expressões usadas principalmente em blogs.

Em relação ao par seguinte, quanto ao item idiomaticidade, percebemos também que são todos formados de palavras cujos significados não correspondem ao da EI como um todo, é a questão da arbitrariedade novamente comprovada. Falta assim o aspecto convencionalidade.

Em 'colgar los guantes' (tradução = pendurar as luvas), encontramos a definição: "abandonar la práctica del boxeo"[27]. Verificamos assim que a situação inicial desta EI difere bastante da equivalente em português 'pendurar as chuteiras', que apresenta a definição: "pendurar ou amarrar as chuteiras, deixar de jogar futebol; encerrar as atividades em qualquer modalidade de esporte; encerrar a carreira."[28] A princípio podemos dizer que, se a expressão da língua espanhola se encaixa dentro do universo do Box, a equivalente da língua portuguesa se encaixa no universo do futebol. Poderíamos assim constatar que o aspecto cultural

[27] Id., ibid.
[28] Definição extraída do dicionário *Larousse Cultural da Língua Portuguesa.* São Paulo: Nova Cultural, 1999.

justificaria a metáfora utilizada em cada caso, pois, na primeira acepção, o sentido de deixar de fazer é igual. A convencionalidade, assim como a idiomaticidade, aparecem nesse caso. O dicionário utilizado anteriormente para a língua espanhola não acrescentou nenhuma outra acepção e por esse motivo consultei um segundo, que acrescenta uma segunda acepção[29]: "COLOQUIAL. Retirarse [una persona] de su actividad habitual: Yo dentro de poco colgaré los guantes y no volveré por la tienda." Através dessa nova definição, observamos que o sentido da expressão espanhola é tão amplo quanto o da portuguesa. Gostaria de destacar nesse caso que na EI do português temos uma segunda possibilidade de combinação que é a de 'amarrar' em lugar de 'pendurar'. Essa modificação não afetaria em nada o sentido da EI, mas reforça a ideia de que a estabilidade dessas EIs é realmente questionável.

Notamos desse modo que é possível a identificação das EI pelo esquema proposto.

Verificaremos agora o papel do contexto dentro do emprego das EIs. Entenderemos aqui "contexto" de acordo com a definição que dá Coseriu quando trata dos entornos. Para o autor, há três tipos de contexto: o idiomático, que é próprio da língua (é o acervo linguístico do falante); o verbal, que é o "enunciado" (que corresponde ao que nos estudos discursivos se chama de "intradiscurso", que explicaremos mais detalhadamente no quarto capítulo) e o extraverbal, que são as circunstâncias extralinguísticas. Segundo o autor, "a linguística não pode se descuidar desses entornos, nem mesmo dos extraverbais, pois as funções reais não ocorrem na língua abstrata, mas no falar concreto" [30] O contexto a que nos referiremos neste capítulo do trabalho é o contexto verbal segundo Coseriu.

O par a ser analisado dentro de um enunciado será o segundo. Por ser o mais coloquial e não estar dicionarizado, o encontramos com maior frequência na linguagem oral, que não é tão acessível para formar parte de um corpus como é a linguagem escrita. Atualmente os chamados "blogs" constituem uma das possíveis

29 Definição extraída do dicionário UNIVERSIDAD DE SALAMANCA *Diccionario de la Lengua Española.* Barcelona: Santillana, 1996.
30 COSERIU, E. *Teoria da Linguagem e Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1921, p. 236.

ferramentas de acesso a essa linguagem mais coloquial, muito próxima à linguagem oral.

A expressão ‘agarrar de punto', da língua espanhola falada na Argentina, foi retirada do Blog de Carlos Cueto Fernandini que organizou um tipo de enquete com a seguinte pergunta: “¿Cuál era el profe que siempre te agarraba de punto????” Transcrevo aqui apenas a primeira reposta dada por Giuliana Arista:

> *A ver, como ahora ya somos mas, me gustarÃ-a que todos Nosotros pongamos el nombre del profesor que nos agarraba de punto en el 3087, bueno a mi me agarro de punto “EL MEMO” no sÃ© si se acordaran de el, luego el profesor FRANCIA el de matemÃ¡ticas…A ver si cada uno de ustedes nos pueden contar sus anecdotas con alguno de nuestros profes…Besos*.[31]

Nosso primeiro passo é o de reconstruir a linguagem utilizada nesse tipo de comunicação via Internet que é a dos blogs, já que elas apresentam falta de acentuação, uma digitação fora dos parâmetros usados pela norma culta, uso de símbolos no lugar de letras etc. Pode-se observar com facilidade a extrema relação que o texto tem com a linguagem oral através da abreviação ‘profe’; dos apelidos FRANCIA e ‘el memo', sujeito que enuncia a nossa EI. A idiomaticidade apresentada pela EI em questão é sem dúvida grande, a EI pertence à comunidade linguística dos estudantes argentinos de uma mesma época e não é tão automaticamente deduzida pelo contexto. O uso dela traz para o texto uma maior expressividade e o fato de a frase estar construída com dois complementos verbais de idêntica referência ‘a mí me’ ajuda a reforçar esse efeito de sentido.

A segunda expressão “pegar no pé”, que faz parte da língua portuguesa do Brasil, foi encontrada também num blog que se dedica a falar sobre futebol. A pequena notícia em tom irônico de repreensão está ao lado de uma foto do jogador Adriano:

> Adriano se atrasou no treino do São Paulo e a imprensa já pega no pé do cara, ele é humano e isso pode acontecer c/ qualquer um. deixa o rapaz em paz cambada de Urubu!!!!!!!!!!!! [32]

[31] Texto extraído de http://latuna.hi5.com/friend/group/1508968--5622181--Carlos%2BCueto%2BFernandini%2B%2523%2B3087----topic-html acesso em: 25 ago. 08.
[32] Texto extraído de http://leodion.futblog.com.br/14105/pegando-no-pe/ acesso em: 25 ago. 08.

Por ter uma função diferente do primeiro, aqui há certa preocupação em transmitir uma mensagem a um destinatário o qual não tem muita certeza de qual seja. A maneira truncada de escrever está bastante amenizada em comparação com o texto em espanhol, que tinha por objetivo ser um bate-papo entre amigos. A cumplicidade encontrada entre os interlocutores do blog argentino justifica a presença de tantos sinais próprios da Internet, ou por que não, pré-estabelecidos por eles. Porém o texto do Brasil não está totalmente ausente dessas transgressões e liberdades possibilitadas pela Internet. Note-se que há abreviação 'c/' e também a ausência de maiúscula depois do ponto. O efeito de sentido que produzem as palavras "cara", "cambada de Urubu" e a outra EI "deixa o rapaz em paz" é o de uma intimidade, que ameniza a repreensão feita pelo texto e traça a oposição com "pegar no pé". Pode-se reparar também que nessa EI há a inserção de um termo: o advérbio 'já', fato que não altera o sentido da EI, como havia sido ressaltado no trecho anterior. A expressividade é feita através das EIs, encontradas no texto, que está repleto de idiomaticidade e requer também que o leitor esteja inscrito numa mesma comunidade discursiva que os seus enunciadores.

A partir desse esquema, chegamos assim a um processo de identificação das EIs: combinabilidade de duas ou mais palavras e a convencionalidade e a idiomaticidade nos termos considerados até aqui, e que, no quarto capítulo retomaremos criticamente, em relação às categorias dos estudos discursivos. Tais características servem apenas de identificação, pois o funcionamento e o papel que as EIs desempenham na produção de sentido estão diretamente ligados às condições em que ocorrem. Elas se integram na produção de um sentido singular que se dá no discurso. A sua idiomaticidade pode ser útil, como foi constatado neste capítulo, para que se percebam valores que, dentro do sentido no discurso, se relacionem à História, às tradições e à cultura de cada país, ou ao menos para entender um pouco mais essa relação com o funcionamento da EI no discurso em que está inserida.

Nosso trabalho terá os textos de opinião retirados da *Folha de S. Paulo* como fonte para as EI do português e do *Clarín* para as EI do espanhol. No próximo capítulo, veremos quais são as principais características desse tipo de discurso, já que o escolhemos como base para estudar o funcionamento de nossas EIs.

Segundo Capítulo

Características do gênero jornalístico opinativo

Como foi dito anteriormente, este capítulo tem o objetivo de abordar os gêneros jornalísticos opinativos e apresentar algumas características que possam justificar por que é relevante o uso das EIs nesse gênero de discurso.

Partiremos da definição de gênero de Bakhtin para delimitar o nosso objeto de investigação. Acrescentaremos outras definições de gênero que contribuam, oferecendo detalhes úteis a nossa busca por características que nos levem a algum tipo de associação ao emprego das EIs, como os conceitos de tipologia textual que ampliarão os nossos instrumentos de análise.

De acordo com Caroline Marra (2006), "enquanto os gêneros se referem à esfera maior, a das atividades humanas, os tipos fazem referência à materialização da textualidade, ou seja, à maneira pela qual os textos se concretizam" [33]. Desse modo a utilização das classificações de tipologias textuais de Marcuschi (2007), nos ajudará a entender melhor o interior dos gêneros de discurso empregados. Figueiredo, que analisou editoriais de jornais brasileiros, destaca várias dessas tipologias, demonstrando que essa heterogeneidade tipológica leva os editoriais a uma linguagem articulada de forma rica e variada, ainda que, dependendo do objetivo situacional, um tipo textual predomine sobre outros.

Parece-nos importante também abordar como especialistas ou pesquisadores da área classificam o discurso jornalístico, em especial os textos opinativos. No caso brasileiro, dois nomes servirão de referência: o primeiro é o de Bethania Mariani, que analisa o discurso jornalístico em seu livro *O PCB e a*

[33] Apud FIGUEIREDO, I. Rodrigues- *A heterogeneidade tipológica do gênero editorial*, extraído de http://www.filologia.org.br/xiicnlf/07/volume_07.pdf#page=42 acesso em: 10 set. 09.

Imprensa; o outro é o de José Marques Melo[34], jornalista que não trabalha com os estudos da linguagem, mas que forma parte de nosso referencial teórico por sua função de apresentar uma classificação formal de gêneros jornalísticos. O seu livro *Jornalismo Opinativo* nos demonstra as principais características desses textos no Brasil. Essas leituras certamente contribuirão para nossa análise e nos ajudarão a compreender como se constroem os gêneros jornalísticos e as formações discursivas a que porventura elas possam remeter.

O gênero jornalístico opinativo

Bakhtin (1992) denomina gêneros do discurso aos tipos relativamente estáveis de enunciados que elabora cada esfera da atividade humana [35.] Destacamos aqui o que explica acerca de enunciado:

> A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma destas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de utilização de comunicação.[36]

O enunciado é assim um elo na cadeia da comunicação verbal, é uma atitude responsiva de outro e pressupõe outra atitude responsiva. Ele está intimamente relacionado com outros enunciados e possui três fatores que estão indissociavelmente relacionados em seu "todo orgânico"[37]: o tratamento exaustivo do objeto do sentido, o intuito isto é, o querer dizer do locutor, e as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento.

---

[34] José Marques de Melo implantou o departamento de jornalismo na ECA-USP, lecionou e desenvolveu pesquisas em universidades da Argentina, Chile, Espanha, Estados Unidos entre outros. Pioneiro dos estudos científicos da comunicação.

[35] Fonte: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 279.

[36] Id. Ibid. p. 279.

[37] Sintetizo aqui algumas reflexões de Bakhtin acerca de enunciado e gênero que me parecem importantes e que constam do livro anteriormente referido.

O intuito, o querer dizer é que vai determinar também a escolha da forma do gênero em que o enunciado será estruturado. É o gênero, com suas formas estáveis, que possibilita que os parceiros diretamente ligados ao enunciado captem com facilidade e prontidão esse querer dizer do locutor. O intuito do locutor se adapta, dessa forma, ao gênero escolhido.

O objeto de estudo de nosso trabalho é a EI, palavras combinadas que adquirem uma significação própria. Nesse caso, ousamos dizer que podem ter sido formadas de enunciados anteriores que, através de sua repetição, foram construindo sua significação dentro do conjunto dessas palavras. A importância do enunciado para a expressividade das palavras é abordada por Bakhtin:

> Quando escolhemos uma palavra, durante o processo de elaboração de um enunciado, nem sempre a tiramos, pelo contrário, do sistema da língua, da neutralidade lexicográfica. Costumamos tirá-la de outros enunciados, e acima de tudo, de enunciados que são apresentados ao nosso pelo gênero, isto é, pelo tema, composição e estilo; selecionamos as palavras segundo as especificidades de um gênero. O gênero do discurso não é uma forma da língua, mas uma forma do enunciado que, como tal, recebe do gênero uma expressividade determinada, típica, própria do gênero dado. No gênero a palavra comporta certa expressão típica. Os gêneros correspondem às circunstâncias e a temas típicos da comunicação verbal e, por conseguinte, a certos pontos de contato típicos entre as significações da palavra e a realidade concreta. Daí se segue que as possibilidades de expressões típicas formam como que uma supra-estrutura da palavra. Essa expressividade típica do gênero, claro, não pertence à palavra como unidade da língua e não entra na composição de sua significação, mas apenas reflete a relação que a palavra e sua significação mantêm com o gênero, isto é, com os enunciados típicos. [38]

Ao decidir estudar as EIs, procuramos, então, um gênero discursivo que pudesse apresentá-las amiúde. Após uma extensa investigação por textos que contivessem EIs, feita através da ferramenta do Google pela internet, descobrimos, então, que as encontraríamos com relativa frequência dentro do gênero jornalístico "opinativo". Retomando assim o pensamento de Bakhtin, percebemos que as palavras assumem uma expressividade própria dentro de um gênero e que esta compõe a sua significação. Assim sendo, as EIs assumem uma peculiaridade que lhes vai ser própria da classe de discurso 'jornalismo opinativo', estando, então, associadas ao tom de ironia. É o que pretendemos comprovar durante a nossa análise que fará parte do terceiro capítulo do nosso trabalho.

[38] Fonte: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 311.

Bakhtin postula ainda que "cada um dos gêneros do discurso, em cada uma das esferas da comunicação verbal, tem sua concepção padrão do destinatário que o determina como gênero."[39] O destinatário é um elemento fundamental na concepção de um texto jornalístico de opinião, pois nesse caso o leitor, como seu destinatário, ainda que de forma idealizada, possui um perfil muito bem determinado para os locutores de tais gêneros de discurso. Sobre o relacionamento leitor- discurso jornalístico, afirma Mariani:

> ...o 'jornal preferido' é aquele cujos sentidos vão ao encontro da formação discursiva do leitor. Sua capacidade de convencimento não resulta de um valor intrínseco, imanente, ou de um enorme poder de manipulação da língua. Encontramos, neste mecanismo contratual, a espessura de sua dimensão ideológica: o discurso jornalístico envolve o sujeito-leitor em um processo interpretativo já pronto, pois, ao relacionar um acontecimento a outros, está, de fato, filiando aqueles sentidos a sentidos já existentes.[40]

Encontramos aqui aspectos semelhantes entre a estrutura do discurso jornalístico e as EIs, já que assim, como descrito no trecho acima, nas EIs apresentam prontos todos os aspectos do processo interpretativo, pois formam parte de uma memória da língua que fica acessível a determinadas camadas da comunidade que nela estão inseridas. O seu emprego nos textos opinativos contribui para a construção de um novo sentido acrescentado ao texto e muitas vezes nele está o tom irônico.

Bonini[41] analisa os gêneros do jornal, partindo das reflexões de Swales (1990), que estabelece, sob outra perspectiva, que todo texto institui uma grande ação retórica, "um movimento" e em seguida realiza o "passo", em que o movimento se concretiza.

> Toda esta estrutura de ações retóricas tem origem em uma rede de propósitos comunicativos que são constituídos socialmente. O gênero, assim visto, é um modo de proceder em um meio social específico, que Swales chama de 'comunidade discursiva'.[42]

---

[39] Id. Ibid. p. 321.
[40] MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)* São Paulo: UNICAMP, 1998, p. 94.
[41] BONINI, A. "Os gêneros do Jornal: questões de pesquisa e ensino*"*. In: KARWOSKI, B. GAYDECZKA, K. S. B. *Gêneros textuais: reflexões e ensino.* Palmas: Kaygangue, 2005.
[42] Id. Ibid. p. 62.

Pensar em gênero, também a partir dessa perspectiva, parece ser muito útil ao nosso propósito já que os jornais têm uma estreita relação com a comunidade discursiva com a qual pretendem interagir. Essa mesma estreita relação é exigida pelo usuário de uma EI, pois ele precisa estar inscrito na memória da língua. Quando pensamos em estrangeiros ou nativos que tenham um convívio social diferente, como por exemplo falantes que residam em diferentes regiões de um país, esse acesso à memória da língua não é tão direto. Se associarmos isso então à ideia de Swales de que toda comunidade discursiva é constituída de membros iniciantes e experientes e de que, para se alçar a posição de membro experiente, é necessário ingressar no discurso dessa comunidade, conhecer os seus gêneros, podemos entender melhor o papel que o discurso jornalístico pode desempenhar, assim como associá-lo ao emprego das EIs, encontrando desse modo outro ponto em comum. Outro aspecto interessante a ser revelado é o de que um estrangeiro tem mais trabalho para se tornar um membro experiente do que um nativo.

À noção de gênero, Bonini acrescenta o conceito de suporte de Marcuschi (2003). Segundo o autor, suporte é o portador do texto, o lugar onde o texto se fixa e que repercute sobre o gênero que o suporta. O jornal seria, desde esse viés, o suporte para uma serie de gêneros que ele contém. Bonini esclarece:

> Ou seja, um gênero pode ser convencionado como suporte de um outro gênero (ou de outros). O jornal, nesse sentido, é um típico exemplar de suporte convencionado que eu tenho denominado de hiper-gênero, uma vez que é um gênero constituído de vários outros.[43]

Faz-se necessário então compreender melhor o universo do gênero que escolhemos como base para o nosso corpus. Partirei da classificação feita por José Marques de Melo em seu livro *Jornalismo Opinativo*. Inicialmente o autor apresenta a ciência 'jornalismo' e delimita quatro características para apreender seu objeto de estudo: a periodicidade, a universalidade, a atualidade e a difusão:

> Desta maneira, o jornalismo é concebido como um processo social que articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos).[44]

[43] Id. Ibid. p. 69.
[44] MELO, J. M. *Jornalismo Opinativo.* Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003, p. 17.

No jornalismo é importante observar a estrutura sócio-cultural em que se localiza cada um de seus segmentos, assim como é relevante ter em conta em que canais de distribuição ele se realiza. A natureza do ambiente político e econômico é outro aspecto que destaca o autor, pois este rege a vida da coletividade. Percebemos que os três autores relacionam o jornal à comunidade, à coletividade. Da mesma forma podemos afirmar que as EIs estão acessíveis a determinadas coletividades através da memória.

O jornalismo tem, desde o seu nascimento, como processo social, uma natureza eminentemente política em que a expressão ideológica assume caráter determinante; ele possui, segundo Melo, duas grandes categorias: a informativa e a opinativa. A informativa prevalece sempre que há censura; caso contrário, desde os primeiros tempos, o jornal "esforça-se abertamente por influenciar seus leitores através de seus artigos, editoriais, caricaturas e colunas-assinadas."[45]

Segundo Melo, o jornalismo opinativo difere da interpretação por sua avaliação subjetiva, possui uma perspectiva dos fatos, mas também tem um elemento adicional e diferenciador que ele chama de "impacto emocional". A opinião, de acordo com Melo, nos jornais brasileiros, se concentra nas seções onde ficam os editorias e seus gêneros afins. Já no jornal *Clarín*, por exemplo, percebemos a presença de "columnistas" ao longo de cada seção do jornal, como política, esporte, sociedade etc.

Essa visão de subjetividade de Melo, porém, contrasta com o que encontramos em estudos discursivos. Sobre esse efeito de isenção de subjetividade que supostamente encontramos nos textos informativos, Mariani (1998) afirma que é ilusório:

> Fazendo crer que apresenta os fatos tais como são, com uma linguagem isenta de subjetividades, o discurso jornalístico atua à semelhança de um discurso pedagógico em sua forma mais autoritária. Se no discurso pedagógico autoritário cabe ao professor fazer a mediação entre o saber científico e os aprendizes de tal modo que, com base em citações de autoridade e afirmações categóricas (dentre outras estratégias), os alunos se veem diante de verdades incontestáveis (...) no discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si. Trata-se de imprimir a

[45] Id. Ibid. p. 28.

> imagem de uma atividade enunciativa que apenas mediatiza – ou falaria sobre – da forma mais literal possível um mundo objetivo.[46]

Mariani afirma mais adiante que:

> ...a noção de informação do jornalismo também precisa ser avaliada como decorrência das leis que constituem a ideia de liberdade presente na instituição imprensa. Observando a "comunicação referencial" por este ângulo, comunicar/informar/noticiar (na imprensa) são atos resultantes de um controle exterior, vindo do Estado e do sistema jurídico por um lado, e, por outro de um controle internalizado na própria atividade jornalística. Os efeitos ilusórios estão aí: o controle externo e interno, garantindo a objetividade (e neutralidade etc.), garantiria também a imprensa como digna de fé.[47]

De qualquer forma, podemos afirmar que, enquanto nos outros gêneros jornalísticos se encontra uma estratégia para funcionar como objetividade, mascarando desse modo a subjetividade, os textos jornalísticos opinativos não a possuem ou é menos enfatizada, pois estes têm como função específica emitir uma opinião.

Cunha[48] também apresenta em seu estudo uma comparação entre o que ela chama de notícia e artigo de opinião. Segundo a autora, há dois grandes tipos de gêneros jornalísticos: a informação e o comentário. Estes podem ser mesclados, podem nem ser puramente informativos, nem puramente opinativos. Para ela, os informativos se caracterizam por serem do tipo textual narrativo[49] e têm por objetivo o se "fazer saber", enquanto que os comentários expõem "o ponto de vista de um jornalista ou de um colaborador do jornal".

Na leitura dos textos de opinião do *Clarín* e da *Folha de S. Paulo*, se percebe claramente uma mescla desses dois tipos, já que muitas vezes, antes de emitir sua opinião, o enunciador precisa colocar o seu leitor a par dos acontecimentos. Bethania Mariani vai além nessa polêmica, ao afirmar que a linguagem objetiva e imparcial do discurso jornalístico é uma "ilusão":

---

[46] MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)* São Paulo: UNICAMP, 1998, pp. 61-62.
[47] Id. Ibid. p. 73.
[48] CUNHA, D. A. C. "O funcionamento dialógico em noticias e artigos de opinião" In: BEZERRA, M. A. MACHADO, A. R. DIONISIO, A. P. *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 22.
[49] Mais adiante veremos mais detalhadamente os tipos textuais.

> Atualmente muitos jornais que querem projetar uma imagem moderna divulgam através de propagandas que estão reformulando sua linha de redação. Para tanto, inserem âncoras, ombusmen, ou espaços dedicados a contrapor opiniões. No nosso entender, isso tudo não passa de estratégias, que reforçam o mito da informatividade, pois, ao instituírem estes porta-vozes ou espaços opinativos, esses jornais controem uma linha fictícia que estaria separando as fronteiras entre informação e a opinião.[50]

A nosso ver, a grande diferença entre a notícia e a opinião acaba sendo a de que o texto opinativo tem mais liberdade para impor seu 'julgamento' em relação a determinado acontecimento, enquanto que na notícia esse julgamento vem dissimulado para não ferir a estratégia de manter uma aparente 'objetividade'. Isso acaba se refletindo na própria construção do texto, que pode mesclar tipologias textuais, gêneros de discurso, formalidade e informalidade; já o emprego das EIs muitas vezes destoa do contexto, por este transmitir uma certa informalidade que o texto como um todo geralmente não contém - dicotomia que, como veremos no próximo capítulo, contribui para o surgimento da ironia e portanto estaria presente nos textos opinativos.

Como os gêneros jornalísticos são determinados pelo estilo, sua classificação deve levar em conta universos culturais determinados e a relação dialógica que o jornalista mantém com o seu público. Observemos, no nosso caso, os gêneros opinativos dos jornais A *Folha de S. Paulo* e *Clarín.* Ambos assumem uma posição de oposição ao governo, estão normalmente fazendo críticas aos comentários e atitudes tomadas por políticos de diversos níveis, desde o municipal até o federal, assumindo o papel de juízes ou defensores da sociedade. Perceberemos esse aspecto ao analisarmos os textos de nosso corpus. Há, no primeiro, a presença dos editoriais (não assinados), dos comentários (assinados), dos artigos (Tendências e Debates); já no jornal argentino estão o editorial (assinado pelo editor), os editoriais (não assinados), os "columnistas" (assinados) e os comentários ("punto de vista", assinados)

A partir das classificações apresentadas por Melo dos tipos de gêneros jornalísticos, comentaremos os que foram encontrados no meu corpus. São eles: o comentário, o artigo, a coluna e o editorial, sendo que os primeiros pressupõem

[50] MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)* São Paulo: UNICAMP, 1998, p. 74.

autoria definida e explicitada e o último se constitui em espaço de opinião institucional.

Melo esclarece que o conhecimento da autoria é um indicador que orienta a sintonização do leitor. Tanto o comentário quanto o editorial e a coluna estruturam-se segundo a angulagem (que significa, em linguagem jornalística, a perspectiva adotada pelo jornalista) e exigem continuidade e imediatismo, pois normalmente estão sincronizados com os acontecimentos. Já o artigo pressupõe uma angulagem determinada pelo critério de competência dos autores em sua busca por valores inerentes aos fatos que analisam.

A opinião da empresa aparece no editorial, enquanto a do jornalista, no comentário e na coluna. Os artigos se destacam por apresentarem autores que são colaboradores, geralmente personalidades representativas da sociedade civil que buscam o espaço jornalístico para participar da vida política e cultural.

O editorial

Melo afirma que, tratando-se de uma instituição de pequeno ou médio porte, o editorial é o seu porta voz, já que é o dono do jornal ou o pequeno grupo que o administra quem determina os seus parâmetros ou diretrizes, mas quando nos referimos a uma grande instituição, deve haver um equilíbrio entre as opiniões de diferentes núcleos: acionistas majoritários, anunciantes regulares, financiadores, aparelho burocrático do Estado que exercem grande influência através de controles no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro; nesse caso, o editorial já não pode assumir diretamente o papel de "porta-voz".

Sobre esse assunto, Mariani menciona que a imprensa representa um discurso institucional específico que busca de toda a maneira apagar os muitos enunciadores que encerra:

> ...o texto final do discurso jornalístico congrega, simultaneamente, 1) o apagamento das posições enunciativas dos 'sujeitos-jornalistas'; 2) posições enunciativas que se mostram ou se fundindo nas vozes específicas de determinados articulistas, cronistas e

> chargistas ou se delimitando no espaço editorial; resultando em 3) uma unificação majoritária do conjunto de vozes que interfere no resultado textual final[51]

Segundo Melo, o editorial deveria ser dirigido a uma coletividade, porém, para tal, é necessário que haja uma autonomia na relação das instituições que atuam na sociedade; diz que não é o caso do Brasil, que normalmente possui editoriais que, embora se dirijam à opinião pública, na verdade, estabelecem uma relação de diálogo com o Estado. Ele comenta ainda que essa relação de diálogo visa a um trabalho de coação ao Estado em defesa dos interesses dos segmentos empresariais e financeiros que as instituições representam.

Esse diálogo com o Estado foi detectado várias vezes em nosso corpus, tanto nos da *Folha de S. Paulo* quanto nos do *Clarín*, do qual destacamos o editorial da *Folha* que comenta a retirada da proposta de lei que visava à taxação da poupança. O tom do diálogo é facilmente notado desde o primeiro parágrafo do texto, que pode ser encontrado como *anexo dez*[52]. Citamos aqui somente os últimos parágrafos, em que esse diálogo é mais evidente:

> O momento é de pisar no freio da gastança e ampliar de novo a poupança do governo, o chamado superávit primário, que está à míngua. Já não se trata de defender a medida a fim de conter o endividamento público, aspecto da gestão econômica que melhorou. O que está em jogo é a capacidade da economia de sustentar taxas elevadas de crescimento pelos próximos anos.
> Aumentar depressa a poupança fiscal é o meio mais indicado de combater as ameaças urgentes: dos riscos de valorização excessiva do câmbio aos de elevação desnecessária de inflação e juros. Sem contar a tendência, esta talvez mais preocupante, de manutenção da asfixiante e mal distribuída carga tributária.

Melo propõe quatro atributos específicos do editorial: a impessoalidade (ele não é assinado), a topicalidade (tem um tema bem delimitado), a condensalidade (poucas ideias e ênfase à afirmação) e a plasticidade (tem flexibilidade no sentido de um não dogmatismo).

Em relação à leitura dos editoriais, o autor destaca ainda que eles possuem uma "estrutura massiva", ou seja, estão divididos em poucos parágrafos e exigem que o leitor possua um certo conhecimento geral e cultural; destinam-se desse

[51] Id. Ibid. p. 93.
[52] Todos os anexos foram colocados no final deste relatório com o grifo, em negrito e itálico, colocado por mim nas expressões idiomáticas.

modo a empresários e políticos e não ao leitor comum; os editoriais não são valorizados, pois estão muito distantes das matérias que tratam informativamente dos mesmos temas.

Segundo Melo[53], na imprensa brasileira, existem diferentes espécies de editoriais:

Quanto à morfologia podem ser artigo de fundo (editorial principal), suelto (pequena análise sobre fato atual), nota (registro ligeiro de uma ocorrência). A *Folha de S. Paulo* apresenta essencialmente o primeiro tipo, não sendo encontrados exemplos de textos dos outros tipos. Esses três tipos porém são bem exemplificados nos editoriais do *Clarín*.

O editorial principal do *Clarín*, diferentemente dos da *Folha,* vem assinado pelo editor-chefe; a título de exemplificação, deixo, como *anexo vinte,* o texto de Ricardo Roa com o título "Resitir el archivo*",* que apresenta a frase "del editor al lector" logo abaixo do nome do editor-chefe dessa edição. Encontramos sempre pequenos textos que analisam um fato atual; a título de exemplo incluo, como *anexo vinte e dois*, o que comenta as importações na Argentina e é assinado por Silvia Naishtat.

Como exemplo do que Melo classifica como 'nota' nos jornais brasileiros, encontramos, no *Clarín*, como *anexo vinte e um*, este pequeno texto de Pablo Sigal, que comenta o problema do estado em que se encontram as escolas na Argentina:

- Punto de vista

> *Veintisiete días, de los 180 del calendario escolar, cumple hoy la disputa. Lo que empezó como un reclamo de calefacción y techos sanos en algunos colegios se politizó y, en el medio, se perdieron muchas jornadas de clase. La pregunta es por qué aquel "reclamo" inicial se transformó en "disputa". Demonizar la política suena reduccionista. Es negar los flancos vulnerables que deja el Estado como caldo de cultivo para que voces "incómodas" logren un lugar de consenso entre los alumnos. Ahora, ni las detalladas respuestas oficiales parecen poder frenar la bola de nieve.*

[53] MELO, J. M. *Jornalismo Opinativo.* Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003, pp. 110-111.

Quanto à topicalidade há o tipo preventivo, que mostra aspectos novos que podem produzir mudanças, os do tipo ação, que apreende o impacto de uma ocorrência e o tipo denominado consequência, em que se visualizam repercussões e efeitos.

Quanto ao conteúdo, Melo classifica os do tipo informativo, que esclarecem algum fato, os do tipo normativo, que fazem uma exortação a alguma coisa e os do tipo ilustrativo, que têm a função de 'educador'.

Quanto ao estilo, ele os classifica como intelectual, em que se racionaliza o que é dito ou emocional, que possui aspectos mais sensibilizantes.

Quanto à natureza, classifica-os como promocional, que se posiciona como coerente com a linha da empresa, circunstancial, que se situa de maneira mais oportunista e/ou imediatista e o polêmico, que adota uma postura contestadora, provocadora.

O comentário

Enquanto o editorial se restringe à emissão de opiniões sobre os fatos de maior importância, o comentário cumpre a tarefa de examinar fatos também significativos, mas de menor abrangência, com independência em relação à linha editorial. Sua técnica de realização é mais livre que a do editorial, pois, como é assinado, o jornalista se responsabiliza pelo que é escrito, não tendo que posicionar-se, como no editorial, de acordo com os interesses da instituição.[54.]

Para Martínez Albertos (1974), apud Melo[55], o comentário é um editorial assinado. Eugênio Castelli (1996), apud Melo[56], o identifica como um gênero intermediário entre o editorial e a crônica, porque utiliza o método expositivo do

[54] Sintetizo aqui as considerações de Melo a respeito do "comentário".
[55]MELO, J. M. *Jornalismo Opinativo.* Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003, p. 115.
[56] Id. Ibid. pág. 115.

editorial, mas introduz a ironia e o humor da crônica, aspecto que é bastante revelador para o nosso trabalho.

Melo afirma que os comentaristas são profissionais de grande experiência, especialistas, observadores privilegiados que possuem farta bagagem cultural; são analistas que apreciam os fatos, estabelecem conexões, orientam sem impor, realizam uma opinião valorativa de determinados fatos.

Melo explica que o comentário pressupõe ancoragem informativa e perspectiva histórica. Normalmente apresenta duas partes: a síntese do fato e a argumentação que sugere o seu julgamento.

Assim como nos editoriais, Melo[57] apresenta alguns tipos de comentários que transcrevo aqui: o primeiro analisa o problema, possui um estilo similar ao do editorial, utiliza-se de dados eruditos imprimindo subjetividade, apresenta traços de humor e ironia; o segundo tem um estilo de relatório, é uma reportagem com formulação de juízos pessoais, é a documentação de um fato; o terceiro é uma crítica de uma situação, faz uma apreciação realçando a natureza dessa situação, mas antecipa as possibilidades de solução. Em nossa pesquisa, foi fácil perceber os diferentes tipos e notar que a ironia e o humor "abriam portas" para o surgimento das EIs.

Melo ressalta que esse gênero encontra *na Folha de S. Paulo* a sua melhor estruturação, justamente por assumir ali um perfil narrativo. Esse mesmo perfil narrativo encontramos nas "columnas" do *Clarín*.

Como exemplo desse tipo de gênero opinativo, destaco os textos de Eliane Cantanhêde, colocados como anexos *um, quatro e seis*. Os textos dos anexos *um e quatro* são novamente comentados no próximo capítulo, que trata da ironia.

[57] Id. Ibid. p. 117.

O artigo

O artigo é uma matéria jornalística em que alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião. Nesse caso vale ressaltar que o nome 'artigo' é usado muitas vezes também para designar qualquer matéria publicada em jornal ou revista. A asserção que usamos para a palavra artigo é a dada por Melo, segundo o autor, pelas instituições jornalísticas que identificam o artigo como um gênero específico, uma forma de expressão verbal.

Para Melo, o artigo apresenta dois elementos específicos: a atualidade, ou seja, o comentarista tem liberdade de conteúdo e de forma, mas deve abordar fato ou ideia da atualidade, no sentido de momento histórico em que se vive. O artigo é feito por colaboradores que apreendem dimensões menos efêmeras do acontecimento. O outro elemento é a opinião, ou seja, a apresentação de um ponto de vista que alguém expõe. Essa avaliação deve ser explícita, sem ocultamento, como pode aparecer nos comentários. Essa opinião se vincula ao nome do autor do artigo que geralmente é uma personalidade destacada.

Melo[58] classifica os artigos em dois tipos:

O ensaio curto, que pode ser percebido justamente pelo seu tamanho e por apresentar julgamentos provisórios. A argumentação do ensaio curto baseia-se no próprio conhecimento do articulista.

O ensaio longo, que apresenta pontos de vista mais definitivos que se apoiam, além do conhecimento do próprio autor, em outras fontes documentais, tais como estatísticas pesquisas etc., que dão maior credibilidade à argumentação. É mais frequente em revistas especializadas do que em jornais.

O autor elogia a participação de parlamentares, dirigentes, autoridades religiosas, juristas, cientistas sociais em críticas das questões suscitadas pelo momento político nos artigos colocados na seção de "Tendências/Debates" da *Folha de S. Paulo,* dado que realmente comprovamos ao levantar o nosso corpus.

[58] Id. Ibid. pág 123

Podemos verificar, como exemplo, o texto apresentado aqui no *anexo nove*, no qual Marcos Cintra comenta a taxação do capital estrangeiro que ingressa no mercado brasileiro e que veremos mais adiante, no terceiro capítulo deste trabalho. Ainda que em frequência muito menor, foi possível encontrar algumas EIs nesse gênero de texto de opinião.

A coluna

A coluna é o gênero que mais dá margem a ambiguidades, pois é um espaço de entrecruzamento de várias formas de expressão noticiosa: notas, crônicas, sueltos, artigos etc. Ela é "um mosaico estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião, caracterizando-se pela abrangência e pela agilidade."[59]

Melo[60] apresenta quatro tipos de coluna:

O primeiro é a coluna-padrão, dedicada a assuntos editoriais de menor importância. Tem como características o tratamento superficial, a sugestão de tendências, possui pouco mais de um parágrafo e propõe padrões de julgamento.

O segundo é chamado de coluna miscelânea e é assim denominado por apresentar uma combinação de poesia e prosa, não se prende a nenhum assunto, tratando de vários temas com certa dose de humor e sarcasmo.

O terceiro é chamado de coluna de mexericos, e tem como objetivo falar sobre figuras famosas da sociedade. Esse tipo não faz parte do corpus deste trabalho.

O quarto e último é o da coluna sobre bastidores da política, que situa o leitor no mundo do poder, mostrando-o na sua intimidade. Encontrei alguns desse

[59] Id. Ibid. p. 140.
[60] Id. Ibid. p. 141

tipo tanto nos textos em português como nas colunas do *Clarín*, porém a sua classificação não é de todo evidente, pois, como foi dito anteriormente, esse gênero opinativo dá margem a muitas ambiguidades. No *Clarín* verificamos a coluna presente também na seção de esportes, por exemplo.

O detalhamento de cada gênero do jornalismo opinativo apresentado até aqui ajudará, como poderemos verificar, na análise dos textos selecionados no meu corpus. Porém é preciso lembrar que essas distinções não são fechadas e que muitas vezes um gênero pode ser confundido com outro. Bonini, em seu artigo acima citado, afirma:

> Muitos gêneros não se distinguem claramente, seja porque apresentam uma relação direta com a tarefa que está na base do texto, seja porque detêm modos de enunciação e temáticas muito próximos. A reportagem, por exemplo, dependendo do material coletado, pode se parecer com uma notícia, com um perfil ou uma entrevista. A resenha e a crítica também são gêneros bastante parecidos que constantemente se sobrepõem. Do mesmo modo, a distinção entre artigo de opinião, comentário e análise também não é clara nos exemplares analisados. (...)os gêneros do jornal apresentam fronteiras frouxas e, por outro lado, que essa vagueza categorial revela a impossibilidade de se descrever tais gêneros às últimas consequências... [61]

Acredito, porém, que, apesar de essa fronteira vaga, e da impossibilidade de se levar às últimas consequências a caracterização de cada gênero do jornalismo opinativo, podemos sim enriquecer a nossa análise destacando alguns princípios básicos que os norteiam. Mas vejamos outro aspecto desses textos que merece nossa atenção, que é o caso da tipologia textual.

A tipologia textual

Marcuschi, em "Gêneros textuais: definição e funcionalidade", comenta a diferença entre gênero textual e tipo textual, distinção que, assim como ele, outros autores, como Douglas Biber (1988), John Swales (1990), Jean-Michel Adam

[61] Id. Ibid. pag. 71- 72. Entre os exemplares analisados estão alguns da Folha de São Paulo.

(1990), Jean Paul Brockart (1999) apud Marcuschi defendem. Destacamos aqui a definição de tipo textual de Marcuschi:

> Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.[62]

Assim sendo, um texto pertence a um determinado gênero do discurso e pode apresentar, dentro de sua estrutura interna, uma tipologia variada. De uma maneira geral, os textos possuem uma grande heterogeneidade tipológica. As características básicas dos tipos textuais são definidas através de bases mínimas, que veremos mais adiante. Segundo Marcuschi, "o segredo da coesão textual está precisamente na habilidade demonstrada em fazer essa 'costura'"[63], ou seja, na habilidade de unir as sequências tipológicas dentro de "uma malha estrutural do texto". Segundo Figueiredo (2009)[64] um editorial, por exemplo, apresenta "uma produção rica em relação à presença de Tipologias Textuais"[65]. Tal fato nos levou a observar melhor as tipologias textuais em relação ao nosso corpus: os textos de opinião.

São cinco as tipologias textuais apresentadas por Marchschi: descritiva, narrativa, expositiva, argumentativa e injuntiva. Werlich (1975) apud Marcuschi propõe um esquema, como critério de identificação, de bases mínimas, em que estão as características básicas que definem as tipologias a partir de seus traços linguísticos predominantes. Vale lembrar que essas bases não correspondem à forma real do texto, mas são protótipos que dão modelo para a construção, a forma a que o texto pode se reduzir. Ciapuscio (1994) também sintetiza as bases das tipologias segundo Werlich e comenta que, para o autor, há dois tipos de textos: os ficcionais e os não ficcionais, classificados de acordo com a referência a

---

[62] MARCUSCHI, L. A. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade" In: *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 22.
[63] MARCUSCHI, L. A. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade" In: *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 27.
[64] Em artigo acima mencionado. FIGUEIREDO, I. Rodrigues- *A heterogeneidade tipológica do gênero editorial*, extraído de http://www.filologia.org.br/xiicnlf/07/volume_07.pdf#page=42 acesso em: 10 set. 09.
[65] Id. Ibid. p. 5.

situação criada ou ao mundo real. Deve-se levar em conta ainda os aspectos de coerência e completude. Comentaremos a seguir cada uma dessas bases.

A base descritiva tem a estrutura mais simples das cinco: possui um verbo de estado, normalmente no presente ou imperfeito, um complemento e uma indicação circunstancial de lugar. É usada para expressar ocorrências e mudanças no espaço.

A base narrativa tem um verbo de mudança que pode estar no passado ou referir-se ao passado, um circunstancial de tempo e lugar. Por sua referência temporal e local, é designada como indicativa de ação. É usada para expressar ocorrências e mudanças no tempo.

Já comentamos aqui que, antes que se emita uma opinião, é necessário que o leitor esteja a par dos acontecimentos que deram origem ao texto opinativo e um dos principais recursos para se relatar os fatos é o da narrativa. Mariani destaca esse aspecto do narrar comentando a estreita relação entre conhecimento e narração:

> ...no suposto poder do narrador. É muito mais uma ilusão do ouvinte imerso no jogo de imagens que transforma o que o narrador diz em verdades.
> Podemos traçar neste ponto um paralelo com a relação entre o sujeito-narrador na posição discursiva do jornalismo e o leitor. Esse sujeito jornalista se investe e é investido imaginariamente pelo leitor como aquele que sabe. A posição do leitor, por sua vez, é a de quem precisa ser informado por aquele que detém o conhecimento. Essas imagens produzidas historicamente, ainda hoje se auto-alimentam: o leitor confere ao jornal e ao jornalista a completude de um saber que nele, leitor, é considerado incompleto.[66]

Essa ilusão de 'detentor do saber' estabelece uma distância entre o leitor e o enunciador que muitas vezes precisa ser estreitada; para que isso ocorra, o enunciador necessita usar recursos que criem uma cumplicidade que os aproxime. Ao nosso ver, é aí que podemos encontrar o uso de expressões coloquiais, entre as quais estão as EIs, que muitas vezes ajudam a construir a ironia que aproxima leitor de enunciador.

[66] MARIANI. p. 100.

A base textual expositiva pode ter duas estruturas: na primeira, a sintética, aparece um sujeito, um predicado (no presente) e um complemento com um grupo nominal. Trata-se de uma identificação. A segunda, chamada analítica, possui sujeito, um verbo que possua a mesma função do verbo ter, e um complemento que estabelece com o sujeito a relação parte-todo. Trata-se de uma ligação de fenômenos. É usada para expressar decomposição ou composição de representações conceituais do falante.

A base argumentativa apresenta uma forma verbal negada no presente e um complemento. Trata-se de uma atribuição de qualidade. Diz Werlich (1975)[67] que pode haver uma variante desse tipo de base argumentativa que são orações, não com uma negação propriamente, mas sim em relação de oposição com outra(s). É usada para criar relações entre conceitos ou afirmações do falante.

Na base injuntiva, segundo Marcuschi, denominada por Ciapuscio "directiva", geralmente encontramos um verbo no imperativo. O imperativo pode ser substituído por "deve" ou alguma expressão que se incite à ação. É usada para valer como indicadores de ações para o comportamento futuro do falante ou do destinatário. Eliane Cantanhêde nos fornece um exemplo neste trecho final de seu 'comentário' "Matando cachorro a grito", como *anexo vinte e três*. Grifamos a frase na qual encontramos essa base:

> Enche as burras de entidades privadas e tende a frustrar profissionais com diplomas inúteis na parede da sala. **Será que é assim que se melhora o IDH, a qualidade do emprego e a própria educação?** PS: Ainda dá tempo. As inscrições para gari no Rio só terminam hoje.

No decorrer da leitura dos editoriais e colunas, pudemos comprovar a heterogeneidade tipológica desses textos e perceber como são importantes elementos de articulação. Normalmente os editoriais, os comentários e as colunas iniciam com a narrativa, pois devem garantir que o leitor esteja a par dos últimos acontecimentos; logo em seguida encontramos a argumentativa, na qual refutam ou defendem cada um dos acontecimentos, ponderações ou situações abordados na primeira parte. Há textos em que a narrativa e a argumentativa são alternadas,

[67] Conceitos extraídos do livro: CIAPUSCIO, Guiomar E. *Tipos Textuales.* Buenos Aires: Oficina de Publicaciones UBA, 1994.

sempre tendo como ponto de partida a narrativa, que é normalmente mais breve, e depois a argumentativa. Algumas vezes encontramos a injuntiva no final do texto, como acabamos de exemplificar, algo que incite o leitor a refletir sobre o que foi escrito. Os artigos já têm um predomínio da argumentativa, porém encontramos trechos descritivos em alguns deles.

Tais tipologias podem auxiliar na identificação das causas da relação entre a riqueza da articulação, por exemplo, o uso do caráter argumentativo que nos fez perceber uma relação entre os empregos das EIs e da ironia. Os textos argumentativos, no texto de Ciapuscio, "se caracterizan por las formas de secuencias contrastivas explícitas. Establecen- en conjunto con las oraciones atributivas de calidad- una estructuración dialéctica dominante"[68], situação que nos parece propícia para o surgimento da ironia. O próximo capítulo é dedicado à caracterização da ironia encontrada nos textos opinativos de nosso corpus.

[68] Id. Ibid. p. 85.

Terceiro Capítulo

Sobre a ironia e as expressões idiomáticas

A ironia, muitas vezes, é detectada com relativa facilidade, mas onde estão os sinais que nos levam a identificá-la? Como ela é construída? Tais perguntas podem nos ajudar a relacioná-la ao gênero jornalístico opinativo e à utilização de EI em sua argumentação. Este capítulo se propõe a buscar respostas a essas questões a fim de entender melhor o mecanismo da ironia.

Beth Brait, (2008) em seu livro *Ironia em perspectiva polifônica*, faz uma exposição do conceito de ironia, retomando as linhas da Filosofia, Psicanálise, Pragmática, Semântica, culminando na análise do discurso, que se utiliza de todas essas correntes ao tratar seu objeto de estudo. Apresentaremos assim uma síntese dos principais aspectos que nos parecem relevantes em seu livro, a fim de que possamos aplicá-los na fundamentação da presença da ironia nos textos de opinião de jornais.

A autora, logo de início, apresenta seu objetivo de buscar a ironia sob uma perspectiva discursiva, como uma conjunção de discursos, como uma forma particular de interdiscurso[69.] Diz que é frequente que a ironia esteja acompanhada do humor:

> que requer, tanto do produtor quanto do destinatário, uma competência discursiva especial, significa de antemão, saber o quanto isso poderia representar em extensão e repetição.[70]

Destaco esse trecho do texto de Brait, pois o mesmo requisito é necessário quando usamos uma EI. Tanto destinatário quanto, no caso das EIs, o emissor, necessitam uma competência discursiva para saber o que elas representam, já que estão

[69] O conceito de interdiscurso será, tal como consideraremos mais tarde em nossa análise, desenvolvido no quarto capítulo.
[70] BRAIT, Beth *Ironia em perspectiva polifônica* Campinas: Unicamp, 2008 p. 13.

inscritas numa memória da língua na qual foram incluídas pelo processo de repetição. Essa primeira característica em comum pode ser um dos motivos pelos quais há uma ocorrência significativa de EIs em textos irônicos.

O processo irônico descrito pela autora destaca a enunciação como um componente essencial, pois nesse processo estão envolvidos o produtor (sujeito que produz as palavras), sujeito da enunciação (a primeira pessoa do texto), enunciador (origem das perspectivas, pontos de vista), locutor (responsável pelo enunciado) e o destinatário (a quem se destina a mensagem produzida), receptor (aquele que ouve ou lê a mensagem), interlocutor (aquele que participa do processo de interação que se dá numa conversação), enunciatário (leitor pressuposto pelo enunciador), leitor (empírico que recebe do sujeito que produz). Esse humor existente no processo, diz ainda, pode auxiliar o desvendamento de momentos ou aspectos de uma dada cultura, de uma dada sociedade. Assim:

> O deslindamento de valores sociais, culturais, morais ou de qualquer outra espécie parece fazer parte da natureza significante do humor. Assim sendo, uma manifestação humorística tanto pode revelar a agressão a instituições vigentes, quanto aspectos encobertos por discursos oficiais, cristalizados ou tido como sérios.[71]

Para exemplificar o que foi dito, separei um dos textos da colunista Eliane Cantanhêde que trata do episódio da concessão de asilo político ao presidente deposto de Honduras na embaixada do Brasil, ocorrida em setembro de 2009 e, como consequência, das repercussões que tal ato ocasionou. A íntegra do texto está incluída no final deste relatório como *anexo um.* Neste trecho é notória a presença do humor que deslinda valores morais:

> **Ao meter os pés, as mãos e a embaixada** em Tegucigalpa na defesa apaixonada de um dos lados, o do presidente deposto, Manuel Zelaya, o governo Lula se colocou num duelo com o presidente golpista, Roberto Micheletti - que, ao mesmo tempo, recusa sistematicamente a participação da OEA (Organização dos Estados Americanos).[72]

A EI usada serve de introdução e de suporte para revelar uma crítica à postura do governo Lula, o restante do parágrafo desenvolve a situação num tom mais ameno. Percebemos que a EI desse parágrafo é o instrumento principal na construção do humor aqui presente. Ela nos leva a um discurso cotidiano que contrasta com o perfil dos

[71] Id., Ibid. pág 15
[72] Texto extraído de http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2909200904.htm, acesso em: 07 out. 09, grifo meu.

textos jornalísticos. A palavra "apaixonada", que nos remete às constantes atitudes intempestivas do governo do presidente Lula, também destoa do resto desse parágrafo, auxiliando e servindo de elo para a existência desse interdiscurso irônico revelado através do humor. Podemos perceber a crítica, o tom de agressão também nas palavras "sistematicamente" e "se colocou num duelo". O texto perderia muito de sua persuasão sem essas palavras e consequentemente seu efeito de sentido seria outro. O uso criativo da expressão *"meter os pés pelas mãos"* faz com que percebamos a importância de seu emprego para ajudar na construção da ironia. Dissemos "criativo", pois a EI do texto está reformulada através da inclusão das palavras "e a embaixada". Esse é um dos pontos que pretendo abordar no próximo capítulo deste trabalho.

Voltando à ironia, a autora salienta que ela surge:

> como categoria estruturadora de texto, cuja forma de construção denuncia um ponto de vista, uma argumentação indireta, em que conta com a perspicácia do destinatário para concretizar-se como significação (...), o interdiscurso irônico, possibilita o desnudamento de determinados aspectos culturais, sociais ou mesmo estéticos, encobertos pelos discursos mais sérios e, muitas vezes, bem menos críticos.[73]

Nem sempre o humor está tão perceptível, como vimos anteriormente, porém a argumentação irônica serve para desvendar aspectos que não querem que sejam apresentados diretamente. O "sentido figurado"[74], em tensão com o literal, característica apresentada por Brait, é outro elemento que produz a ironia. A autora apresenta essa tensão de maneira mais profunda, que mencionarei mais detalhadamente. Neste momento nos interessa destacá-lo apenas como uso das palavras dentro do texto. Com o propósito de exemplificar esses últimos aspectos, utilizaremos o artigo do *Clarín* escrito por Daniel Fernández Canedo em 15 de outubro de 2009, em que comenta as últimas atitudes econômicas do governo Kirchner frente à crise econômica mundial. Este texto está incluído no final deste trabalho como *anexo dois*.

Llueven dólares sobre la región y algunos caen sobre la Argentina.

A primeira frase do texto instaura uma situação "figurada" que permeia todo o texto, a de que estão chovendo dólares na América Latina. No meio do

[73] BRAIT p. 17

[74] Ainda que polêmica, mantenho a denominação "sentido figurado" neste momento para que fique mais clara a minha fundamentação de que se constrói uma "situação figurada". No próximo capítulo, aclararemos essa questão nominativa e passaremos a adotar uma perspectiva sobre o sentido como atributo dos enunciados, não de itens lexicais ou fraseológicos.

texto, encontramos novamente a palavra "llovió", mas no seu sentido literal que nos remete ao não literal usado em outros trechos, causando uma ambiguidade proposital, vejamos:

> *El nuevo panorama, sin embargo, tiene un precio de la soja menor al de hace dos meses. Eso se compensará en términos de entrada de dólares porque llovió, poniendo fin a la sequía, y por un fuerte aumento del área sembrada.*

Encontramos fortes argumentos que justificam o significado não literal da palavra "llovió" a reportando à ideia de "lluvia de dólares" para o preço menor da soja, mas a palavra "sequía" (de valor inverso) a associa à imagem do campo, trazendo à tona o significado literal da palavra, significado que, porém, é logo desfeito ao argumentar que a área de plantio da soja sofreu um aumento; propositadamente se criou nesse trecho uma ambiguidade que contribui para a ironia.

Brait destaca a ironia como mecanismo discursivo e como um dos seus aspectos a *presença/ausência do "sentido literal" e do sentido figurado ou verdadeiro*[75]. O trecho acima destacado nos mostra como isso pode ser feito e sua ambiguidade contrasta bastante com a linguagem de um texto jornalístico que tem por objetivo a clareza.

Voltando ao nosso texto, podemos também notar que essa perspectiva irônica, a "situação figurada" que mencionamos acima, é sempre indiretamente recordada através de expressões que nos remetem a fenômenos naturais relacionados à metereologia:

> *La idea de vivir una super-liquidez mundial le pone plazo corto a la recesión de los países desarrollados. Y regenera el escenario de* ***viento de cola*** *para los que venden alimentos y materias primas.*

Ou ainda:

> ***La ola*** *que domina las decisiones financieras en este momento parece no inquietarse por los riesgos.*
> *El Gobierno se subió al* ***viento a favor*** *coqueteando con un acuerdo con el FMI que va y que viene, pero no llega a concretarse.*

[75] Id., Ibid.,pág. 35.

As palavras “viento” e “ola” mantêm, na memória do leitor, a metáfora da primeira frase bastante viva. Aqui podemos perceber novamente que as EIs participam dessa construção argumentativa da ironia. Outra vez encontramos uma delas reformulada a fim de lhe incluir um sema a mais, que se adapta ao contexto do discurso em que está inserida: a expressão “viento de cola” que reaparece mais abaixo de maneira integral, sem a reformulação, dentro do próprio texto: “viento a favor”.

A imagem lançada na primeira frase do texto, assim como meus comentários sobre a sua manutenção na memória do leitor, são corroborados na conclusão do artigo, pois novamente a situação é claramente retomada:

> *Tal vez el paisaje de la lluvia de dólares pueda demorar los tiempos para que la normalización de las relaciones con el Fondo llegue a ser una realidad. Los tiempos económicos están dados. La política manda.*

Novamente percebemos um entrelaçamento de sentidos, em que o “figurado” é embasado por um forte enquadramento literal, pois a situação retomada é referida como “paisaje”, seguida da palavra “tiempo” que, apesar de se referir ao tempo cronológico, deixa como pano de fundo o quadro da “chuva de dólares” mais completo. A ambiguidade, afirma Brait, é uma das propriedades da ironia.

Kierkegaard (1991) afirma que o conceito de ironia fez sua entrada no mundo com Sócrates. O conceito de ironia de Sócrates, segundo Brait (2008, pág.26), traz a ideia de um fenômeno de linguagem, pois se volta para a perspectiva da construção discursiva e encontra no diálogo a principal ferramenta para a relação enunciação-interlocutores. Kierkegaard, em seu livro *O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates*, estuda mais profundamente a ironia socrática através da leitura de filósofos, como Xenofontes e Platão entre outros, e coloca também que o principal método de abordagem de Sócrates é o movimento dialético da pergunta-resposta. Apresenta a ironia socrática da seguinte maneira:

> Se é correto o que desenvolvemos até aqui, então se vê que a intenção com que se pergunta pode ser dupla. Pois a gente pode perguntar com a intenção de receber uma resposta que contém a satisfação desejada de modo que quanto mais se pergunta tanto mais a resposta se torna profunda e cheia de significação; ou se pode perguntar, não no interesse da resposta, mas para através da pergunta, exaurir o conteúdo aparente, deixando assim atrás de si um vazio. O primeiro método pressupõe naturalmente que há

> uma plenitude, e o segundo, que há uma vacuidade; o primeiro é o especulativo, o segundo o irônico.[76]

Esse movimento também é notado nos textos de opinião selecionados. Observemos o que escreveu Eduardo van der Kooy, para o *Clarín* em 12 de outubro de 2009, no artigo "Los presagios de tiempos muy difíciles*"*, aqui inserido como *anexo três*, o qual comenta a atitude dos políticos argentinos de aprovação da lei da mídia proposta por Kirchner visando a terminar com os monopólios midiáticos; tal medida passou por vários protestos por partes de opositores ao governo e por parte das empresas afetadas.

> *¿Qué favor podría devolverle ahora Kirchner al gobernador correntino? ¿Apartarlo del submundo que circunda aquella muerte extraña? ¿Ayudarlo en el universo judicial? ¿Enviarle parvas de dinero para administrar una provincia que, como la mayoría, muestra las arcas en rojo? Cualquier complicidad es válida, en la óptica del ex presidente, para ganar un voto y abrochar una victoria.* ***A las palabras declamadas las acostumbra a barrer el viento.***

No trecho do texto acima, podemos observar que as perguntas cheias de significados deixam as respostas vazias, assim, no sentido socrático, não se esperam respostas. Essas indagações fazem parte do jogo irônico de dizer algo pensando o contrário. O parágrafo é concluído novamente com a presença de uma EI, que por coincidência sofreu uma reformulação ao ser trocado o verbo "llevarse" por "barrer". Essa EI tem a função-chave de corroborar o sentido contrário, necessário a evidenciar a ironia.

Observaremos agora o mesmo aspecto na coluna "Ao sabor dos ventos da campanha", escrita em 20 de outubro de 2010, por Eliane Cantanhêde para a *Folha de S. Paulo*, no final como *anexo quatro*, que fala da pré-campanha eleitoral no Brasil feita pelo presidente Lula:

> Já há ministros reclamando. Desses ministros chatos, de áreas técnicas, que têm de tomar decisões, assinar atos, **tocar o bonde -e não os aviões**- adiante. Cadê o Lula? Não está. Cadê a Dilma? Não está. E aí, o que fazer? Fácil: **chama o bispo**!

Nesse exemplo percebemos de início o conceito básico de ironia: o de se dizer o contrário do que se pensa através das palavras "ministros chatos que têm de tomar

[76] KIERKEGAARD, S. A. *O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates* Petrópolis: Vozes, 1991. Trad. VALLS A. L. M., p. 42.

decisões". As perguntas encadeadas na sequência servem de construção para a argumentação irônica. A ausência do presidente é o alvo desta ironia. O humor fica aqui por conta da EI "tocar o bonde", que significa "ir em frente", e que aqui é acrescentada por "e não os aviões" em alusão às constantes viagens do presidente. A ironia é concluída com a sua pretensa substituição pelo "bispo". Aqui podemos encontrar uma alusão à outra EI "trabalhar para o bispo", que dependendo do contexto, pode ter significado de "ficar na moleza, realizar tarefa fácil" ou "trabalhar de graça".

Hutcheon (2000) ao analisar a ironia diz:

> O que eu fiz, no entanto, foi separar o inseparável: eu isolei artificialmente, para fins de discussão, uma série de elementos que, na prática, trabalham juntos para que a ironia aconteça: sua aresta crítica; sua complexidade semântica; as "comunidades discursivas" que, argumentei, tornam a ironia possível; seu enquadramento e seus marcadores contextuais (...) A ironia remove a certeza de que as palavras significam apenas o que elas dizem. Mentir faz o mesmo, é claro, e é por isso que o ético assim como o político nunca estão muito abaixo da superfície das discussões sobre o uso da ironia e as respostas a ela.[77]

Podemos perceber, a partir desses pequenos trechos do livro de Hutcheon, que a ironia está acompanhada da crítica e da política. Podemos então encontrar um ambiente propício ao surgimento da ironia nos textos de opinião da *Folha de S. Paulo* e do *Clarín*, já que ambos, na maioria das vezes, discutem os acontecimentos políticos vigentes e adotam uma postura bastante crítica em relação ao governo de seus respectivos países.

Já conseguimos entender a associação entre a ironia e os textos de opinião e por que nossa fonte de material de estudo foi propícia à construção de nossa hipótese. Porém nos falta algo crucial: como as EIs podem entrar nessa relação ironia/textos jornalísticos opinativos?

Hutcheon postula ainda que a ironia é compartilhada por uma comunidade discursiva determinada:

> Não é que a ironia cria comunidades ou grupos fechados; em vez disso, eu quero argumentar que a ironia acontece porque o que poderia ser chamado de "comunidades discursivas" já existe e fornece o contexto tanto para o emprego quanto para a atribuição da ironia. Todos pertencemos simultaneamente a muitas dessas comunidades de discurso, e cada uma delas tem suas próprias convenções restritivas (Hagen [78], 1992:

[77] HUTCHEON, Linda *Teoria e Política da ironia.* Belo Horizonte: UFMG, 2000, pp. 20 e 32.
[78] HAGEN, P. L. *The rhetorical effectiveness of verbal irony.* 1992. Pennsylvania State University. (Ph. D. dissertation).

> 155), mas também capacitadoras. Para dar uns poucos exemplos inócuos: a piada compartilhada por aqueles que não são pais e mães geralmente escapam a pessoas como eu, que não tem crianças, e muito da sátira política britânica me deixa confusa por eu ser canadense. Isso não é uma questão de elitismo de grupos fechados; é apenas uma questão de contextos experienciais e discursivos diferentes. De uma certa maneira, se você entende como funciona, você já pertence a uma comunidade: aquela baseada no conhecimento da possibilidade e natureza da ironia. Não é que a ironia cria, os capítulos mais adiante vão explorar em detalhe, quanto mais o contexto é compartilhado, em menor quantidade e menos óbvios são os marcadores necessários para sinalizar – ou atribuir – a ironia.[79]

Já comentamos, no segundo capítulo, que as expressões idiomáticas possuem uma característica bastante semelhante a essa da ironia: a de que ambas são compartilhadas por determinada comunidade discursiva e que cada comunidade discursiva possui suas próprias convenções, lembrando que uma das três características apontadas para a identificação de uma EI foi a "convencionalidade". No capítulo anterior, também comentamos que o gênero pertence a uma comunidade discursiva e que dentro dela existem membros iniciantes e experientes, aspecto que também podemos usar para traçar um paralelo tanto em relação com as EIs quanto com a ironia.

Observemos esses aspectos dentro de um de nossos textos. Neste artigo do *Clarín* de 12 de outubro de 2010, escrito por Alejandro Borensztein (incluído como *anexo onze*), o locutor logo no primeiro parágrafo assume, dentro do discurso, o papel de um enunciador que é companheiro político do casal Kirchner:

> *Compañera Jefa, me parece que a esta altura, todo lo relacionado con la estrategia política debo discutirlo con usted porque, a la luz de los últimos resultados, sospecho que tiene mucha más muñeca que el Compañero Jefe.*[80]

A crítica ao casal Kirchner já é percebida logo no inicio quando, ao se colocar no lugar de alguém que pode compartilhar comentários mais duros, comenta que "sospecho que tiene mucha más muñeca que el Compañero Jefe". A estratégia discursiva utilizada ajuda a formar um ambiente de tensão entre o que seria o discurso de um aliado com o que se concretiza como o de crítica.

Mais adiante neste mesmo texto encontramos:

> *De repente, vaya uno a saber porque, un buen día el gobierno se levanta a la mañana y decide que es un excelente momento para tirarse abajo del tren. Aparecen los guantes*

[79] Id. Ibid. pp. 37-38
[80] Texto extraído de http://www.clarin.com/politica/Koyote-Correcaminos_0_334166701.html acesso em: 14 set. 10.

> *de box, el destrato a un millón de usuarios de internet, se tragan el bache con Papel Prensa y otra vez a la banquina. Después viene la parte del estribillo de esta milonga, que es cuando la oposición enloquece porque ve que el gobierno está mal y todos sienten que pueden ganarle, como a Boca. Es ahí cuando se empiezan a pelear entre ellos como locos, porque cada uno piensa que está a un paso de la presidencia. Acto seguido, la sociedad los mira y dice: "¿estos son los opositores que quieren reemplazar a los Kirchner?" Y ahí es cuando el gobierno, que estaba en la cuneta tapado por un matorral de soja, se pone de pié y vuelve a remontar la situación. Por 8 o 10 días, máximo. Nunca dura más que eso porque, cuando el gobierno empieza a sentir nuevamente el vientito en la camiseta, se envalentona, acelera, organizan la pelotudez del mes y otra vez se caen en la banquina. Y ahí los vuelve a pasar la oposición, eufórica, haciéndole trompetita y* ***corte de mangas****. Así transcurren los meses, alegremente. Si la estrategia es esta, Compañera Jefa, el 2011 nos va a encontrar unidos, mirando el glaciar y muy lejos de la Rosada.*

Para que se possa compreender o texto, é preciso ter conhecimento dos acontecimentos recentes na Argentina, tais como a lei do "papel prensa", as acusações a usuários da internet, a onda de assaltos a banco que levou à morte de uma vítima. Além disso, palavras como "milonga", "Boca" empregadas para analogias e não para referir-se à dança ou ao clube, fazem parte da memória da comunidade discursiva que lê o jornal *Clarín*. Essa EI, comumente presente nesse tipo de situações, aqui representada em "corte de mangas", indica o gesto vulgar que consiste em "golpear o braço com a mão contrária", indicando "desdém", ou seja, "dar uma banana" e nos ajuda a manter o tom coloquial de todo o texto, pois serve de mecanismo para a construção da personagem do enunciador, que é caracterizado como alguém que pertence à classe operária, que possui uma linguagem mais coloquial, como alguém que representasse a camada mais baixa da população. Claro que essa imagem que tentam forjar é destoada pelo fato de que esse enunciador é muito bem informado e está a par do que acontece na vida política de seu país. Essa incongruência também favorece a construção da ironia.

Orlandi (1986, p. 84), em seu artigo "Destruição e construção do sentido-(um estudo da ironia)", comenta a existência de um discurso irônico, uma prática de linguagem circunstanciada em que:

> Na interlocução, quando as palavras referem um determinado universo do dizer, há ironia. Ela não está no locutor, não está no ouvinte, não está no texto: está na relação que se estabelece entre os três. Mesmo que o que não parece irônico, pode sê-lo; depende da relação que se estabeleça.[81]

[81] ORLANDI, E. P. "Destruição e construção do sentido (um estudo da ironia)" In: *O Histórico e o Discursivo.* Uberaba: Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1986, p. 84.

Ainda que possamos encontrar outros sinais de existência da ironia no texto do jornal argentino, me parece interessante destacar, como menciona Orlandi, que a forma como é construída a enunciação da coluna do *Clarín* ajuda a aumentar o grau de ironia: o "mundo irônico" aqui construído tem dois níveis: o representado no discurso, em que o enunciador "companheiro" se dirige à presidenta Kirchner com uma linguagem que nos remete a um discurso sindical através de palavras como, por exemplo, "compañera Jefa" e outro, não tão fictício, em que um locutor, identificado no papel do arquiteto e produtor de TV Alejandro Borensztein, escreve para o jornal a um leitor ideal, construído através de um perfil a quem o *Clarín* pretende atingir. A nossa EI vem corroborar a linguagem da personagem construída na representação interna do discurso. Vale acrescentar que, ao longo do texto, encontramos mais algumas EIs.

Para Orlandi, o único ponto que une as diferentes teorias sobre a ironia é o de que ela é uma discordância, dissonância entre o que é literal e o derivado dele, entre o enunciado e a enunciação, entre o conteúdo comunicativo pretendido e o apreendido. Essa discordância também é encontrada no eco que Wilson e Sperber (1978) teorizam ao abordar a ironia, o qual explicaremos mais adiante.

Observamos essa dissonância na coluna da *Folha de S. Paulo* de 18 de novembro de 2009, escrita por Eliane Cantanhêde, cujo título é uma de nossas EIs "Matando cachorro a grito" (*anexo vinte e três*). O texto começa comentando a baixa do índice de desemprego para, em seguida, comentar o tamanho da fila de inscrição para o concurso de gari no Rio de Janeiro e a alta qualificação dos candidatos a tal posto. Já no final do texto, encontramos a seguinte afirmação:

> Será que é assim que se melhora o IDH, a qualidade do emprego e a própria educação?
> PS: Ainda dá tempo. As inscrições para gari no Rio só terminam hoje.[82]

Há uma dissonância clara, ao colocar a frase que chama a atenção dos leitores para o final do prazo de inscrição, já que, durante todo o texto, percebe-se que a enunciação põe em xeque a relação qualificação/cargo pleiteado e no último enunciado temos uma frase que normalmente se encontra em textos que incentivam e orientam as pessoas a realizarem tal concurso; foi o que comentamos no segundo capítulo em relação à tipologia textual injuntiva.

[82] Texto extraído de http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2310200904.htm acesso em: 18 nov. 09.

Orlandi elenca as marcas que podem ser referidas à propriedade do discurso irônico:

> a. Ao nível do texto, as marcas são manifestadas por: menção, antítese, perífrase, interrogação etc.
> b. Ao nível da gramática temos: confrontação de elementos de estilos diferentes; o jogo entre som/sentido; repetição; mudança de registro; tom (dubidativo, de aprovação etc.) e outras que resta determinar.[83]

Algumas dessas marcas foram aqui apresentadas através do estudo de outros autores. Tal é o caso da interrogação de Sócrates, feita por Kierkegaard e a antítese, quando comentamos que a definição básica de ironia era dizer o contrário. Podemos agora acrescentar a ideia de que as EIs podem ser um instrumento importante para construir um estilo diferente ao encontrado geralmente nos textos jornalísticos, contribuindo inclusive para a mudança de registro, já que muitas vezes essas expressões pertencem à linguagem oral, como no caso do título do texto que acabamos de comentar.

Sperber e Wilson (1978, pp. 3-4)[84,] ao estudarem a ironia, começam questionando a tensão literalidade/sentido figurado, alegando que o sentido literal se dá através do contexto em que está inserido o enunciado, pois, sem este, qualquer enunciado seria ambíguo a princípio. Assim sendo, se um locutor quer que se compreenda algo além do sentido explicitado, é melhor usar o termo "subentendido". Para aprofundar mais a questão, coloca que a ironia é uma menção implícita que faz "eco" quando se diz algo incongruente com a situação da enunciação.

Voltemos ao exemplo do texto de Eliane Cantanhêde (*anexo quatro*):

> Já há ministros reclamando. Desses ministros chatos, de áreas técnicas, que têm de tomar decisões, assinar atos, **tocar o bonde -e não os aviões-** adiante. Cadê o Lula? Não está. Cadê a Dilma? Não está. E aí, o que fazer? Fácil: **chama o bispo**!

Podemos perceber isso nas primeiras frases desse trecho "já há ministros reclamando. Desses ministros chatos" em que temos a repetição da palavra "ministros". Esta não tem função referencial nenhuma, já que já foi empregada anteriormente, o que a coloca como uma menção que deve ser encarada como uma intenção de deixar claro.

[83] Id. Ibid. pág. 93.
[84] SPERBER, Dan & WILSON, Deidre. *Las ironías como menciones.* Poétique, nº 36, Seuil, Paris, 1978, pp.3-4.

Mais adiante diz que eles têm que tomar decisões, assinar atos. Isso seria uma afirmação contrária ao que os outros integrantes do governo fazem, um eco do que seria esperado que Lula e Dilma fizessem. A mesma ideia pode ser colocada quando se adjetivam os "ministros" como "chatos". Toda ironia tem, segundo estes autores, um alvo, um objetivo. Nesse caso podemos claramente perceber quem são os alvos de Eliane Cantanhêde.

Sperber e Wilson afirmam que as ironias, como menções, aclaram muitos aspectos, dentre os quais eles comentam cinco: a relação entre ironia e paródia; o tom irônico; as mudanças de registro de expressão; o lado moralizador das ironias, quando geralmente se menciona algo de valor positivo para referir a algo desvalorizado e não ao contrário; a maneira como as ironias enfocam um objetivo, ou seja, possuem um alvo e a partir deste é que delimitam a clareza pela qual se produzirá o eco. Desses aspectos, o que nos interessa em particular é sem dúvida o terceiro:

> *Se sabe que las ironías van acompañadas a menudo de un cambio de registro en la expresión, es común marcar la ironía pasando, por ejemplo, a estilo pomposo:*[85]

Já destacamos anteriormente o caráter das EIs e por que elas ajudam a construir essas mudanças. Esse trecho de Sperber e Wilson só faz reforçar o que já dissemos.

Orlandi inicia seu artigo afirmando que o estudo da ironia é objeto fecundo e intrigante; poderíamos, pois, continuar apontando características e aspectos da ironia e ainda assim mostrar aspectos relevantes a seu respeito, mas cremos já haver conseguido nosso objetivo: entender o seu mecanismo de funcionamento e relacioná-lo aos nossos objetos de estudo.

Nosso próximo passo é pensar o funcionamento das EIs dentro do discurso, abordá-las a partir de algumas perspectivas dos estudos discursivos e aprofundar a questão da reformulação delas. Esses são os aspectos a serem desenvolvidos no quarto capítulo.

[85] Id. Ibid. p.17.

Quarto capítulo

As expressões idiomáticas sob uma perspectiva discursiva

Neste capítulo as características das EI, comentadas no primeiro, no qual serviram de base os estudos de outras origens, como, por exemplo, a Lexicologia e a Fraseologia, serão reexaminadas à luz dos estudos discursivos. Desse modo, das três características identificadoras de uma EI: combinabilidade de no mínimo duas palavras, convencionalidade e idiomaticidade, duas delas serão analisadas desde essa outra perspectiva para que possamos dar continuidade e coerência ao nosso trabalho.

Essas duas características que abordaremos com maior detalhe são convencionalidade, termo que a partir de agora será relacionado aos conceitos de "memória da língua e memória discursiva" e o de idiomaticidade que no primeiro capítulo era relacionado ao conceito de sentido literal e figurado e que, a partir deste momento, será abordado através dos conceitos de transparência e opacidade. Ambas relações serão feitas por serem mais apropriadas aos estudos discursivos, de que nos serviremos para analisar as nossas EI dentro dos textos de opinião dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Clarín*.

Este capítulo será dividido em duas partes; na primeira veremos como as EIs estão intimamente relacionadas com a memória de língua através de sua própria constituição e como elas acionam a memória discursiva; na segunda parte, veremos o resultado dessa relação entre EI e memória discursiva analisando os processos pelos quais as nossas EIs intervêm, como os da reformulação e da paráfrase.

As memórias: da língua e discursiva

Imaginemos como é o processo de surgimento de uma EI. Para que se concretize uma combinação de palavras em uma EI, é necessário que ela seja memorizada através de sua repetição. Normalmente, como foi dito, elas nascem de comparações com as atividades comuns, do cotidiano de uma determinada comunidade, formando metáforas que logo se convertem em "significados não transparentes", a sua idiomaticidade, uma das características das EIs. Essas repetições memorizadas são como vozes anônimas que ressoam formando uma memória que se inscreve na língua, que cria uma espécie de arquivo, formado pela repetição, que nos disponibiliza o reconhecimento delas. Sobre o assunto, afirma Payer em seu livro *Memória da língua Imigração e nacionalidade:*

> Para significar, a língua supõe memória ao se dar como repetição. Ao falar sobre este aspecto específico da repetição, gostaríamos de ressalvar, entretanto, que não estamos falando da língua "na memória", no sentido de memória de um indivíduo. Falamos, por outro viés, sobre a memória "na" língua, isto é, sobre o modo como os sentidos produzidos e sustentados socialmente, pela repetição, se encontram nisto que chamamos de 'língua' já em seus elementos mínimos. Nesta perspectiva, podemos compreender que o modo como uma sociedade, um povo, produz sentidos historicamente encontra-se marcado em sua linguagem, no modo como ele fala a "sua" língua, ou melhor a língua que lhe é dado falar por sua história.(...) Assim, a língua é tomada como parte da história, e a história significa 'com a, através da' língua.[86]

Portanto, nada como as EIs para, de uma maneira que lhe é muito peculiar, resgatar essa história, memória da língua. Talvez esse seja um dos motivos que levam à relevância de seu uso nos textos de opinião, pois eles têm como meta principal expor um ponto de vista, normalmente o da crítica, e persuadir o leitor em direção a ele. O clima de cumplicidade necessário para que se instaure a confiança entre locutor-leitor é incrementado por uma EI, que pressupõe cumplicidade ao retomar uma memória discursiva em comum, dada pela memória da língua.

---

[86] PAYER, M. Onice *Memória da língua Imigração e nacionalidade* São Paulo: Escuta, 2006, p. 39.

Vejamos um exemplo dentro de uma coluna retirada do jornal *Folha de S. Paulo*, inserido como *anexo seis*, "Novidades nos palanques*"*. Nele Eliane Cantanhêde comenta a nova tendência das candidaturas eleitorais de se intrometer em assuntos internacionais:

> **BRASÍLIA - Quem te viu, quem te vê**... Ninguém **dava a menor bola** para assuntos internacionais e de defesa, nem mesmo políticos, muito menos candidatos, mas essa tendência vem se invertendo desde a campanha presidencial de 2006 e são dois temas que têm tudo para render bons debates -e tomara que boas entrevistas- com os presidenciáveis de 2010.

A presença do humor, claramente perceptível já nas palavras iniciais do parágrafo, não será abordada neste momento, mas sim a EI "dava a menor bola", que, como dito acima, faz parte de uma memória da língua que é falada sob uma perspectiva de uma sociedade, um povo. Uma EI pertence a uma dada comunidade discursiva, em que enunciador e enunciatário devem estar inscritos, para que a EI possa ser plenamente compreendida.

Em outro trecho do mesmo texto, podemos verificar como a EI pode remeter a uma situação corriqueira da vida cotidiana e como ela pode resgatar a história de uma determinada comunidade, já que, apesar de não mais termos o "bonde" como recurso de transporte, mantivemos o uso da palavra dentro da EI "pegar o bonde andando", que significa: "começar a participar de algo que já estava em andamento". Aqui percebemos, porém, que houve a inserção das palavras "o governo FHC" que acrescenta o sema "ter se aproveitado de algo positivo deixado pelo governo anterior", já o sema "fazer algo indevido", a que a palavra "andando" nos remeteria, é perdido para dar abertura ao acréscimo de "pisou no acelerador", que nos traz outro sema, o de 'melhoria', que forma a ideia de que, "além de ter se aproveitado, melhorou o que já havia sido iniciado".

> Nesses dois campos, Dilma leva vantagem. Não por ela, que não tem se metido na área internacional e jamais foi ou será ligada à questão de defesa, de estratégia militar - ou melhor, de militares mesmo. Mas porque o governo Lula, como em praticamente tudo, **pegou o bonde** que vinha do governo FHC andando e pisou no acelerador.

Além dessa memória presente na língua, que se constrói a partir da repetição, como comentamos anteriormente, também percebemos uma memória

discursiva. Nesse exemplo ela se nota mais claramente na presença da inserção "que vinha do governo FHC", trazendo à tona "que no governo anterior já havia começado o processo de reconstrução do país". A memória discursiva se materializa na enunciação através de diferentes formas: o interdiscurso e o pré-construído. Esses dois elementos se tornam visíveis na forma como a memória se apresenta na língua que encontramos nos textos aqui analisados: os textos jornalísticos opinativos. Mas vejamos mais detalhadamente o que entendemos por interdiscurso e pré-construído a partir de autores como Pêcheux (1990), Henry (1988), Fanjul (2002).

A memória é comentada por Pêcheux (1990), em seu artigo *Leitura e memória: projeto de pesquisa*[87], suas abordagens servem de base para nossa explicação anterior, pois, segundo ele, existe um corpo sócio-histórico de traços no qual, como condição essencial de produção, se inscrevem os discursos. A esse corpo sócio-histórico de traços discursivos, a essa materialidade discursiva, ele dá o nome de *interdiscurso.* Nesse mesmo artigo Pêcheux assegura que é impossível dissociar completamente a construção da significação do processo de interpretação do sentido de uma sequência. A língua é um espaço privilegiado para *a inscrição de traços linguageiros discursivos, que formam uma memória sócio-histórica.*[88] Destaca ainda que é importante a análise léxico-sintática e enunciativa para a apreensão desse interdiscurso.

Interdiscurso pode então ser definido como uma espécie de memória coletiva de enunciados que estão arquivados para que possam se relacionar com novos discursos na constituição de sentidos.

Fanjul (2002) diferencia os conceitos de interdiscurso do intradiscurso de uma maneira esclarecedora:

> O termo "interdiscurso", de longa tradição na AD, denomina, em termos gerais, o já dito em outros espaços, os outros discursos, aquilo que é exterior a formulação de um determinado enunciado. Opõe-se a "intradiscurso", que seria o fio discursivo, o interior e linear no enunciado. O interdiscurso é o grande espaço em que os enunciados se

[87] PÊCHEUX, M. "Lecture et mémoire: Projet de recherde". In: Maldidier, Denise (1990) *L'inquietude du discours.* Paris; Éditions dês Cendres. Tradução ao português por Maria do Rosário Gregolin para GEADA (Grupo de Estudos em Análise do Discurso de Araraquara).
[88] Id. Ibid. p. 3.

> relacionam, cobram historicidade, e, em última instância é a fonte do sentido. Há diversas definições pontuais de "interdiscurso" em diferentes etapas e em diferentes estudiosos da AD, em alguns casos aproximando a noção de outras como "intertextualidade" e "polifonia".[89]

Já como "pré-construído", P. Henry apud Pêcheux (1988), designou todo saber prévio que se apresenta como evidente no discurso:

> ...o termo "pré-construído" para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado. Trata-se, em suma, de um efeito discursivo ligado ao encaixe sintático.[90]

Para ilustrar, podemos pensar novamente na forma que se materializa o pré construído através da reformulação da EI "pegou o bonde" associada ao "governo FHC", já que a memória da língua, através da EI, nos traz o sema de "participar de algo que já está em andamento" enquanto que "o governo FHC", num "pré-construído" discursivo, nos remete ao inicio positivo da mudança que levou o país a superar a crise econômica e que o governo de Lula é uma continuação dele.

Articulando um pouco os dois conceitos de memória, gostaria de comentar o que diz PAVEAU (2007) sobre um trabalho de S. Moirand a esse propósito. A memória, segundo o autor, poderia assim ser distinguida entre memória das palavras e memória dos fatos. Em relação à das palavras, acrescenta que é *aquela do uso que delas fazem outros locutores, então entra em cena e se trata então de uma memória dos dizeres do outro, uma memória interdiscursiva marcada pela mobilidade dos dizeres*[91]. Arrisco dizer que desse modo as duas memórias, a da língua e a interdiscursiva, estão intimamente interligadas quando tratamos de analisar um determinado discurso.

Sobre as duas memórias, afirma Payer:

> Esse modo de considerar a memória na língua apresenta, entretanto, desdobramentos e contornos que se devem discernir conforme os ângulos com que se observa a relação

[89] FANJUL, Adrián P. *Português e Espanhol: línguas próximas sob o olha discursivo*. São Carlos: Claraluz, 2002, p. 32.
[90] PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso uma crítica à afirmação do óbvio* Campinas: Unicamp, 1988, p. 99.
[91] PAVEAU, A. M. "Reencontrar a memória Percurso epistemológico e histórico". In INDURSKY, F. & FERREIRA, M. C. L. *Análise do Discurso no Brasil mapeando conceitos, confrontando limites.* São Carlos: Claraluz , 2007, p. 240.

> entre língua e memória discursiva. Ao centrar-se o foco de atenção sobre a memória "na" língua, está se considerando a relação entre ambas a partir do ângulo da memória histórica, sob a forma da memória discursiva, presente na língua.[92]

A memória discursiva está, desse modo, representada na língua, formando assim uma memória presente "na" língua, o que neste trabalho denominamos 'memória da língua'. Percebemos, dessa forma, que ambas as memórias estão intimamente relacionadas.

Como vimos, Paul Henry, segundo Pêcheux, propôs o termo *pré-construído para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado*[93]·. É uma representação de saber que possibilita essa cumplicidade que muitas vezes se associa a uma EI reformulada.

Gostaríamos então de propor que um dos motivos para que as EI sofressem tantas alterações em sua forma (através de paráfrases e reformulações, como veremos a seguir) seria uma espécie de adaptação à nova enunciação, pois elas, por sua característica intrínseca, propiciam o resgate de "pré-construídos", exteriores ao novo discurso produzido. Assim as EIs, ao sofrerem alguns ajustes, podem fazer parte de uma nova relação de palavras, o que leva os enunciadores a adequarem-nas à necessidade do discurso. A sua estabilidade se torna assim relativa, como abordamos no primeiro capítulo.

Os processos de reformulação e paráfrase

Ao escolher os textos de meu corpus, pude notar que muitas vezes surgiam EIs com substituições, algumas vezes dando lugar a formas que modificam algum sema em suas formas habituais, modificações que não traziam grandes diferenças semânticas; outras apresentavam modificações mais criativas que cooperavam na

[92] PAYER, M. Onice *Memória da língua Imigração e nacionalidade* São Paulo: Escuta, 2006, p. 39.
[93] PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso uma crítica a afirmação do óbvio* Campinas: Unicamp, 1988, p. 99.

construção da ironia presente no texto. Observaremos, a seguir, a partir de alguns autores, os conceitos de "reformulação" e "paráfrase", tentando, assim, uma reflexão sobre como as EI podem participar desses processos.

Hilgert (1999) entende como paráfrase:

> Um enunciado que reformula um enunciado anterior, mantendo com este uma relação de equivalência semântica. Em termos mais simples, a paráfrase retoma, com outras palavras, o sentido de um enunciado anterior.[94]

Ainda que discordemos de Hilgert quando se refere à paráfrase como um tipo de reformulação, podemos perceber que paráfrase é um enunciado que tenta manter uma relação de equivalência com outro, que lhe é anterior. Segundo Serrrani (1997), a paráfrase situa-se no nível do interdiscurso. Desse modo, quando nos referimos a um "enunciado anterior", não nos referimos unicamente àqueles anteriores dentro de um intradiscurso, mas também a enunciados que remetem a outros do interdiscurso. Tal detalhamento é fundamental para nosso trabalho com as EIs, pois encontramos algumas que participaram desse processo de transformação de uma forma habitual, e no nosso caso é uma evidente remissão a uma forma já cristalizada no interdiscurso, já que as EIs estão nele inseridas, formando parte integrante dele.

No *anexo sete*, encontraremos o texto do colunista Alcadio Oña que comenta um pedido de ajuda do ex-presidente Kirchner ao FMI. Nesse texto poderemos observar como as EI podem sofrer alterações através do processo discursivo pelo qual passam. Destaco o trecho que nos interessa:

> *Si definitivamente Kirchner acepta el monitoreo, deberá* ***digerir varios sapos****. Parece pretender demasiado que el Fondo recomiende medidas a otros y las omita justo en el caso argentino. Es parte de la parábola que describió la relación con el Fondo, desde que se pagaron casi 10.000 millones de dólares al contado.*

Aqui, em lugar de encontrar a expressão cristalizada "tragarse sapos", encontramos a substituição do verbo por outro que apresenta um nível mais técnico; além disso, o novo verbo nos fornece uma pequena diferença de sema, pois "o sapo

[94] HILGERT, J. G. "Procedimentos de reformulação: a Paráfrase". In: PRETI, D. (Org.) *Análise de textos orais.* São Paulo: Humanitas, 1999, p. 111.

já foi tragado e já está em processo de digestão". Verificamos, desse modo, como a paráfrase pode ser uma ferramenta utilizada para o uso de EIs, ainda que elas não possam ser consideradas 'enunciados'.

Nosso exemplo "digerir varios sapos" funciona como uma paráfrase da EI presente numa memória da língua como "tragarse sapos".

Além desses casos que se aproximam ao que Hilgert propõe como 'equivalência', encontramos outro tipo de transformações nas EIs que relacionaremos a explicações sobre a reformulação como procedimento discursivo que não supõe equivalência. As EIs podem ter um dos seus termos substituído por outro que tenha relação, não com o significado da EI na memória da língua, mas sim com o intradiscurso em que ela está inserida. Lembramos que intradiscurso, ao contrário de interdiscurso, são somente os elementos que constam do texto pertencente àquela enunciação.

Antes de vermos exemplos desse fenômeno, vejamos o que Arnoux resume, a partir de Fuchs sobre reformulação:

> *El estudio de la reformulación interdiscursiva- es decir, de la que a diferencia de la intradiscursiva se realiza a partir de un texto fuente que puede ser del mismo autor, como en el caso que tratamos, o de otro como las adaptaciones didácticas de un texto clásico – permite vislumbrar las representaciones de la nueva situación de enunciación – destinatario, género, objetivo de la tarea – y de las condiciones sociohistóricas de producción de los textos que orientan las operaciones realizadas. Estas últimas pueden ser, en líneas generales, omisiones, agregados, sustituciones o desplazamientos (...) Habitualmente, las reformulaciones combinan seguimientos cercanos a la superficie discursiva con otros productos del modelo de situación construido a partir de la lectura o la escucha*.[95]

Assim, percebemos que a reformulação ocorre também quando há uma substituição, acréscimo ao discurso a que remete. A autora se refere a textos que são reformulados, formando um novo discurso, mas queremos tentar, no nosso caso, aplicar tais conceitos à explicação sobre as EIs. Para tanto, vamos ter que considerar que, no caso das EIs, não temos um enunciado de partida, já que as EIs são itens lexicais que podem participar de formulações, mas não são formulações por si mesmas. No caso peculiar de reformulação que estamos considerando, a

[95] ARNOUX, E. *Análisis del discurso Métodos de abordar materiales discursivos*. Buenos Aires: Santiago Libros, 2006, pp. 97-98.

própria EI, como elemento cristalizado na memória da língua, atua nesse papel de "fonte".

A primeira expressão que examinaremos será "o x da questão" que, na coluna de Luiz Fernando Vianna, *como anexo cinco* no final deste trabalho, é apresentada como "o v da questão". Postularemos que isso é uma reformulação, pois houve a substituição do "x" pelo "v". Mas com que objetivo se realizou tal reformulação e de que maneira essa nova enunciação permitiu o fenômeno? Nossa expressão aparece no título do texto, como uma espécie de chamariz para atrair a atenção do leitor, pois, apesar de não ter lido o texto, ele já faz a relação com a EI cristalizada. Esse recurso serve para despertar a sua curiosidade por descobrir o motivo da troca da letra, que lhe é indicada já no primeiro parágrafo, por meio da citação da fala do governador do Rio: *"disse que era preciso 'verificar' os problemas da Supervia, concessionária do serviço, e prender os 'vagabundos' responsáveis pelos supostos atos de 'vandalismo'"*, mas que só é claramente declarado no segundo parágrafo:

> Político que cresceu no cenário fluminense graças mais a ações de gabinete, como as tomadas nos oito anos à frente da Assembleia Legislativa, do que a movimentos de rua, Cabral não é um grande orador, e produziu, involuntariamente, uma aliteração significativa.

Mas que sentidos traz a expressão aproveitada em alusão a tal aliteração cometida? A letra "x" normalmente é relacionada com a incógnita na linguagem matemática, "o x da questão" que significa precisar descobrir a reposta principal para um determinado problema. É uma expressão que ainda não foi dicionarizada, mas podemos assegurar facilmente que faz parte de uma memória da língua através de uma simples pesquisa no Google. A ironia a ser revelada nesse trecho não é a incapacidade do governador de ser um orador eficiente, mas sim a sua incapacidade administrativa. O humor do texto está também presente com uma aliteração construída pelo autor a fim de parafrasear o governador. Vejamos a frase final do discurso:

> Não houve viva voz que vociferasse contra os "vândalos". Questão de vício.

A reformulação desses segmentos que fazem parte da memória da língua faz com que eles modifiquem parte de seus valores semânticos, ao integrar-se no novo discurso em que estão inseridos. Não há, nesses casos, a procura de equivalência que, segundo a definição que vimos de Hilgert, caracterizaria a paráfrase.

Fanjul distingue, com base em Fuchs (1994), dois tipos de reformulação, diferença que consideramos produtiva para o caso das EIs:

> Caracterizando a reformulação como prática pedagógica utilizada desde a Antiguidade, Fuchs diferencia a reformulação com propósitos explicativos daquela com propósitos imitativos, relacionando a primeira à exegese de textos bíblicos e a segunda à preparação para a retórica. Ambas produzem um texto T' a partir de um texto – fonte T. mas enquanto que a primeira explica T, distanciando-se, para tanto, dele e de sua situação de enunciação; a segunda anula, em aparência, a distância com essa situação de enunciação, tomando o lugar do produtor de T. Assim, a reformulação imitativa carece, pelo geral, de introdutores de reformulação.[96]

As EI reformuladas entrariam no grupo das reformulações imitativas, pois elas tomam lugar das EI de origem para formar um sentido acrescido de outros valores. No próximo capítulo, aplicaremos esse conceito de reformulação e verificaremos de que "modos" elas normalmente são produzidas a fim de estabelecer sua funcionalidade. Essas reformulações nos levam também a observar a característica de "transparência/opacidade da língua" nas EIs, uma das características da idiomaticidade, já que pretendemos verificar qual é o sentido que elas podem adquirir ao serem produzidas num determinado discurso. Pêcheux, em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio,* afirma:

> é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria 'próprio', vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (...) A partir de então, a expressão 'processo discursivo' passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – significantes – em uma formação discursiva dada.[97]

O "transparência/opacidade da língua" será, dessa maneira, observada em nossa análise a partir do processo discursivo, que, como vimos em Pêcheux, nos

[96] FANJUL, Adrián P. *Português e Espanhol: línguas próximas sob o olhar discursivo*. São Carlos: Claraluz, 2002, p. 57.
[97] PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso uma crítica a afirmação do óbvio* Campinas: Unicamp, 1988, p. 161.

esclarecerá o sentido que elas ajudam a construir dentro do enunciado em que estão inseridas, mediante operações como a reformulação, por exemplo.

Quinto capítulo

Integrando a reflexão em torno de alguns casos no discurso jornalístico

Na primeira parte deste capítulo, abordaremos qual é o papel das EIs dentro dos discursos de textos de opinião; que relações possuem com os demais elementos do texto; qual a sua função; como elas aparecem; se o seu significado pode ser deduzido através do contexto; ou, que implicações isso imporia ao leitor. Já apontamos que ironia e EIs possuem algumas características que as relacionam: ambas requerem do produtor/destinatário certa competência discursiva, as EIs participam da mudança de registro do discurso, ambas se utilizam da não transparência das palavras. Também comentamos o uso das EIs dentro de um discurso: sua relação com a memória da língua e a memória discursiva, e a aplicação de reformulações. Neste capítulo faremos uma análise integrando todos os aspectos vistos. Pretendemos analisar EIs dentro de textos opinativos da *Folha de S. Paulo* e do *Clarín*.

Selecionamos um par de EIs que possuem alguma proximidade semântica a fim de poder fazer uma análise, utilizando tudo o que já foi dito, para que possamos apreciá-la juntamente com os papéis que as EIs desempenham nos discursos selecionados, a fim de verificar se realmente podemos associá-las, tanto em espanhol como em português, à ironia.

Os textos selecionados foram "Turismo: todo se improvisa*"* de Ariel Dulevich Uzal (*anexo oito*), que contém a expressão "dando por tierra" reformulação de "echar por tierra" e "Remédios e Venenos*"* de Marcos Cintra (*anexo nove*) com a expressão "jogar areia" reformulação de "entrar areia". O primeiro do *Clarín* e o segundo da *Folha de S. Paulo*.

Simbolicamente podemos perceber, de início, uma estreita relação entre *tierra* e areia. Já em relação ao significado, temos "dar por tierra con" como arruinar, destruir algo ou alguém, definição muito próxima à dada para "echar por

tierra" 'hacer fracasar <una persona> una cosa'[98]. Em relação à EI do português, encontramos "entrar areia" como 'surgir um imprevisto'[99], a expressão reformulada "jogar areia em" pôde ser encontrada somente em dicionários informais disponíveis na internet. Podemos defini-la como uma ação de algo ou alguém atrapalhar, impedir, obstruir outrem; apesar de não termos encontrado a expressão em dicionários científicos, a presença dessa EI em dicionários informais serve para nos dizer que é uma reformulação tão cristalizada quanto a do espanhol, pois ambas são encontradas em dicionários não reconhecidos, facilmente achados através da internet. Outro ponto de intersecção que merece destaque é o de que, em ambas as expressões, tanto o verbo "dar" quanto o verbo "jogar" necessitam de um agente, e que, no caso do português, tal sema foi intencionalmente acrescentado através da substituição do verbo "entrar" por "jogar".

Vejamos que função essas EIs desempenham nos textos de onde foram extraídas.

No primeiro deles, "Remédios e Venenos*"*, da *Folha de S. Paulo* de 18 de novembro de 2009, Marcos Cintra comenta a criação, no Brasil, da taxa do IOF sobre o capital estrangeiro. Segundo a classificação de gênero, apontada no capítulo dois, esse texto é um artigo, pois expõe um ponto de vista com uma avaliação explícita. Esse ponto de vista é logo no início do texto apresentado através de uma pergunta/resposta colocada antes do próprio título:

> **O governo acerta ao determinar a taxação de capital externo que entra na Bolsa de Valores?**
> **NÃO**

Esse texto, como pode verificar-se no *anexo nove*, é montado numa estrutura dialógica com frases desenvolvidas que servem de estruturação para uma ironia escamoteada, percebida pelas sutilezas através dos comentários que sempre finalizam algum aspecto que se acabou de argumentar. Como vimos no capítulo três sobre a

[98] Fonte: UNIVERSIDAD DE SALAMANCA *Diccionario de la Lengua Española*. Barcelona: Santillana, 1996.
[99] GONZÁLEZ, Neide M *Diccionario Bilingüe de Uso Portugués-Español*. V.2. Madrid: Arco/Libros 2003, p. 71.

ironia, há uma necessidade de se criar uma cumplicidade entre produtor e destinatário. Nesse texto essa característica é criada através dessas ponderações. Poderemos constatar estes aspectos no trecho que inserimos a seguir.

Este texto, como se pode notar, é claramente polifônico, nele percebemos a voz de dois enunciadores, um mais técnico e preocupado pela exatidão dos dados fornecidos, e outro mais crítico. Destacamos aqui alguns parágrafos para ilustrar (coloquei em negrito as frases que se podem atribuir a outro enunciador):

> Há um "trade-off", que será a perda de investimentos reais (a maior parte dos IPOs em bolsas foram com recursos externos) e a desaceleração do crescimento do PIB. Isso, por sua vez, atuará em sentido contrário aos efeitos expansionistas sobre a produção interna que se espera obter com os controles cambiais. **Para cada ação há uma reação.**
> Há outras vertentes a serem notadas. Se a tentativa de controlar a taxa de câmbio por meio da tributação der certo, a pressão inflacionária aumentará. Isso poderá resultar em menor queda ou até em elevação da taxa de juros interna. Novamente, se a justificativa da tributação sobre capitais externos for a de estimular a produção doméstica pela via da desvalorização cambial, ela será neutralizada pelas implicações de suas consequências. **É difícil prever qual será o saldo final.**
> E é bom lembrar que a administração cambial não pode conviver com a atual política de metas de inflação. **Há alternativas para corrigir a excessiva valorização do real? Certamente.**

As frases finais desses três parágrafos, que destacamos em negrito, são respostas aos comentários feitos no decorrer do parágrafo, é como uma voz da consciência que adverte a cada momento do perigo dos passos noticiados pelo locutor. A diferença de enunciadores é justificada pela mudança de estilo, pois o primeiro apresenta um discurso de especialista com termos técnicos próprios da área econômica, já o segundo, como uma voz da consciência, um discurso menos científico.

Ainda que o humor, como uma das características da ironia, não esteja presente, podemos perceber a presença dela através de outra característica no final do texto:

> Mas é preciso cautela para que os remédios não se transformem em venenos.

Nessa frase final encontramos novamente a suposta transparência da língua afetada através do desfecho dado ao texto, além da contradição remédio/veneno. Temos assim essa característica, iniciando e encerrando o texto:

> A NOVA tributação sobre a entrada de capitais -IOF de 2%- **joga areia nas engrenagens** econômicas que tornaram o Brasil atraente para investidores externos. A medida é um furo ameaçador no dique formado pela combinação de metas de inflação com câmbio flutuante, que serviu como âncora anti-inflacionária e garantia de estabilidade e resistência a crises externas.

Nossa EI reformulada está, como se pode notar acima, no parágrafo inicial do texto. Serve, em certa medida, para opacificar a contradição, principal característica da ironia, pois a nova medida tomada pelo governo está na contramão das engrenagens econômicas atrativas ao mercado. A troca do verbo "entrar" pelo verbo "jogar" é providencial, já que o segundo verbo acrescenta o sema de "ter a intenção" que o verbo "entrar" não possui. Isso contribui para o tom crítico do artigo, colocado justamente dentro da seção que tem o nome de "Debates".

No outro texto, "Turismo: todo se improvisa*"*, do *Clarín*, inserido como *anexo oito*, identificamos também algumas características do gênero artigo: o tema é atual, foi escrito por um colaborador e não por um jornalista que possui seu espaço estabelecido no jornal argentino e, por último, podemos destacar que, assim como o texto brasileiro, faz parte da seção intitulada "Debates". Nele Ariel D. Uzal comenta um decreto do governo que frustra as expectativas em relação às medidas de incentivo ao turismo. A ironia, desacompanhada também do humor, pode ser percebida no sentido não transparente constatado em aspectos pontuais do texto. O mais evidente destacamos a seguir:

> *La pasividad oficial frente al estado de emergencia en que se encuentra el sector y la falta de respuesta a los legítimos reclamos empresariales (que no solicitan subsidios sino acciones de estímulo y fomento a través de desgravaciones impositivas), sumada a la protesta sindical por la que se denuncia la desaparición de 70 puestos de trabajo por día en ámbitos de la hotelería y la gastronomía, son también testimonio de políticas de Estado para el turismo que* ***brillan por su ausencia.***

A contradição de se brilhar algo que está ausente carrega a frase de uma ironia que até então não estava tão clara. Nossa EI é colocada no parágrafo inicial, assim como vimos no texto em português:

> *Si algo faltaba para demostrar la inexistencia de una política de Estado turística es el Decreto N° 1385 suscripto por la Presidenta, que relega el área a la nueva improvisación institucional creando el Ministerio de Industria,* ***dando por tierra con***

alguna especulación previa imaginando que se agregaría "Turismo" al nombre elegido, lo que poco cambiaría el escaso sentido de la medida.

O sema de "destruição, obstrução", encontrado como intersecção nas definições dos dicionários acima comentados, permanece. Porém já percebemos que, no caso da expressão em espanhol, o processo não está se desenvolvendo, mas sim já concluído: a especulação prévia já foi enterrada, não há volta. Essa diferença desqualifica as expressões para que se possam indicá-las como correspondentes em caso de uma tradução.

As expressões que possuem um significado não literal, dentre elas a nossa EI, servem para romper o discurso crítico formal para lhe conferir um tom mais ameno, que se instaura para poder construir uma cumplicidade com o leitor a fim de que este possa compartilhar de suas ideias. Vejamos mais um exemplo:

Con anterioridad, la Secretaría homónima, que gozaba de rango casi ministerial -pues dependía de la Presidencia de la Nación, desde la jerarquización resuelta por el presidente Alfonsín en 1986-, fue trasladada por el Gobierno ***de un plumazo*** *al Ministerio de la Producción en resolución que aún no ha cumplido el año, haciendo caso omiso a las críticas.*

Podemos verificar, então, que o contexto em que estão inseridas as nossas EIs é bastante semelhante, que em ambos os casos o grau de ironia presente não é tão evidente como nos casos em que ela vem acompanhada do humor, que servem para indicar que algo não está bem. Porém as semelhanças terminam e encontramos um sema diferenciador bastante relevante: o processo, no caso da EI do português, está em desenvolvimento, enquanto que no caso da EI do espanhol ele já está concluído.

Vejamos outro caso. Encontramos outro par de EIs que nos pareceram equivalentes: "tragó duro sapo" e "engolem os seus sapos". A primeira está incluída no comentário do *Clarín*, "Sin aire de cambios en la conducción del Central*"* de 10 de setembro de 2010, que Marcelo Bonelli faz em ocasião da confirmação da permanência de Mercedes Marcó del Point à frente ao Banco Central argentino, e as repercussões em torno dessa. (*anexo treze*) A segunda EI está também em um comentário "Magistrado*"* da *Folha de São Paulo* de 20 de setembro de 2010, em que Carlos Heitor Cony escreve sobre as constantes

intervenções do presidente Lula no processo eleitoral que elegerá o seu sucessor (*anexo quatorze*).

Nesses dois textos, podemos verificar novamente que há ausência de ironia sarcástica, carregada de humor. O tom ponderado predomina em ambos os discursos. Pode-se perceber sim uma dura crítica. Como vimos no capítulo três, Hutcheon em suas investigações, afirma que crítica e ironia caminham juntas.

Vejamos primeiro o texto opinativo argentino com mais detalhes. Há uma introdução que visa a esclarecer o leitor, caso não tenha tido oportunidade de inteirar-se de que Mercedes Marcó del Pont teria um segundo mandato frente ao Banco Central, apesar das tentativas contrárias do Ministério da Economia a tal resolução. Nesse trecho se percebe o efeito de neutralidade, característica que é alvo dos textos informativos. Ao buscarmos em que tipologia caracterizá-lo, poderíamos dizer que esse trecho pertenceria à categoria de narrativa, por possuir verbos que indicam ação no passado. A partir do quarto parágrafo, o texto inicia sua sequência opinativa, as frases construídas em relação de oposição nos confirmam a tipologia argumentativa, facilmente associada à função de opinião; temos também comentários mais informais acerca dos 'bastidores' políticos. A crítica se instala definitivamente no texto a partir do quinto parágrafo:

> *Boudou igual decidió continuar socavando a la cúpula de la autoridad monetaria. Le comunicó a su propia tropa que hay chances de torcer la decisión hasta la misma noche del miércoles 22 de septiembre.*

Os termos "socavando" e "tropa" destoam da postura adotada pelo enunciador do texto até então. Mesmo a frase "chances de torcer la decisión" traz uma nova perspectiva para a enunciação. Fica a dúvida sobre se podemos caracterizar a presença da ironia somente pelo fato da troca de registro. O resto do texto segue com a criticidade e culmina no parágrafo no qual encontramos a nossa EI "tragó un duro sapo político". No mesmo parágrafo, também encontramos outro termo pouco usado em linguagem mais formal: "gambeteado". La Real Academia Espanhola define "gambetear" como 'hacer gambetas', e gambeta (de gambas, que também significa camarão) como 'evasivas', esse sema aparece em quinto no primeiro dos dois significados da palavra, não sendo portanto esse o seu primeiro referencial:

Ayer el Banco Barclays –al cual el ministro le dio el negocio del canje de deuda– emitió un informe reservado que elaboró Guillermo Mondino en el cual se sostiene: "No creemos que haya una revisión del Articulo IV con el FMI. Hablar del tema busca sólo ganar tiempo y enfrentar las críticas del mundo financiero en la próxima asamblea del Fondo." Marcó del Pont hizo todo lo necesario para aceitar su designación. Evitó entrar en la pelea que le propusieron en forma conjunta los banqueros y Boudou. Pero también se "tragó" un duro sapo político. Se conoce su rechazo a la forma como Guillermo Moreno maneja la estadística oficial. Esta semana en el Senado podría haber gambeteado la pregunta de Gerardo Morales sobre el INDEC. El BCRA tiene un departamento estadístico prestigioso y confiable que es utilizado para elaborar sus políticas. Pero no fue ingenua: aprovechó la embestida para alinearse y defender el bochorno del intervenido INDEC.

Como vimos, o uso de um termo em significado não literal afeta a "aparente transparência da língua." O uso da nossa EI, empregada principalmente em linguagens orais e informais, corrobora essa ideia de troca de registro inserido também em um parágrafo que já apresenta a linguagem oral ao transcrever as falas do Ministro Boudou. A EI, com seu significado opacificado através da idiomaticidade da expressão, consegue sintetizar de maneira eficiente o que é explicado posteriormente. O autor certamente perderia muito se optasse por utilizar uma expressão que tivesse mais transparência referencial, caso tivesse optado, por exemplo, por "también tuvo que ceder" ou por "aguantó de boca cerrada". Essa é a característica que faz com que as EIs sejam tão enriquecedoras de significados ao serem incorporadas nos discursos, enunciações. O fato de ter uma estreita relação com a expressão em português ajuda um leitor brasileiro a ler o parágrafo com mais facilidade, pois se percebe que ambas poderiam ser utilizadas nessa situação, em se tratando da possibilidade de que venham a ser vertidas ao outro idioma.

O texto em português inicia como um manual de ética para depois traçar uma série de justificativas para a atitude irregular dos atos presidenciais em épocas de eleição. A tipologia argumentativa predomina nesse trecho. Faz-se assim justamente o papel oposto: ao invés de elencar a série de deslizes, o enunciador prefere colocar-se na posição do presidente, justificando-o. A contradição é deflagrada na última frase do antepenúltimo parágrafo:

> Acontece que o apoio de Lula a Dilma transcendeu ao simples apoio político e passou a ser eminentemente eleitoral.

A partir desse trecho, surgem abertamente todos os deslizes cometidos, elencados criticamente, trazendo à tona a contradição entre os parágrafos amenos anteriores com a forte criticidade final. Na conclusão, podemos perceber a dubiedade de maneira clara:

> Acho que ganhará mais uma vez a disputa em que se meteu. Mas estranho e lamento sua intervenção espalhafatosa na atual campanha eleitoral.

Nossa EI se encontra no trecho em que é preparada a contradição, fazendo parte das justificativas apresentadas anteriormente. Está num trecho predominantemente narrativo, que é rapidamente substituído pelo argumentativo novamente. Isso nos lembra da heterogeneidade tipológica dos gêneros opinativos jornalísticos anunciada no segundo capítulo de nosso trabalho. Ainda que não esteja no primeiro parágrafo, a EI está presente na introdução que se faz para a construção da contradição:

> Em alguns casos engolem os seus sapos, como Juscelino Kubitschek engoliu a candidatura do marechal Lott e perdeu para Jânio Quadros. O próprio FHC não conseguiu emplacar o seu correligionário e passou a faixa presidencial para Lula. Coisas.
> Não se pode negar a um político, mesmo na condição de presidente, o direito de ter o seu partido, o seu candidato, o interesse na continuação administrativa de seu governo. Seria esse o caso de Lula. Como petista categorizado, apoiaria a companheira de partido e de governo. Acontece que o apoio de Lula a Dilma transcendeu ao simples apoio político e passou a ser eminentemente eleitoral.

Como vimos, a ironia, segundo Sperber e Wilson (1978), é uma menção implícita que faz eco quando se diz algo incongruente com a enunciação. Ora, é claro que o objetivo do texto é o de mostrar os abusos do presidente Lula na campanha eleitoral. Fica então implícito, ao colocar as justificativas possíveis e ocorridas, que, apesar de tudo, ele ultrapassou os limites. A EI está incluída na parte do texto que se dispõe a dizer como deve ser a postura de um presidente, parte essa que está em contradição com a postura apresentada pelo presidente, que é criticada na parte final do texto. Esse eco presente no início do texto é percebido e se concretiza no seu final. Novamente podemos dizer que a EI fez parte da construção da incongruência na enunciação do texto.

Em ambos os textos, percebemos uma ironia escamoteada dentro da estrutura discursiva, que poderia, por alguns, ser inclusive contestada. As nossas EIs se comportaram de maneira extremamente equivalente, não havendo semas discordantes como no par analisado anteriormente.

O próximo par que observaremos será os das EI "ventos a favor" e "vientos a favor". No texto em português da *Folha de S. Paulo* de 20 de setembro de 2010 (*anexo doze*), escrito por Eliane Cantanhêde, intitulado "Enigma*"*, a autora pretende questionar o obscuro plano político do PT a ser executado por sua então candidata à presidência. O texto em espanhol do *Clarín* de 15 de outubro de 2009 (*anexo dois*), escrito por Daniel Fernández Canedo com o título "Ambigüedad K: seducir al mercado sin sellar un acuerdo con el FMI*"*, já comentado no capítulo sobre a ironia, trata das últimas atitudes econômicas do governo Kirchner frente à crise econômica mundial de 2010.

O texto com a EI "ventos a favor" tem como título "Enigma*"*, e pode ser caracterizado como um "comentário". Depois de uma introdução, a fim de colocar o leitor a par do tema a ser tratado, encontramos na primeira parte uma relação dialógica, perguntas "vazias" em que não há a intenção de obter uma resposta, visto que muitas estão respondidas na sequência; como vimos em Kierkegaard, essas são estruturas que formam parte da construção da ironia:

> A campanha de Dilma entregou ao TSE um programa "hard" pela manhã, se arrependeu e trocou por um programa "light" à tarde. Seria um dos dois o projeto a que Dirceu se refere? Não se sabe, como não se sabe quais são as reais intenções de Dilma e até onde ela irá com a ameaça de "controle social" da mídia.
> Numa livre tradução, Dirceu disse que agora, sim, o PT vai mandar, fazer e acontecer. Deixou claro que Lula e sua imensa popularidade foram só um meio para chegar a um fim, como se esses oito anos fossem um aquecimento para a implantação do projeto real. Ok. Mas qual é ele? Por que ninguém pode falar? E por que nós não podemos saber?

Nossa EI novamente serve de introdução ao que vem a seguir, como notamos no texto argentino da expressão "tragó duro sapo". Aqui ela também funciona como mote para elencar as razões desse "vento a favor":

> Caso Dilma seja eleita, terá os ventos a favor na economia, o Congresso às suas ordens e poderá usar e abusar de seus poderes, baixando o centralismo democrático para (ou

> contra) a imprensa, a área militar e os costumes. Bem faria se deixasse bem claro quais são os seus planos.

Os argumentos que corroboram a construção do mistério do plano de governo, apresentados pelo enunciador, vão se concretizar no penúltimo parágrafo, que acaba fundamentando o título do comentário:

> O passado condena, sem haver compromissos para o futuro. Qual será o padrão ético do novo governo? O que o PT na oposição pregou contra Collor ou o que o PT no poder praticou com suas Erenices?

No último parágrafo podemos notar, em duas passagens, a construção proposital de um duplo sentido: um referencial, e outro que ativa uma memória discursiva:

> Após a eleição, bandeiras e programas vão para o lixo. A melhor pista do que vai sobrar é a de Dirceu: vem aí o "projeto político" do PT, seja lá o que isso signifique. Depois ninguém entende por que boa fatia do eleitorado está tão tiririca.

Vejamos como as frases “após a eleição, bandeiras e programas vão para o lixo” e “depois ninguém entende por que boa fatia do eleitorado está tão tiririca” contribuem para a construção da ironia. Na primeira temos o significado literal mesclado com o de que bandeiras e programas representam o compromisso do partido e candidatos com o seu eleitorado; fica então implícito o eco de que ‘ambos’ vão para o lixo, são desprezados após terem alcançado o objetivo de serem eleitos. Na segunda frase, temos o significado literal dessa com a alusão ao candidato “Tiririca” que na época, apesar de ser só candidato, era favorito nas pesquisas eleitorais.

Outra vez ironia e crítica caminham juntas quando tratam do tema política. É exatamente o que tínhamos argumentado, quando abordamos as investigações de Hutcheon sobre a questão da ironia.

Ao observar a EI do texto em espanhol, podemos dizer que as duas expressões são quase idênticas, não só na forma, mas também no seu significado. Acredito que essas semelhanças se devam à mesma raiz e às intersecções históricas dos dois países. O texto espanhol pode ser caracterizado entre comentário e artigo, pois encontramos os dois elementos, a atualidade com

opinião, e o fato de que o autor é especialista em economia. Como é também um dos editores do *Clarín*, ficamos com a dupla caracterização.

A título de comparação, vejamos que papel desempenha a EI "vientos a favor" nesse texto (*como anexo dois*) que já abordamos no capítulo sobre a ironia. Associada então à criação de uma 'situação 'figurada' que serve de base para o jogo entre transparência/opacidade, a presença da EI está atrelada à ironia no intradiscurso:

> *El Gobierno se subió al viento a favor coqueteando con un acuerdo con el FMI que va y que viene, pero no llega a concretarse.*

Ainda que ambas as EIs possuam o mesmo significado, a EI desse texto não vem como introdução a algo que está explícito na sequência, mas sim como alusão aos argumentos que vêm sendo expressos. A proximidade com o português facilita sem dúvida a compreensão de nossa EI dentro do contexto.

O mesmo não poderíamos dizer das outras duas que encontramos no mesmo texto, "viento de cola" e "meter cola".

Em relação à primeira, podemos perceber a estreita semelhança com a EI comentada no último par, porém, nesta ocorreu uma reformulação: as palavras "a favor" foram substituídas por "de cola". Ao investigar essa nova expressão, descobrimos que essa reformulação já começa a fazer parte da memória discursiva da língua. Usada especialmente no âmbito da aviação, "viento que viene de detrás y hace que el avión sea más rápido"[100], a noção de que se pode contar com condições favoráveis continua presente na EI devido à memória discursiva ativada ao nos confrontarmos com a mesma reformulada. O acréscimo de sema decorrente da troca enriquece ainda mais o emprego dela. Talvez este seja um dos motivos para que elas apareçam com tanta frequência nos textos opinativos que tenham a ironia como uma de suas características.

A nossa outra expressão, que a principio tinha caracterizado como EI, também trabalha com a memória discursiva dos destinatários, pois "meter la cola"

[100] Definições encontradas em http://forum.wordreference.com/showthread.php?t=1946622 acesso em 27 fev. 11.

remonta a um antigo provérbio, "el diablo metió la cola" que significa que algo saiu mal. O sema presente no provérbio permaneceu na parte dele que encontramos nesse texto. Mais uma vez presenciamos como a memória discursiva trabalha nos significados das expressões e como as expressões e a memória discursiva têm uma estreita relação. Ainda que o contexto ajude a nos aproximarmos do significado dessas duas últimas expressões, como uma leitora estrangeira e curiosa senti um ruído incômodo ao me deparar com elas durante a leitura do texto.

Vejamos mais um caso em que o jogo de sentidos permeia não só o texto, mas também a EI. O comentário do *Clarín* (*anexo dezesseis*) foi escrito em 12 de setembro de 2010 por Julio Bank, e tem o título "El reto de Kirchner, la cara de Scioli y los misterios de la vida".

Já no título percebemos algo incomum para um texto de opinião jornalístico, pois este parece mais um título de novela ou alguma notícia mais sensacionalista. O tom de fofoca fica presente no início do texto até pelo menos o quinto parágrafo. Observemos os dois primeiros:

> *Es algo para no perderse. Si no lo vio, búsquelo en Internet, en YouTube, en Google, donde sea. Pero no se lo pierda. Fue la imagen política más fuerte de la semana.*
> *El reto ácido, envuelto en un mal maquillado tono amistoso, con el que Néstor Kirchner le refregó el jueves, a Daniel Scioli, la osadía de haber dicho que tenía las manos atadas en la lucha contra la inseguridad y no haber exculpado de inmediato al Gobierno de esa atadura supuesta.* ***El latigazo de Kirchner en la cara de Scioli y la cara de Scioli****, memorable , inmutable, labios apretados, gesto de no puedo creer que me esté diciendo esto pero me voy a quedar callado.*

O texto constrói um jogo de ambiguidade que cria uma tensão entre a referência oferecida pelo contexto e a imagem de uma briga física, concreta: a palavra "latigo" serve não só como elo entre esses dois significados, mas como principal agente desencadeador deles. Esse jogo de ambiguidade fica ainda mais evidente no quinto parágrafo:

> ***Increíble****. Pero no importaba que fuera creíble, Scioli consideró que era lo que había que decir para mantener esa extraña relación en la que* ***él pone la cara y Kirchner los cachetazos.***

A nossa EI “poner la cara” acaba desempenhando o mesmo papel que a palavra “látigo”, pois assume dois papéis ao mesmo tempo, um no significado literal, já que “cachetazo” significa “bofetão”, e o outro idiomático, “responder por actos propios o ajenos y hacerse responsable de sus consecuencias”[101]. O tom de fofoca e os jogos de significados vão criando o humor, característica frequente da ironia.

A partir desse parágrafo, volta o tom mais próximo ao de uma linguagem jornalística de textos opinativos, em que a informação começa a se fazer presente. Os comentários jocosos, ainda que menos carregados desse jogo de ambiguidades, não desaparecem de todo:

> *Lo hace porque lo sabe incapaz a Scioli de responderle de forma destemplada, o de responderle siquiera. O porque **lo quiere tener cortito, dominado, porque quizás en realidad le teme** a su popularidad transversal e incombustible, o le envidia esa capacidad para sobrenadar siempre en lo alto de las encuestas sin entrar en escaramuzas con casi nadie.*

Nossa EI é novamente empregada, agora dentro de um parágrafo que tem seu tom jocoso bastante amenizado. A única parte que nos remete ao registro anterior de rumores é justamente “poner la cara”, colocada logo após o verbo “pusieron”, que nos leva a acreditar que o ato não é ‘voluntário’. A EI vai servir assim como uma espécie de lembrete para o que vinha sendo dito.

Os dois próximos parágrafos mantêm a ponderação encontrada no inicio do texto:

> *Scioli ha sido hasta aquí, por acción o por omisión, un socio ideal y cómodo para los Kirchner. Siempre listo, funcional a lo que fuera, sin una queja en público. Ni en privado, de **tan prudente** que es.*
> *El último sondeo nacional de **Poliarquía** , una de las muy pocas consultoras que mantienen confiabilidad en los datos que difunden, muestra a Scioli como el segundo político con mejor imagen del país: llega a 42%, contra 46% de Ricardo Alfonsín. Y en un ensayo de escenarios presidenciales hipotéticos, proyectando la intención de voto Scioli llegaría hoy al 29% y Kirchner, por su lado, al 27%.*

[101] Definição dada por Academia Argentina de Letras. *Diccionario del habla de los argentinos. Buenos Aires: Emecé, 2008, p. 204.*

Para completar a imagem cíclica do texto, o enunciador volta a empregar uma outra EI que nos remete ao tom mais informal, novamente trocando o texto de registro:

> *Así es más fácil entender por qué a Kirchner* ***se le suelta la cadena*** *con Scioli.*
> *Menos sencillo es entender que Scioli, con semejante capital propio,* ***acepte resignado*** *este que, por ahora, parece ser su destino.*

É interessante notar que o próprio enunciador destaca algumas palavras e que, dentre elas, estão as nossas EIs. Vale também acrescentar que essa última expressão, ainda que dedutível pelo contexto, novamente nos causou, como estrangeira à língua, uma espécie de ruído incômodo. Fiz a tentativa de esclarecer plenamente o significado dessa expressão, o que acabou nos inquietando ainda mais, porque os dicionários que estavam disponíveis não continham tal expressão. Tivemos então que deduzi-la através de vários outros contextos na internet, até que pudemos encontrar um blog com a seguinte definição "hacer actos sin pensarlo demasiado".[102]. Isso nos mostra como as EI chamam a atenção de não nativos e que elas são fontes de uma informação que precisa ser compartilhada entre enunciador e enunciatário para que o texto possa atingir todo o seu potencial semântico.

Vejamos outro caso em que a ironia está presente, juntamente com uma EI no texto opinativo. O texto é de Eliane Cantanhêde (*anexo dezessete*), comentarista da *Folha de S. Paulo*, e tem o título "Dilma, a verde*"*.

A ironia, de definição básica: dizer o contrário do que se pretende, se instaura já no título, pois é sabido que Dilma não pertence ao Partido Verde. Porém o jogo de significados novamente trabalha com essa memória discursiva, com o pré-construído de que ela não pertence a esse partido, nem é simpatizante das causas ambientais. Mas serve para despertar no leitor a curiosidade por descobrir por que foi feita essa afirmação.

A contradição é concretizada já nos primeiros parágrafos:

[102] Endereço eletrônico: http://chicogranada.com.ar/?p=302 acesso em: 15 fev. 11.

> ***BRASÍLIA*** *- Katerine Mendes, de São Paulo, não estava sozinha ao abrir o "Painel do Leitor" de ontem com sua perplexidade diante da escolha de Dilma Rousseff para chefiar a delegação brasileira à Conferência do Clima em Copenhague.*
> *Órgãos e entidades ambientalistas estão igualmente perplexos.*
> *Dilma tem muitas qualidades, mas se há uma que ela definitivamente não tem é essa: não entende nada da questão climática. Aliás, não entende e até despreza.*

Ao afirmar nesses parágrafos o contrário do título, a ironia insinuada no título é reforçada. A nossa EI está presente no parágrafo que tenta fundamentar a crítica à decisão governamental de levá-la, como líder dos representantes brasileiros, à Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas em Copenhague:

> *Ela sempre se opôs a uma agenda ambiental, passou o PAC por cima da Amazônia, impôs a Marina Silva as suas maiores e mais doídas derrotas enquanto ministra do Meio Ambiente. Não é exagero dizer que Marina enfrentou muitos e poderosos adversários no governo, mas que saiu, tanto do cargo como do PT, depois de bater de frente várias vezes com Dilma.*

Novamente se pode afirmar que a EI "bater de frente" contribui para que o texto apresente um tom mais ameno, menos formal. Nossa outra EI "ir na contramão" também exerce a mesma função:

> *Se não é do ramo, se não gosta do tema, se vai sempre na contramão dos experts em nome do "progresso", por que então Dilma será a chefona da delegação brasileira? A resposta é simples. Basta olhar, por analogia, a escolha de Toffoli para o Supremo: ele tinha inúmeras desvantagens e nenhum atributo formal para o cargo, mas... Lula quis.*

Como podemos observar, a troca de registro ainda é mais clara nesse trecho, característica frequente em textos com EIs. A estabilidade que dizemos relativa no primeiro capítulo é de novo constatada nessa EI através da inserção da palavra "sempre", que ajuda a intensificar o tom crítico da pergunta. Esse texto, por curiosidade, apresenta predominantemente a tipologia argumentativa, que acreditamos propiciar a ironia.

Como estamos mostrando, o uso da EI traz uma troca de registro e a sua utilização é associada à uma linguagem mais oral, informal. A coluna da *Folha de S. Paulo,* escrita por Eliane Cantanhêde em 18 de novembro de 2009 (*anexo*

dezenove), nos demonstra claramente essa sua característica; vejamos o trecho em que ela usa uma série de EIs:

> Mas Dilma também perdeu, e muito, porque ela e Lula cantaram vitória antes da hora e houve uma reversão de expectativas. Isso suscita uma série de lugares-comuns, como: Dilma caiu do cavalo, a candidata tropeçou no salto alto, ou a onda morreu na praia.
> São expressões que "colam", porque carimbam o resultado e se disseminam como se fossem uma tendência. Principalmente combinadas à postura de Dilma no segundo turno: voz cansada, olheiras profundas, parecendo menos otimista, até um tanto descomposta, cercada de gente sorumbática. E sem Lula à vista.
> Com Serra, ocorreu o oposto: ele ganhou porque passou a maior parte da campanha engolindo sapos e nossa insistente previsão de que estava morto e ressurgiu das cinzas para o segundo turno.

A afirmação de que as EI são ‘lugares comuns’ corrobora a nossa hipótese de que as EIs auxiliam na construção da troca de registro, fator que faz parte da montagem da ironia. Também verificamos que o excesso de uso das EIs carrega o texto de ‘humor’.

Verificamos, através desses textos analisados, que as EIs muitas vezes estão ‘modificadas’ e que o que nos garante a recuperação do valor semântico que elas carregam é a memória da língua que possibilita o seu reconhecimento. Encontramos, no emprego das EIs, dois tipos de ‘modificações' da sua forma habitual. Abordamo-las no capítulo quatro, no qual destacamos que as EIs sofriam transformações que associamos às reformulações. No primeiro tipo, as reformulações se caracterizariam no domínio do interdiscurso, já que remetem a algo anterior à enunciação (postulamos aqui que a EI possa ser equiparada a um enunciado), a uma EI cristalizada pela memória da língua. Vimos como exemplo o caso da expressão “digerir varios sapos” e em “dando por tierra”. O outro tipo se caracterizaria no domínio do intradiscurso; são alterações que ocorrem ao adaptarem-se às condições da nova enunciação. Como exemplo, encontramos casos em que são apenas incluídas novas palavras que agregam valor à EI e a relacionam com o conteúdo do discurso, com o intradiscurso. Vimos os casos da inclusão de ‘duro’ em “trago duro sapo”; de ’pusieron a’ em “poner la cara”, simples inclusões que aumentam o valor semântico da expressão e a sua relação com a proposta argumentativa do discurso. Há também as reformulações em que observamos uma substituição de palavras por outras. Nesses casos o leitor trabalha com a memória da língua para que ambos os significados sejam

recuperados: os da própria EI com a palavra original sem ter sido substituída e a nova EI com a nova palavra em seu lugar. No capítulo quatro discorremos bastante sobre o exemplo da EI reformulada "o v da questão". Nos exemplos dados acima, há também o caso da EI "vientos de cola" que carrega os valores da EI "vientos a favor" através da memória da língua e o novo valor agregado, já incorporado também a uma memória discursiva de que o 'processo é acelerado'.

A memória discursiva, a da língua, e as EIs sempre caminham juntas. Sem a memória da língua muitas dessas reformulações perderiam seu valor e talvez nem pudessem sofrê-las. Vejamos um caso curioso em que a frase aparece tão diferente da EI que não conseguimos resgatá-la: ela fica como um eco que agrega humor à ironia crítica do enunciador. Eis o comentário da *Folha de S. Paulo* de 20 de setembro de 2010, escrito por Ruy Castro com o título de "Robunda Chulice*"* (*anexo dezoito)*, em que se critica a linguagem utilizada pelo "presidente da república":

> Tudo bem, a língua acompanha os costumes e, com o tempo, as palavras perdem ou ganham conteúdos. Na primeira metade do século 20, não se chamava ninguém de "chato", mesmo que o alguém em questão fosse chatérrimo e usasse galocha. Chato era apenas aquele piolho chegado às virilhas. Um sujeito chato era um sujeito "cacete", veja só, e nenhuma mulher se ruborizava ao ouvir esta palavra.

Não temos, nesse caso, uma EI, mas o interessante é que o seu eco é resgatado, a memória da língua nos lembra da existência da EI "chato de galocha", o seu aspecto de ajudar na construção da ironia e do humor é também trazido através de seu eco. Isso é possível devido também à metalinguagem abordada pelo texto. Novamente temos o jogo entre literalidade e idiomaticidade muito presente.

Conclusão

No início deste trabalho apresentamos a motivação que o inspirou. A inconformidade na intraduzibilidade de uma EI para outro idioma, a não transparência de significado, que desafia e que ao mesmo tempo fascina ao estrangeiro diante delas.

Definido e justificado o nosso objeto de estudo, nossa primeira questão foi justamente estabelecer o que entenderíamos por "expressão idiomática", já que tal definição impediria que as confundíssemos com outros conceitos, como o de provérbios e frases feitas. Foram analisadas várias características presentes nas EIs e estabelecemos que as que mais auxiliariam na identificação seriam a de que eram combinações de mais de uma palavra, de que possuíam idiomaticidade e uma estabilidade relativa.

A segunda questão foi encontrar um corpus que pudesse oferecer discursos em que o uso de EIs fossem significativos. Após uma extensa pesquisa por textos que contivessem EIs, pudemos encontrar a resposta nos textos opinativos; como recorte, optamos por retirar textos opinativos jornalísticos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Clarín* de Buenos Aires. Dada a especificidade desse gênero, foram colocadas no segundo capítulo as principais características e divisões do discurso opinativo jornalístico. Pudemos perceber que são textos que comentam principalmente acontecimentos políticos e da sociedade local, que possuem uma heterogeneidade tipológica, que não estão preocupados em manter uma aparente neutralidade informativa, e que, por serem 'opinativos', têm a liberdade de posicionar-se criticamente diante de algo.

Ao analisar os textos selecionados, constatamos que constantemente as EIs vinham acompanhadas da ironia. A partir desse ponto, nossa próxima questão foi traçar as características da ironia que pudessem servir de identificação para os nossos textos e a relação que estas porventura poderiam estabelecer com as nossas EIs. O terceiro capítulo tratou então de associar a construção da ironia com as EIs.

Detectamos que uma das características mais significativas das EIs que serviam à construção da argumentação irônica é a troca de registro no texto.

A consideração do funcionamento irônico das EIs foi resultado de termos abordado sua ocorrência em discursos, não como itens isolados. Isso nos fez ver a necessidade de pensar algumas das características identificatórias delas em relação com as perspectivas dos estudos discursivos, e disso tratou o quarto capítulo. Nesse esclarecemos alguns aspectos importantes para a análise de nosso corpus. Entre eles destacamos o papel da memória da língua e da memória discursiva, como interdiscurso e pré-construído, os processos de reformulação e paráfrase, relacionando-os com o interdiscurso e intradiscurso.

Dados os conceitos abordados, passamos então a empregar todas as nossas questões na análise de alguns textos extraídos de nosso corpus. Dentre as características da ironia que tem relação com o emprego de EIs, constatamos que as nossas EIs servem como um importante instrumento para a troca de registro no intradiscurso, que estão incluídas em textos em que há uma forte crítica e predomínio de temas políticos, e que contribuem para o que foi designado como ‘menção implícita’.

Encontramos que, no uso e na reformulação de EIs, há uma forte relação com a memória. O tempo todo a EI trabalha com o resgate da memória da língua e a discursiva. Isso as coloca também como instrumento para instaurar uma cumplicidade participativa que requer tanto a relação enunciador/leitor quanto a ironia. Em ambos os casos é preciso que se compartilhe a mesma ‘comunidade discursiva’.

Observamos, através da análise do uso das EIs, diferentes tipos de modificações da forma habitual. Enquadramos essas transformações como um tipo peculiar de reformulação, para o qual foi necessário revisar alguns aspectos das definições sobre “reformulação” que encontramos na teoria, já que casos como o que nos ocuparam não seriam incluídos nela, por não ser a EI propriamente uma “formulação”.

Verificamos modificações como os exemplos das expressões "digerir varios sapos", "dando por tierra" e "jogar areia", em que foi observado que as substituições não afetaram o significado da expressão como um todo. Foi acrescido um novo valor a elas, mas que não tornou o significado da EI muito diferente da expressão original.

Encontramos ainda dois processos: um deles foi a inserção de novas palavras à EI original, palavras que as adequavam à situação do intradiscurso. Foram vistos os exemplos de 'duro' em "trago duro sapo", de 'os seus' em "engoliu os seus sapos", de 'pusieron a' em "pusieron a poner la cara". O outro processo visto foi o da substituição de uma das palavras da EI por outra. O que leva a essa substituição é a situação da enunciação em que está inserida. Como exemplo, colocamos o caso de "o v da questão", reformulação de "o x da questão", apresentado no quarto capítulo; "viento de cola", reformulação de "vientos a favor" e "jogar areia", reformulação de "entrando areia". Em todos os casos se pôde perceber claramente a presença da memória discursiva e a da língua, que resgata o significado básico da EI para em seguida acrescentar-lhe o valor inserido através da substituição pela nova palavra. Desse modo é possível contar com os dois valores: o da palavra da expressão original e o da substituta.

O jogo entre significado "transparente" e a idiomaticidade também foi um aspecto revelador encontrado no emprego das EI. A opacidade que carregam as EIs estimula esse jogo; entre os exemplos analisados, destacamos o encontrado na frase: *"él pone la cara y Kirchner los cachetazos".*

Outro caso revelador abordado foi o que mostrou como memória discursiva e EI trabalham em conjunto. No texto em que há a frase *"mesmo que o sujeito fosse chatérrimo e usasse galocha",* verificamos que, mesmo como um 'eco', a EI pode ainda apresentar as mesmas características e contribuir para a construção da ironia.

Em alguns casos, observou-se que a EI servia como uma espécie de mote, introdução/ síntese para o que é colocado na sequência. Em outros, a EI servia para remeter a argumentos dados anteriormente.

A análise de nossas EIs constatou que elas estão muito além de ‘lugares comuns’ da linguagem oral e cotidiana, que elas podem, com o seu jogo de oposições entre transparente/idiomático, coloquial/institucional, constituírem papel considerável dentro de um discurso. Funcionam como um valioso instrumento para se instaurar a ironia. São, assim, importantes e reveladores elementos da memória de uma língua.

Bibliografia

ADAM, Jean Michel. Élements de linguistigue textuelle. Bruxelles: Madarga, 1990.

ARNOUX, E. *Análisis del discurso. Métodos de abordar materiales discursivos.* Buenos Aires: Santiago Libros, 2006.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BALLY, Ch. *Traité de stylistique française.* v. 1 Paris: Librairie Klinckseck, 1951.

BARBOSA, M. A. *Língua e discurso.* São Paulo: Global, 1981.

_____ Relações de significação nas unidades lexicais. In: Encontro Nacional do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, 1º, 1997, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997, pp 19-29.

BIBER, D. *Variation across Speech and Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BONINI, A. "Os gêneros do Jornal: questões de pesquisa e ensino". In KARWOSKI, B. GAYDECZKA, K. S. B. *Gêneros textuais: reflexões e ensino.* Palmas: Kaygangue, 2005.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica.* Campinas: Unicamp, 2008.

BRONCKART, J.P. *Atividades de linguagem, textos e discursos – Por um interacionismo sócio-discursivo.* São Paulo: Educ, 1999.

CASARES, J. *Introducción a la lexicografía moderna.* Madrid: C. S. I. C., 1992.

CASTELLI, Eugenio *Manual de Periodismo.* Buenos Aires: Plus Ultra, 1996.

CHAFE, W. *Meaning and the Structure of Language.* [Chicago]: Univ. of Chicago, 1970.

CIAPUSCIO, Guiomar E. *Tipos Textuales*. Buenos Aires: UBA, 1994.

CONTI, M. F. *Para um dicionário das expressões idiomáticas e/ou metafóricas do português (contemporâneo) do Brasil*. Tese (Doutorado), USP, 2003.

COSERIU, E. *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral.* Rio de Janeiro: Presença, 1921.

_____ *O homem e a sua linguagem.* Rio de Janeiro: Presença, 1982.

CUNHA, D. A. C. "O funcionamento dialógico em noticias e artigos de opinião" In: BEZERRA, M. A. MACHADO, A. R. DIONISIO, A. P. *Gêneros Textuais & Ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, pág. 22.

FANJUL, Adrián P. *Português e Espanhol: línguas próximas sob o olha discursivo*. São Carlos: Claraluz, 2002.

FIGUEIREDO, I. Rodrigues- *A heterogeneidade tipológica do gênero editorial.* Extraído de http://www.filologia.org.br/xiicnlf/07/volume_07.pdf#page=42 acesso em: 10 set. 09.

FILLMORE, Charles. *Innocence: a Second Idealization for Linguistics.* Berkeley: Linguistics Society, 1979.

FUCHS, Catherine. La reformulation em discours: une pratique langagière In: *Paraphrase et énonciation*, Paris: Ophrys, 1994.

GAK. G. V. *Lexicologia Comparada.* Moscou: Nauka, 1976.

GONZÁLEZ, Neide M. *Diccionario Bilingüe de Uso portugués-espanhol.* V. 2, Madrid: Arco/Libros, 2003.

HAGEN, P. L. (1992*). The rhetorical effectiveness of verbal irony*. Pennsylvania: State University. (Ph. D. dissertation).

HILGERT, J. G. "Procedimentos de reformulação: a Paráfrase." In: PRETI, D. (org.) *Análise de textos orais.* São Paulo: Humanitas, 1999.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0*. Direção Geral de Mauro de Salles Villar. São Paulo: Objetiva, 2000.

HUTCHEON, Linda *Teoria e Política da ironia.* Belo Horizonte: UFMG, 2000.

KIERKEGAARD, S. A. *O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates.* Tradução: VALLS A. L. M.Petrópolis: Vozes, 1991.

LAROUSSE *El pequeño Larousse Ilustrado Dicionário Enciclopédico.* Madrid: Larousse Planeta, 1996.

LAROUSSE CULTURAL, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa.* São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARCUSCHI, L. A. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade." In: *Gêneros Textuais & Ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____ "Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação" In: KARWOSKI, A. M. e BRITO, K. S. (Orgs) *Gêneros Textuais: reflexões e ensino.* Palmas: Kaygangue, 2005.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)* São Paulo: UNICAMP, 1998.

MARTÍNEZ ALBERTOS, J. L. *Redacción Periodística.* Barcelona: ATE, 1974.

MELO, J. M. *Jornalismo Opinativo.* Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NOGUEIRA, L. C. R. *A presença das expressões idiomáticas (EIs) na sala de aula de E/LE para brasileiros.* Tese (Mestrado), Universidade de Brasília, 2008.

ORLANDI, E. P. "Destruição e construção do sentido (um estudo da ironia)" In: *O Histórico e o Discursivo.* Uberaba: Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1986.

ORTÍZ ALVAREZ, M. L. *Expressões idiomáticas do português do Brasil e o espanhol de Cuba: estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira.* Tese (Doutorado), UNICAMP, 2000.

PAVEAU, A. M. "Reencontrar a memória Percurso epistemológico e histórico." In INDURSKY, F. & FERREIRA, M. C. L. *Análise do Discurso no Brasil mapeando conceitos, confrontando limites.* São Carlos: Claraluz, 2007.

PAYER, M. Onice. *Memória da língua Imigração e nacionalidade.* São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, Michel (1990): "Lecture et mémoire: projet de recherche". Em: *L' inquiétude du discours.* Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Cendres, pp. 285-293. Trad. Maria do Rosário Gregolin.

_____ (1988) *Semântica e Discurso uma crítica a afirmação do óbvio.* Campinas: Unicamp.

POTTIER, B. *Lingüística Geral: Teoria e Descrição.* Rio de Janeiro: Presença, 1978.

RONCOLATTO, Eliane. *Expressões idiomáticas do português do Brasil e do espanhol da Colômbia: análise, classificação e equivalências.* Tese (Doutorado), UNESP/Assis: 2001.

SAN-MARTÍN, M. R. *Vocabulário especializado da Linguagem dos plantadores de arroz do Vale do Paraíba Paulista – O fato lingüístico como recorte da realidade cultural* vol. 01. 1989. Tese (Doutorado), USP.

SAUSURRE, F. *Curso de Lingüística Geral.* Organização: Bally, C. e SECHEHAYE, A. Tradução de A. Chelini, J. P. Paes e I. Bilkstein. São Paulo: Cultrix, 1996.

SPERBER, Dan & WILSON, Deidre. *Las ironías como menciones.* Poétique, nº 36, Seuil, Paris, 1978.

SWALES, John M. *Genre Analysis*: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAGNIN, Stella E. O. *O jeito que a gente diz. Expressões convencionais e idiomáticas* São Paulo: Disal, 2005.

TRISTÁ, Antonia María. *Fraseología y contexto.* La Habana: Ciencias Sociales, 1988.

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA *Diccionario de la Lengua Española.* Barcelona: Santillana, 1996.

WEINREICH, U. "Explorations in Semantic Theory." In: *Current Trends in Linguistics.* Vol. III, Paris: T. Sebeok, 1966.

WERLICH, E. *Typologie der Texte.* München: Fink, 1975.

ZULUAGA, A. *Introducción al estudio de las expresiones fijas.* Frankfurt: Meter D. Lang, 1980.

Anexo 1

ELIANE CANTANHÊDE

A ponte ruiu

BRASÍLIA - O Brasil perdeu totalmente as condições de exercer uma de suas especialidades na solução da crise em Honduras: a capacidade de liderança e de mediação.

Ao meter os pés, as mãos e a embaixada em Tegucigalpa na defesa apaixonada de um dos lados, o do presidente deposto, Manuel Zelaya, o governo Lula se colocou num duelo com o presidente golpista, Roberto Micheletti - que, ao mesmo tempo, recusa sistematicamente a participação da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Chegou-se assim ao pior dos mundos: Micheletti radicaliza de um lado, Zelaya radicaliza de outro.

Um decreta estado de sítio, põe as tropas na rua, determina a invasão a uma TV e a uma rádio, insiste numa eleição ilegítima desde a origem. O outro usa a embaixada brasileira como "bunker" para instigar a desobediência civil no país. O que cheira a sangue.

Não há, à vista, nenhum escudo ou ponte entre esses dois malucos perigosos. O Brasil se inviabilizou. A OEA é rechaçada por Micheletti.

A ONU limitou-se à de defesa da "extraterritorialidade" e, portanto, da embaixada do Brasil. Os EUA, dúbios estavam, dúbios continuam. Chávez gosta de **botar fogo**, não de apagar incêndios.

Enfim, a situação é dramática, com o risco real, nada fictício, de que Micheletti continue se deslumbrando no papel de típico golpista bananeiro e acabe por invadir a embaixada brasileira. E que leve o país a uma guerra civil. Isso tudo é improvável, mas não impossível.

Marco Aurélio Garcia, assessor internacional de Lula, tem razão ao dizer que: 1) o Brasil não se meteu, mas sim foi metido nessa enrascada; 2) não havia alternativa se não acolher Zelaya na embaixada.

Mas o Brasil cometeu um grande erro: entrar na linha de frente contra Micheletti. Antes, hospedava um presidente deposto por um golpe militar. Agora, hospeda uma bomba pronta a explodir.

http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2909200904.htm acesso em: 07 out. 09 23h04

Anexo 2

EL INGRESO DE CAPITALES CONTRASTA CON OTRAS INDEFINICIONES

Ambigüedad K: seducir al mercado sin sellar un acuerdo con el FMI

Por: Daniel Fernández Canedo

Llueven dólares sobre la región y algunos caen sobre la Argentina.

Brasil salió a buscar plata con un bono a 30 años de plazo, ofreciendo una tasa de 5,8% y le ofertaron siete veces más de lo que pensaba conseguir.

En la Argentina, en lo que va de octubre, el Banco Central lleva comprados más de 600 millones de dólares, que es prácticamente lo mismo que había logrado comprar en todo septiembre.

Esta magia es la respuesta a la fenomenal emisión de dólares que hizo Estados Unidos para enfrentar la crisis financiera. El objetivo fue que los ahorristas no saliesen heridos de la explosión de la burbuja financiera que alimentó hasta mediados de 2007.

El mundo está bañado de dólares, de los que ahora muchos inversores quieren huir.

Para salir de dólares eligieron, entre otros, el camino de comprar bonos de países emergentes.

Según un informe del banco Barclays en septiembre, por primera vez en el año hubo más capitales comprando que vendiendo bonos emergentes, que son los de mayor riesgo.

La idea de vivir una super-liquidez mundial le pone plazo corto a la recesión de los países desarrollados. Y regenera el escenario de ***viento de cola*** para los que venden alimentos y materias primas.

La Argentina recibió coletazos buenos y malos de esta nueva realidad.

Por el lado financiero, los bonos subieron en forma ininterrumpida hasta la semana pasada. Y ahora hay títulos que ofrecen rentas de 12% anual cuando hace seis meses daban 40% y nadie los quería comprar.

La ola que domina las decisiones financieras en este momento parece no inquietarse por los riesgos.

Pero, si bien bajar lo que pagan los bonos de 40% a 12% llevó seis meses, de ahora en más para bajarlos al 5% puede demandar años.

El Gobierno se subió al ***viento a favor*** coqueteando con un acuerdo con el FMI que va y que viene, pero no llega a concretarse.

Los tiempos políticos que miden Kirchner y su ideología le estarían impidiendo ver publicado en los medios que aceptó una revisión del FMI para poder llegar a un acuerdo por la deuda con el Club de París. Eso, cuando ni con los cálculos del INDEC puede esconder el aumento de la pobreza.

Es la causa que explica las idas y vueltas del ministro Boudou con el supuesto acuerdo para que el Fondo venga a auditar la marcha de la economía argentina.

En los pasillos del Palacio de Hacienda se considera que lo del FMI se enfrió un poco hasta que venga un OK de Olivos. Y que ahora deben avanzar con una salida para la deuda de US$ 20 mil millones con los bonistas que se quedaron fuera del canje de 2005.

El momento parece adecuado. Los fondos que tienen bonos argentinos en default quieren huir rápidamente de esa situación y, con poca plata, se podría alcanzar un acuerdo.

El nuevo panorama, sin embargo, tiene un precio de la soja menor al de hace dos meses. Eso se compensará en términos de entrada de dólares porque llovió, poniendo fin a la sequía, y por un fuerte aumento del área sembrada.

Así, la falta de entrada de dólares no se proyecta como un problema.

Algunos analistas creen que desde ahora hasta fin de año el precio del dólar seguirá en torno de $3,85.

Se basan en que ahora es el Banco Central el que está comprando divisas para evitar una caída del precio.

La explicación también coincide con la situación regional. El dólar en Brasil tiene uno de los precios más bajos en años: 1,7 reales.

Con una situación financiera que en lo macro podría describirse de Disneylandia, la teoría indicaría que la economía no podría hacer otra cosa que arrancar. Pero la política puede ***meter la cola***.

Parte de esa realidad se concentra en la falta de credibilidad de las estadísticas del INDEC.

"Sin credibilidad estadística es muy difícil que el FMI no vaya a hacer cuestionamientos", comentaba ayer un economista que conoce la opinión de los funcionarios del organismo por estos días.

El Gobierno quiere que el Fondo venga y acepte las cifras y comentarios oficiales como válidos. Y también que no se reúna ni con la oposición ni con economistas independientes y que, después de hacer el informe, no publique las conclusiones.

Los gobiernos miembros del Fondo pueden decidir si se publica esa suerte de radiografía económica que se conoce como Capítulo IV. Sin embargo, si de recuperar credibilidad perdida se trata, Kirchner debería aceptar la publicación.

Pero eso sería suponer que la idea de que Boudou vaya y venga con el FMI es para bajar la tasa de riesgo país y así acceder a financiamiento de los mercados.

Tal vez el paisaje de la lluvia de dólares pueda demorar los tiempos para que las normalización de las relaciones con el Fondo llegue a ser una realidad. Los tiempos económicos están dados. La política manda.

Acesso em: 15 out. 09 15h21 http://www.clarin.com/diario/2009/10/15/elpais/p-02018998.htm

Anexo 3

PANORAMA POLITICO

Los presagios de tiempos muy difíciles

Sin reparar en modos ni complicidades, los Kirchner lograron otra victoria política con la aprobación de la ley de medios. El kirchnerismo y los aliados respondieron sin fisuras. La oposición, no. La ofensiva, en distintos planos, seguiría. Clima de tensiones y denuncias.

Por: Eduardo van der Kooy

Me interesa el voto de la vieja. ¿Cómo se llama?" El pedido fue de Néstor Kirchner a Arturo Colombi, el gobernador de Corrientes que acaba de perder el balotaje con su primo Ricardo. La vieja, en el argot del ex presidente, es la senadora María Dora Sánchez. La correntina radical que la semana pasada hizo una cabriola y terminó votando a favor del proyecto oficial de medios -salvo en un artículo- que el Senado convirtió al final en ley.

Aquel pedido sobrevino cuando el gobernador de Corrientes buscó algún resguardo por el escándalo que desató en la provincia la muerte de Hernán González Moreno, un hombre cercano al mandatario, que conducía una agencia de noticias y la publicidad oficial. Se habló de un suicidio envuelto ahora en dudas y sospechas. Arturo Colombi no se resistió a la solicitud de Kirchner.

¿Por qué razón tanto interés en un solo voto cuando el oficialismo en el Senado tenía asegurada la mayoría? Quizás para asegurarse también la votación en particular donde los márgenes fueron más estrechos. Aunque tampoco el oficialismo tuvo sobresaltos. Pero existieron, al parecer, otras cosas importantes.

La cooptación de la senadora Sánchez explotó con la intensidad de una granada en el radicalismo y en todo el arco opositor. La onda expansiva llegó hasta las orillas de los aliados del Gobierno y de cierta tropa propia renuente. El kirchnerismo terminó reuniendo 44 legisladores para la aprobación de la ley. Varios vacilantes, entre ellos los de Tierra del Fuego, pudieron arrojarse sin rubores a los brazos oficiales.

¿Qué favor podría devolverle ahora Kirchner al gobernador correntino? ¿Apartarlo del submundo que circunda aquella muerte extraña? ¿Ayudarlo en el universo judicial? ¿Enviarle parvas de dinero para administrar una provincia que, como la mayoría, muestra las arcas en rojo? Cualquier complicidad es válida, en la óptica del ex presidente, para ganar un voto y abrochar una victoria. ***A las palabras declamadas las acostumbra a barrer el viento.***

Existieron tratativas con el hijo de Antonio Domingo Bussi -Ricardo-, para rapiñar el apoyo del senador tucumano y cardiólogo del ex general, Carlos Salazar. Bussi anda todavía de ronda en la Justicia por violaciones a los derechos humanos. Kirchner y Cristina bendijeron también las gestiones de Miguel Pichetto, el jefe del bloque kirchnerista, para arrimar a Ramón Saadi. La Presidenta fue, en su tiempo de

legisladora, una tenaz opositora al catamarqueño a quien le impidió el ingreso como senador a raíz del crimen de María Soledad Morales.

La sombra de Kirchner no desentonaría ahora mismo en una provincia de política enlodada hace tiempo. La dinastía de los primos Colombi se está desarrollando de igual modo que otras dinastías: rupturas familiares, acusaciones cruzadas, denuncias de corrupción, traiciones y desenlaces fatales. El tiempo suele tejer allí una telaraña formidable: todavía nadie sabe cómo murió Santiago Prado en el 2001, el intendente electo de la ciudad de Mercedes que jamás llegó a asumir.

La maniobra de Kirchner terminó de abrir otro surco en la oposición. Por lo pronto, los peronistas disidentes resolvieron no acompañar el dictamen de la minoría que el radicalismo había elaborado sobre la ley de medios. Tal vez, ese fue el impacto menor. La cizaña intoxicó al radicalismo y se propagó, un poco, sobre el Acuerdo Cívico y Social.

Julio Cobos quedó en el medio de esa puja. Kirchner tiene adormilado al peronismo y se empeña en hacer trizas a la débil oposición. El vicepresidente es ahora la figura que mayores expectativas levanta en esa geografía, fogoneado por su buena imagen pública. El acuerdo entre Kirchner y Arturo Colombi lo descolocó.

¿Por qué razón? El vicepresidente había respaldado en la primera vuelta al gobernador. Incluso lo había recibido en su oficina del Senado. Arturo Colombi hizo campaña rodeado de las fotografías con Cobos. Cuando el dirigente mendocino le quitó el apoyo para el balotaje, ya pareció tarde.

La fuga de la senadora Sánchez liberó un caudal de críticas e intrigas entre los radicales. Gerardo Morales, el titular del Comité Nacional, le disparó a Cobos. Su palabra pareció también un eco de Elisa Carrió. Cobos se retiró del recinto del Senado cuando en la madrugada de ayer habló Morales. El Acuerdo Cívico y Social vuelve a flamear.

Sánchez se mostró imperturbable a los cabildeos de los dirigentes radicales para persuardirla de que no entregara su voto. Desechó hasta una notita del vicepresidente. El problema para la oposición no fue sólo la pérdida: también los argumentos que acompañaron esa pérdida. La senadora por Corrientes no tuvo empacho en admitir que su cambio obedeció a la intención de favorecer económicamente a sus comprovincianos. ¿Fondos para el actual gobernador y también para el próximo? Arturo Colombi, si se cumplen los plazos previstos en una provincia lascerada, deberá dejar el poder en dos meses. Poco tiempo o demasiada necesidad para haberle hecho a los Kirchner el favor que les hizo.

La política -también el periodismo- se ha acostumbrado a bautizar siempre esos enjuagues como cándidos trueques. Habría otra manera más sincera de denominarlos: extorsión. ¿Cómo entender que un debate que incursionó en la libertad de expresión, la propiedad privada y los derechos adquiridos se canjee por un montón de billetes? Tampoco Corrientes ha sido una excepción en este tiempo de embestidas oficiales: el jujeño Guillermo Jenefes fue implorado por el gobernador de su provincia, Walter Barrionuevo, para que no siguiera con sus objeciones al proyecto oficial de medios. Lo mismo le ocurrió al senador radical Pablo Verani -que resistió- con el mandatario rionegrino Miguel Saiz. La dependencia de la caja kirchnerista paraliza, de idéntica

forma, a oficialistas y opositores. Ninguna provincia ha recibido en los últimos meses más del 45% de la coparticipación que le toca.

El ex presidente usa esa herramienta a destajo. Es una de las claves que le ha permitido la subsistencia política después de la derrota electoral. Le sirvió para amontonar triunfos parlamentarios y desdibujar la victoria opositora de junio.

Aquellas victorias tuvieron otra consecuencia fundamental para su proyecto y el de Cristina: amalgamó al peronismo, silenció un puñado de voces discordantes y le permitió rehacerse de tal modo que está volviendo a soñar con su propio regreso presidencial en el 2011. Puede tratarse de una utopía, porque una encuesta nacional de esta semana ubica su imagen negativa en 78%. Pero esa utopía late.

La tensión entre el periodismo y los poderes públicos es una característica normal de cualquier democracia. Pero con la ley de medios en debate ocurrió una escalada: la tensión viró en una confrontación inapropiada y peligrosa, atizada por el oficialismo; afloró también en el discurso de varios legisladores un resentimiento hacia los medios que, hasta ahora, parecía sólo patrimonio de los Kirchner.

La gravedad de ese registro terminó convirtiendo en anécdotas algunas disquisiciones que se escucharon en el Senado sobre cómo debería ejercerse el periodismo. La más desopilante resultó, tal vez, la del kirchnerista y ex embajador Eric Calcagno.

Aquel clima beligerante que se advirtió en Diputados y el Senado no es, ni más ni menos, que el clima que desde hace rato se va derramando en la Argentina. El kirchnerismo supone que por la contundencia y legalidad de su victoria parlamentaria -en ambas Cámaras- clausuró un tema. Pero no sería así: hay demasiadas cuestiones vitales de la vida en democracia que continuarán en danza.

La historia de estos 26 años enseña que no existe ninguna legislación que alcance para esconder la realidad. El Congreso sancionó en su tiempo las leyes de Obediencia Debida y Punto Final creyendo que así zanjaba la tragedia argentina. Los juicios irremediablemente volvieron. El Congreso supuso que con la convertibilidad habría orden económico eterno. Pero una crisis dejó ruinas. El Congreso celebró el default del 2001, por el cual la Nación paga todavía consecuencias. El Congreso privatizó Aerolíneas Argentinas, ahora volvió a estatizarla y nunca se solucionó ningún problema.

La tranquilidad social está alterada por los piquetes y bloqueos derivados de conflictos laborales irresueltos. Un delegado del Estado en Papel Prensa denunció ante escribano las amenazas de Guillermo Moreno, quien habló de intervenir la empresa. Aníbal Fernández, el jefe de Gabinete, defendió al secretario de Comercio. Cristina y Kirchner siguen callados. El ex presidente Eduardo Duhalde y su esposa aseguraron que son espiados en su propio domicilio. La jueza Servini de Cubría, que investiga los gastos de la campaña, informó la existencia de micrófonos en su despacho y asegura haber sido perseguida en la calle por espías de la SIDE.

La percepción de intranquilidad no es un hecho accidental. La fundamentan todos aquellos episodios -y otros- que no presagian nada bueno para los tiempos que vienen.

Acesso 12 out. 09 16h54 http://www.clarin.com/diario/2009/10/11/opinion/o-02016461.htm

Anexo 4

ELIANE CANTANHÊDE

Ao sabor dos ventos de campanha

BRASÍLIA - Aperte o cinto porque o piloto sumiu! Aliás, o piloto, o copiloto, a tripulação inteira voa por aí em campanha aberta, deixando Brasília entregue... Entregue a quem mesmo?

O presidente Lula viaja tanto ou mais pelo mundo do que "Fernando Viajando Cardoso", lembra? E passa três dias "fiscalizando" as obras de transposição do rio São Francisco, enquanto tira fotos pescando com a candidata Dilma.

Aliás, Dilma também viaja por aí, enquanto a Casa Civil fica por aqui, em Brasília, com os atos e programas do governo em segundo plano.

Além deles, o ministro Tarso Genro assume a campanha no Rio Grande do Sul e até o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, é candidato a alguma coisa, não se sabe exatamente ao quê.

Já há ministros reclamando. Desses ministros chatos, de áreas técnicas, que têm de tomar decisões, assinar atos, ***tocar o bonde -e não os aviões***- adiante. Cadê o Lula? Não está. Cadê a Dilma? Não está. E aí, o que fazer? Fácil: ***chama o bispo***!

Tudo pela campanha, até um recuo atrás do outro. Num dia, o governo diz que pretende taxar a poupança. Dá uma confusão danada, aí recua. No outro, o repórter Leonardo Sousa descobre a mutreta de ***empurrar com a barriga*** a devolução do IR da classe média para compensar a queda de arrecadação. Dá uma confusão danada, aí recua.

Nessa campanha descarada, todo recuo vale. Até na Vale mesmo, uma empresa privada. Antes, Lula falava mal da Vale, Dilma cobrava a companhia, ambos deixavam claro que, se dependesse do Planalto, a permanência de Roger Agnelli na presidência estava por um fio. Até que o megaempresário Eike Batista entregou o jogo: que tal botar no lugar do técnico Agnelli o político Sérgio Rosa, do PT?

Deu no que deu: uma confusão danada. Aí, todo mundo recuou, ficou o dito pelo não dito, e Agnelli ganhou sobrevida. Mas só "no momento", como bem disse Eike.

Acesso em 20 out. 09 17h23 http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1810200904.htm

Anexo 5

LUIZ FERNANDO VIANNA

O V da questão

RIO DE JANEIRO - Na última quinta-feira, após a paralisação dos trens na Central do Brasil e o disparo de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha pela polícia contra os passageiros, o governador do Rio, Sérgio Cabral, disse que era preciso "verificar" os problemas da Supervia, concessionária do serviço, e prender os "vagabundos" responsáveis pelos supostos atos de "vandalismo" que interromperam a circulação de composições.

Político que cresceu no cenário fluminense graças mais a ações de gabinete, como as tomadas nos oito anos à frente da Assembleia Legislativa, do que a movimentos de rua, Cabral não é um grande orador, e produziu, involuntariamente, uma aliteração significativa.

Para o governo estadual, como deixou expresso o secretário de Transportes, Júlio Lopes, a Supervia é "parceira". Tão parceira que, nos 11 anos em que gere a malha ferroviária, recebeu do erário R$ 285 milhões em investimentos na frota e deve receber mais R$ 500 milhões até 2016 -afora um financiamento do Banco Mundial obtido pela gestão Cabral.

O Estado alega que investe por ser o dono do patrimônio. Mas em nome de quem? Da população, supõe-se. Mas, em pelo menos dois terços dos 159 trens, a população sacode em máquinas envelhecidas, sem ar condicionado, ainda fica sem esclarecimentos quando uma pane acontece e não recebe logo o dinheiro da passagem de volta pela viagem não completada.

Cabral, usuário dos ventos do Leblon e de uma mansão de veraneio na litorânea Mangaratiba, verbaliza sua vã filosofia ao povo: se não há serviço bom, não convém vandalizar o que, ao menos, sobrevive. Pois no último sábado, no Galeão lotado, viajantes de avião quebraram dois monitores. Não houve viva voz que vociferasse contra os "vândalos". Questão de vício.

Acesso em 14 out. 09 23h04 http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1410200905.htm

Anexo 6

ELIANE CANTANHÊDE

Novidades nos palanques

BRASÍLIA - Quem te viu, quem te vê... Ninguém ***dava a menor bola*** para assuntos internacionais e de defesa, nem mesmo políticos, muito menos candidatos, mas essa tendência vem se invertendo desde a campanha presidencial de 2006 e são dois temas que têm tudo para render bons debates -e tomara que boas entrevistas- com os presidenciáveis de 2010.

Com Barack Obama saindo do olimpo e recuperando a condição de mero mortal, com as lições ainda mal digeridas sobre a crise financeira internacional, com a ampliação da presença militar norte-americana na Colômbia, com os tropeços (e bocejos) da Unasul e agora com Honduras servindo de laboratório para uma infinidade de discussões latino-americanas...

Bem, Dilma, Serra (ou Aécio), Ciro e Marina vão ter que estudar muito. Sem esquecer dos caças da FAB, dos submarinos, do reflexo geopolítico do pré-sal e da inescapável discussão sobre a questão nuclear, seus limites econômicos, militares, políticos, como Irã no meio.

Nesses dois campos, Dilma leva vantagem. Não por ela, que não tem se metido na área internacional e jamais foi ou será ligada à questão de defesa, de estratégia militar -ou melhor, de militares mesmo. Mas porque o governo Lula, como em praticamente tudo, ***pegou o bonde*** que vinha do governo FHC andando e pisou no acelerador.

Não é à toa que o chanceler Celso Amorim sai do PMDB (de onde ele começou a dizer ontem que nunca foi de fato...) e entra no PT. Se na eleição passada ele e o polêmico secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, já frequentavam palanques e debates por convocação direta de Lula, imagine-se agora.

Dilma sai da quimioterapia e mergulha na campanha, montando o time, a estratégia, o discurso.

Amorim está dentro. Porque a política externa e a estratégia de defesa estão muitíssimo dentro. Ou, como diriam os diplomatas, estão "in".

elianec@uol.com.br

Acesso em 07 out. 09 20h05 http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0110200904.htm

Anexo 7

AJUSTE FISCAL, TARIFAS, INFLACION, DERECHOS DE INVERSORES Y ACREEDORES

Chequeo incómodo: anticipos del recetario del FMI para la Argentina

Por: Alcadio Oña

A las críticas no le tengo miedo, ni me molestan. El límite está en cuestiones relacionadas con recomendaciones o condicionalidades que intenta imponer el FMI". Esa fue la cancha que Amado Boudou pretendió marcar en Estambul, antes de regresar a Buenos Aires.

La condicionalidad está desde ya descartada, pues la Argentina no anda detrás de un acuerdo ni de un crédito del organismo. Pero críticas no faltarán. Tampoco recomendaciones y observaciones, tal cual se ve en los informes que el directorio del FMI hizo sobre las economías de Chile, en setiembre, y de Estados Unidos en julio.

Fueron dos casos que el ministro de Economía citó expresamente, cuando habló de países que aceptan el monitoreo y la crítica bajo el Artículo IV del Fondo. Y valen, entonces, para medir probables resultados de un examen sobre la Argentina.

Chile es casi un modelo, según los parámetros que prevalecen en el mundo. Pero después de varios comentarios elogiosos, los directores del organismo le "recomendaron centrarse en el nivel y el crecimiento del gasto público en relación con los ingresos". Y mantener, hasta fines de 2010, el fondo anticíclico que armó con los excedentes fiscales durante ***los años de vacas gordas.***

En otro punto del documento que transmitieron a Michelle Bachelet, la "instaron a sustentar las reformas que permitan reducir el costo de hacer negocios".

Instar significa urgir o insistir en un reclamo. Y recomendar es algo que también desborda el límite puesto por Boudou. Ya parece excesivo, en los términos de Néstor Kirchner, que hubiese convalidado las críticas.

La Argentina acusa desajustes fiscales notorios: el gasto público marcha al 30 % y los ingresos apenas al 11 %. En el informe sobre Chile hay, pues, una observación que le cabe redonda al Gobierno. Y otra, en la referencia al clima de negocios o la incertidumbre que, según empresarios locales e internacionales, crean los movimientos impredecibles del kirchnerismo.

Estados Unidos es una de las potencias que mandan en el FMI. Aun así, el directorio se permitió algunas sugerencias. Como ajustar los ingresos públicos -parecido a reforzar la presión impositiva-, "dado que la crisis ha exacerbado los desequilibrios fiscales". O "reducir los costos de atención de la salud". Y "someter a las empresas semipúblicas de la vivienda a una supervisión más estricta".

Ningún país está obligado a acatar los planteamientos del organismo. Pero que los hay, los hay. Y pasan de largo las aspiraciones de Boudou: quizás, también, el margen de tolerancia de Kirchner.

En el reporte sobre la situación de la economía española aparecen otros puntos que podrían saltar en el caso argentino. Le "recomendaron moderación en los salarios", "flexibilidad laboral" y mayor competitividad para "reducir la inflación".

Dice además: "Los directores subrayaron la necesidad de que las políticas fiscales estén ancladas en un marco prudente de sustentabilidad fiscal a largo plazo".

Otra vez, recomendaciones y cuentas públicas. Y, añadida, la inflación. El índice de precios oficial canta un 5,4 % anual, pero se sabe que los técnicos del FMI objetan las estadísticas del INDEC y dan más crédito al 15 % que revelan las privadas.

En tren de encontrar puntualizaciones que podrían cuadrarle a la Argentina, a Colombia se le pide "el fortalecimiento de los derechos de los acreedores".

Hay otras, en el informe sobre Bolivia. A Evo Morales no le cuestionan las nacionalizaciones, pero le plantean "negociar en forma constructiva con los inversionistas involucrados en controversias". También, reducir los subsidios y achicar la pobreza. Bajar la inflación a un solo dígito y tasas de interés reales más altas.

Subsidios o ajustes tarifarios, derechos de los acreedores, pobreza, inflación real menor a un dígito, controversias con inversores extranjeros. Cualquiera de estos puntos, o todos, puede aparecer en el chequeo sobre la Argentina.

Los reportes se basan en informes de los funcionarios del Fondo, que visitan los países miembros y evalúan su situación económica. Pero eso es sólo la materia prima: el producto final refleja la opinión de los directores y está refrendado por el jefe del organismo: hoy, el socialista francés Dominique Strauss-Kahn. En eso consiste el Artículo IV.

Significa, pues, que la cúpula promueve ajuste fiscal, flexibilización laboral, control sobre los salarios llegado el caso y tasas de interés altas. En fin, ciertas recetas conocidas. Y poco del presunto nuevo FMI.

En los informes se advierte otro dato incómodo: al pie de las estadísticas de precios, pobreza, desempleo o PBI figura como fuente un ente oficial del país relevado y también "estimaciones del personal técnico del FMI". Es incómodo, porque anticipa cuestionamientos a los números del INDEC.

Si definitivamente Kirchner acepta el monitoreo, deberá ***digerir varios sapos*****.** Parece pretender demasiado que el Fondo recomiende medidas a otros y las omita justo en el caso argentino. Es parte de la parábola que describió la relación con el Fondo, desde que se pagaron casi 10.000 millones de dólares al contado.

Acesso em 11 out. 09 15h55
http://www.clarin.com/diario/2009/10/10/elpais/p-02015979.htm

Anexo 8

DEBATE

Turismo: todo se improvisa

Por: Ariel Dulevich Uzal
Fuente: EX SUBSECRETARIO DE TURISMO DE LA NACION

Si algo faltaba para demostrar la inexistencia de una política de Estado turística es el Decreto N° 1385 suscripto por la Presidenta, que relega el área a la nueva improvisación institucional creando el Ministerio de Industria, ***dando por tierra con*** alguna especulación previa imaginando que se agregaría "Turismo" al nombre elegido, lo que poco cambiaría el escaso sentido de la medida.

Con anterioridad, la Secretaría homónima, que gozaba de rango casi ministerial -pues dependía de la Presidencia de la Nación, desde la jerarquización resuelta por el presidente Alfonsín en 1986-, fue trasladada por el Gobierno de un plumazo al Ministerio de la Producción en resolución que aún no ha cumplido el año, haciendo caso omiso a las críticas.

En tal contexto no sorprende que el turismo, de reconocidas ventajas económicas comparativas, se encuentre afectado por esta ausencia de políticas.

La pasividad oficial frente al estado de emergencia en que se encuentra el sector y la falta de respuesta a los legítimos reclamos empresariales (que no solicitan subsidios sino acciones de estímulo y fomento a través de desgravaciones impositivas), sumada a la protesta sindical por la que se denuncia la desaparición de 70 puestos de trabajo por día en ámbitos de la hotelería y la gastronomía, son también testimonio de políticas de Estado para el turismo que brillan por su ausencia.

Tampoco ha sido constituido el Comité Interministerial de Facilitación Turística creado por la Ley Nacional de Turismo N° 25997, cuya función es comprometer la acción mancomunada de las distintas áreas del Estado en el desarrollo del turismo.

No se conocen tampoco los resultados de la Cuenta Satélite de Turismo encargada de evaluar el impacto de la actividad en la macroeconomía y es el INDEC -la entidad estatal menos confiable del país- la que nos proporciona las estadísticas del movimiento turístico que en absoluto se compadecen con los estudios privados, mientras el supuesto Plan Federal Estratégico de Turismo Sustentable ha sido severamente objetado por la Auditoría General de la Nación.

Acesso em:11 out. 09 15h41 http://www.clarin.com/diario/2009/10/10/opinion/o-02015836.htm

Anexo 9

TENDÊNCIAS/DEBATES

O governo acerta ao determinar a taxação de capital externo que entra na Bolsa de Valores?

NÃO

Remédios e venenos

MARCOS CINTRA

A NOVA tributação sobre a entrada de capitais -IOF de 2%- ***joga areia nas engrenagens*** econômicas que tornaram o Brasil atraente para investidores externos. A medida é um furo ameaçador no dique formado pela combinação de metas de inflação com câmbio flutuante, que serviu como âncora anti-inflacionária e garantia de estabilidade e resistência a crises externas.

A competitividade recém-construída pelo Brasil diante dos demais países emergentes depende não apenas dos bons resultados alcançados até agora, mas principalmente da expectativa de permanência e continuidade de políticas econômicas consistentes.

A nova tributação, mesmo que tímida e com resultados inexpressivos, como tudo indica que ocorrerá, compromete seriamente a imagem e a credibilidade que o país vem experimentando em todo o mundo.

A macroeconomia é um exercício de equilíbrio geral. Ao mexer uma pedra no tabuleiro econômico, toda a configuração do jogo se altera de forma correspondente -e, em geral, imprevisível.

Alardeia-se que capitais voláteis de curto prazo não contribuem para o esforço produtivo de uma economia, que eles só sugam rendimentos financeiros "especulativos" e que causam injustificada valorização cambial.

É um erro.

Eles cumprem a importante função de absorver riscos e de servir de contraparte em operações de hedge. Ao diluir riscos, eles contribuem positivamente para a produção e para um planejamento mais eficiente.

Mesmo que sejam voláteis, ao longo do tempo eles formam um estoque crescente de capitais que financiam atividades econômicas internas. A qualquer momento haverá um saldo positivo de capitais de curto prazo estacionados no país.

Com a nova tributação, parte deles deixará de entrar. A pressão pela valorização cambial poderá ser temporariamente abrandada. Mas há uma contraindicação: o estoque de capital permanente será reduzido.

A expectativa de que a diminuição da entrada de investimentos de curto prazo contenha a excessiva valorização do real será realizada apenas no exato montante da perda do estoque permanente de capital, pois os recursos voláteis operam em ambas as direções.

Há um "trade-off", que será a perda de investimentos reais (a maior parte dos IPOs em bolsas foram com recursos externos) e a desaceleração do crescimento do PIB. Isso, por sua vez, atuará em sentido contrário aos efeitos expansionistas sobre a produção interna que se espera obter com os controles cambiais. Para cada ação há uma reação.

Há outras vertentes a serem notadas. Se a tentativa de controlar a taxa de câmbio por meio da tributação der certo, a pressão inflacionária aumentará. Isso poderá resultar em menor queda ou até em elevação da taxa de juros interna. Novamente, se a justificativa da tributação sobre capitais externos for a de estimular a produção doméstica pela via da desvalorização cambial, ela será neutralizada pelas implicações de suas consequências. É difícil prever qual será o saldo final.

E é bom lembrar que a administração cambial não pode conviver com a atual política de metas de inflação. Há alternativas para corrigir a excessiva valorização do real? Certamente.

Uma delas seria estimular a manutenção no exterior de divisas geradas pelos exportadores, compensando-os, se necessário, pelo diferencial de juros por meio de um fundo lastreado por alguma imposição geral.

Tal medida evitaria a internação de divisas e, portanto, aliviaria as pressões pela valorização cambial, mas sem desestimular o ingresso de investimentos externos.

Outra alternativa seria conceder urgência à reforma tributária, eliminar os créditos de ICMS acumulados nas exportações, aperfeiçoar os mecanismos de desoneração de impostos e oferecer créditos e estímulos à busca de maior eficiência interna.

Os custos de tais medidas poderiam ser cobertos por maior austeridade fiscal, considerada hoje uma necessidade inadiável para aumentar a poupança interna. Enfim, o problema existe. Mas é preciso cautela para que os remédios não se transformem em venenos.

Acesso em:18 nov.09 18h13 http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2410200908.htm

Anexo 10

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Desgaste poupado

Economia em alta e risco de subida de juros básicos permitem que governo Lula empurre reforma da caderneta para sucessor

MUITO BARULHO por nada. O saldo de cinco meses de ensaios do governo federal para alterar a remuneração da caderneta de poupança foi nulo. O presidente Lula, como esta **Folha** informou no sábado, desistiu de propor ao Congresso qualquer modificação nas regras da tradicional aplicação.

Nem mesmo a segunda versão da proposta anunciada pelo Executivo, de taxar em 22,5% do Imposto de Renda o que ultrapassasse R$ 50 mil nas cadernetas, convenceu o Planalto. Prevaleceu a tolerância zero do governo perante qualquer iniciativa que possa lhe trazer desgaste político no ano eleitoral de 2010.

Na verdade, a aceleração da economia e o conservadorismo do Banco Central foram os fatores que tornaram as coisas mais fáceis para a "área política" do governo federal. A atividade econômica dá sinais de retomada mais cedo -e com mais vigor- do que se previa anteriormente. O BC distribui mensagens cifradas aos agentes no sentido de que pode, brevemente, voltar a elevar os juros básicos, embora não haja indício de elevação inflacionária.

Afasta-se, assim, do cenário de curto prazo a possibilidade de novas reduções da Selic, hoje em 8,75% ao ano. Era exatamente essa perspectiva, agora superada, que compelia as autoridades a encaminharem uma solução que diminuísse a atratividade da caderneta de poupança.

Para as pretensões eleitorais do governo, a mudança de expectativas ***cai como uma luva***, pois a oposição já ameaçava explorar, demagogicamente, o assunto.

Fixada em 6,14% ao ano, mais a variação da chamada TR (uma combinação de taxas de mercado), a remuneração da poupança constitui um piso para a diminuição dos juros básicos. Juros básicos, por definição, são os menores praticados num país -se outras aplicações começam a competir com a Selic, a política monetária perde o seu principal instrumento, e a economia fica sujeita a uma série de distorções.

Se a economia brasileira entrou na rota do desenvolvimento duradouro, o tema da caderneta voltará mais à frente. Ele é apenas, vale lembrar, um capítulo a integrar o acervo de regras anacrônicas que engessam a modernização da economia, como a remuneração do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

O governo Lula transferiu a ***"batata quente"*** para o seu sucessor, mas reluta em admitir que está diante de um novo dilema para a gestão de curto prazo da economia. Está em curso uma revisão frenética de todos os parâmetros e expectativas da economia -outro

dia orientados para uma recessão; agora para a expansão acelerada. A exceção são os gastos públicos, que continuam em escalada, como se a economia já não dispensasse estímulos oficiais para crescer.

O momento é de pisar no freio da gastança e ampliar de novo a poupança do governo, o chamado superavit primário, que está à míngua. Já não se trata de defender a medida a fim de conter o endividamento público, aspecto da gestão econômica que melhorou. O que está em jogo é a capacidade da economia de sustentar taxas elevadas de crescimento pelos próximos anos.

Aumentar depressa a poupança fiscal é o meio mais indicado de combater as ameaças urgentes: dos riscos de valorização excessiva do câmbio aos de elevação desnecessária de inflação e juros. Sem contar a tendência, esta talvez mais preocupante, de manutenção da asfixiante e mal distribuída carga tributária.

Acesso em: 13 out. 09 10h53
http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1310200901.htm

Anexo 11

El Koyote y el Correcaminos

12/09/10 Por Alejandro Borensztein. Arquitecto y Productor de TV

Etiquetas

- Humor político

Compañera Jefa, me parece que a esta altura, todo lo relacionado con la estrategia política debo discutirlo con usted porque, a la luz de los últimos resultados, sospecho que tiene mucha más muñeca que el Compañero Jefe.

Eso si, reconozco que, cuando se trata de negociar la venta o el alquiler de esta página, debo hacerlo con el Jefe. Evidentemente, **la guita la maneja él, y los gritos los pega usted** . Como en casi todos los matrimonios.

Como usted sabe, yo los quiero ayudar en este plan de llegar a la vejez en la Rosada. En primer lugar, porque soy un profesional y para eso el Compañero Jefe alquila esta página. Y segundo, porque ustedes son rebuznos y se lo merecen.

Veamos como viene la milonga.

Hasta hace un mes, andábamos fenómeno.

La gente estaba optimista; Lilita pateaba el tablero del Acuerdo Cívico; Macri sin tono y enredado con los cables; Solá y Duhalde distanciados; Reutemann, sin abrir la boca, como siempre; Cobos … bueno, Cobos también como siempre; Pino obsesionado con la mica, el cuarzo y el feldespato; y usted misma, mucho más cerca de la ternura y mucho más lejos de Cruela De Vil. En síntesis, **el escenario perfecto y las encuestas en ascenso.**

De repente, vaya uno a saber porque, un buen día el gobierno se levanta a la mañana y decide que es un excelente momento para tirarse abajo del tren . Aparecen los guantes de box, el destrato a un millón de usuarios de internet, se tragan el bache con Papel Prensa y otra vez a la banquina. Después viene la parte del estribillo de esta milonga, que es cuando la oposición enloquece porque ve que el gobierno está mal y todos sienten que pueden ganarle, como a Boca. Es ahí cuando se empiezan a pelear entre ellos como locos, porque cada uno piensa que está a un paso de la presidencia. Acto seguido, la sociedad los mira y dice: " ¿estos son los opositores que quieren reemplazar a los Kirchner?" Y ahí es cuando el gobierno, que estaba en la cuneta tapado por un matorral de soja, se pone de pié y vuelve a remontar la situación. Por 8 o 10 días, máximo. Nunca dura más que eso porque, cuando el gobierno empieza a sentir nuevamente el vientito en la camiseta, se envalentona, acelera, organizan la pelotudez del mes y otra vez se caen en la banquina . Y ahí los vuelve a pasar la oposición, eufórica, haciéndole trompetita y ***corte de mangas***. Así transcurren los meses,

alegremente. Si la estrategia es esta, Compañera Jefa, el 2011 nos va a encontrar unidos, mirando el glaciar y muy lejos de la Rosada.

La pregunta del millón es: ¿Por qué hacemos esto? ¿Es torpeza? ¿Vocación autodestructiva? Nadie lo entiende.

Ni los analistas políticos, ni la oposición, ni la propia tropa kirchnerista (no lo dicen publicamemente, pero también viven angustiados por lo que hacemos). Creo que tengo la respuesta. Aquí va.

¿Usted se acuerda del dibujito animado "el coyote y el correcaminos"? A mi me encantaba. Por ejemplo, el coyote preparaba una roca redonda gigantesca que le iba a tirar al correcaminos. Pero cuando este se acercaba a toda velocidad, la piedra se atoraba. El coyote se ponía abajo de la piedra para destrabarla y la roca empezaba a rodar y lo pasaba por arriba. ¿Cómo terminaba el gag? El correcaminos pasaba de vuelta con su tradicional sonido: "beep beep". Esto se repetía con el coyote atado a un cohete ACME para alcanzarlo, o con la boca de un túnel falsa dibujada contra la montaña que el correcaminos atravesaba sin problemas, y cuando el coyote se asomaba a ver qué había pasado, venía el tren y se lo llevaba puesto. O el tradicional chiste del precipicio. ¿Cuántas veces lo vimos? ¡Miles! ¿ Sabe cuál es mi conclusión? Se lo digo con todo respeto: ¡el coyote es … Néstor! Y si no me cree, revisemos.

La 125 se la quisimos meter de prepo. El Jefe, en lugar de maniobrar con inteligencia, puso la roca redonda para aplastar a los ruralistas, se le trabó en el Senado y nos terminó aplastando a nosotros. Conclusión: "beep beep".

Otra: adelantamos las elecciones e inventamos las listas testimoniales creyendo que con eso le sacábamos varios cuerpos a De Narváez. El Jefe se ató al cohete ACME y cuando estaba por dejar atrás al Colorado, se incrustó en el tronco de un árbol. Otra vez: "beep beep".

¿Quiere otra? Redrado . Lo quisimos empujar al precipicio con el viejo truco de pintar un telón con la ruta dibujada, para que el tipo se trague el engaño y caiga al vacío. Pero el tipo frenó a tiempo, porque el telón que le puso el Jefe era marca … ¡¡ACME! Conclusión: no solo no se cayó al vacío, sino que nos emputeció el verano. No era ni Obama, ni Churchill ¡¡Era Redrado! Y sin embrago nos hizo bailar todo enero. O sea: "beep beep".

Le regalo otra: Fibertel.

Le complicamos la vida a un millón de tipos avisando que le pusimos un cartucho de dinamita a la empresa (por supuesto marca ACME). La mecha se apagó y cuando nos acercamos a ver que había pasado. ¡Boom! Se nos chamuscó el Jefe. ¡Cuántas veces vimos ese capítulo! Vamos, everybody: "beep beep".

Hay muchos ejemplos más.

Para colmo, mientras el coyote viaja atado al cohete, distraemos a la gente de un montón de errores que comete la oposición y que podríamos capitalizar para quedarnos en la Rosada hasta el 2030. ¿A quién se le ocurrió armar todos los bolonquis que

armamos esta última quincena, justo cuando los estudiantes tomaban las escuelas, y al mismo tiempo, en la Legislatura lo volvían loco al Compañero Mauri? Por más que los chicos hubiesen tomado la Bastilla francesa, ninguna noticia podía haber sido más importante que un millón de usuarios de Fibertel puteando como locos, porque los obligan a cambiar de servidor en los próximos 5 minutos. ¿Quién pensó esto? ¿Los de ACME? ¿Es este un permanente error de cálculo? ¿Un extraño espíritu autodestructivo? No sé. Yo creo que ustedes están convencidos que las transformaciones se logran operando en el conflicto . O sea, la 125, por dar un ejemplo, había que pelearla a muerte y de prepo, porque conversando no había manera. Yo, humildemente disiento. Creo que es un pensamiento antiguo. No estamos en 1970, sino en 2010 y me parece que las transformaciones no se logran en el conflicto, sino en el consenso.

El mundo moderno lo demuestra y la gente así lo demanda.

Por ahora, mantenemos las chances electorales porque del otro lado, también están en el conflicto. Entre ellos, pero en el conflicto. En cuanto se consoliden dos o tres candidatos concretos y elaboren los consensos, si nosotros no cambiamos la estrategia, lo único que vamos a conseguir es que el correcaminos nos pase a toda velocidad y nos deje dando trompos. No se me ponga nerviosa ni me llore, pero algo se escucha a los lejos: “beep beep”.

Antes de terminar la nota, quiero avisarle que la semana que viene cerramos la página por refacciones. Pero reabrimos el domingo 26. Dígale al Compañero Jefe que no se la pierda. Le va a encantar.

Para que no me extrañe, le dejo una frase que me dijo un amigo: “el kirchnerismo está convencido de que va a llevar a los argentinos al paraíso”. Pero por favor, que no sea a patadas en el orto.

Acesso em: 14 set. 10 00h06
http://www.clarin.com/politica/Koyote-Correcaminos_0_334166701.html

Anexo 12

ELIANE CANTANHÊDE

Enigma

BRASÍLIA - Com a eleição caminhando para um desfecho já no primeiro turno, Dilma Rousseff precisa explicitar o que pretende fazer no seu governo e se irá ou não implementar o tal "projeto político" do PT alardeado por José Dirceu.

A campanha de Dilma entregou ao TSE um programa "hard" pela manhã, se arrependeu e trocou por um programa "light" à tarde. Seria um dos dois o projeto a que Dirceu se refere? Não se sabe, como não se sabe quais são as reais intenções de Dilma e até onde ela irá com a ame-aça de "controle social" da mídia.

Numa livre tradução, Dirceu disse que agora, sim, o PT vai mandar, fazer e acontecer. Deixou claro que Lula e sua imensa popularidade foram só um meio para chegar a um fim, como se esses oito anos fossem um aquecimento para a implantação do projeto real. Ok. Mas qual é ele? Por que ninguém pode falar? E por que nós não podemos saber?

Caso Dilma seja eleita, terá ***os ventos a favor*** na economia, o Congresso às suas ordens e poderá usar e abusar de seus poderes, baixando o centralismo democrático para (ou contra) a imprensa, a área militar e os costumes. Bem faria se deixasse bem claro quais são os seus planos.

Também não está claro como tratará a questão ética. Ou será que está? Sob Lula, houve quatro escândalos no coração do poder: depois de Waldomiro achacando bicheiro, o primeiro ministro foi parar no STF como "chefe de quadrilha", a segunda patrocinou dossiê contra ex-presidente e a terceira montou um time caseiro de craques em cobrar "taxa de êxito" de empresários.

O passado condena, sem haver compromissos para o futuro. Qual será o padrão ético do novo governo? O que o PT na oposição pregou contra Collor ou o que o PT no poder praticou com suas Erenices?

Após a eleição, bandeiras e programas vão para o lixo. A melhor pista do que vai sobrar é a de Dirceu: vem aí o "projeto político" do PT, seja lá o que isso signifique. Depois ninguém entende por que boa fatia do eleitorado está tão tiririca.

Acesso 20 set. 10 15h 07 http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1909201004.htm

Anexo 13

Sin aire de cambios en la conducción del Central

10/09/10 La autoridad monetaria seguiría en manos de Mercedes Marcó del Pont, a pesar de las maniobras del Ministerio de Economía destinadas a imponer otra dirección.

PorMarcelo Bonelli

Mercedes Marcó del Pont continuará al frente del Banco Central después de que se cumpla, a fin de mes, su mandato. Así lo habría decidido, en principio, la presidenta Cristina Kirchner en los últimos días. "No vamos a hacer cambios ahora", le comunicó la Presidenta a la cúpula de la autoridad monetaria. Ocurrió en medio de las Jornadas Monetarias y el anunció no se hizo público por algunos desajustes ocurridos en la presentación de Cristina Kirchner.

Así **Clarín** lo confirmó en la Casa Rosada, donde también se dice que a cargo de la vicepresidencia seguirá Miguel Pesce. La Presidenta habría tomado la determinación para no generar turbulencias en un área sensible de la economía y en momentos de tranquilidad del dólar, aumento de los depósitos y casi nula salida de capitales. También **ayudó la actitud de Mercedes Marcó del Pont y de Miguel Pesce, que dieron en las últimas jornadas señales de total alineamiento con la Quinta de Olivos.**

La Presidenta elevaría los pliegos al Senado el 23 de septiembre para renovar ambos mandatos por 6 años, pero **proyecta otra solución: que la Comisión de Acuerdos no ratifique esa decisión y ambos funcionarios queden en "comisión" al frente del Banco Central hasta fines del mandato de Cristina Kirchner** . La solución no disgusta a la oposición, porque en caso de arrebatarle el poder al kirchnerismo, el año próximo podría armar una conducción leal en forma inmediata en el BCRA.

La información circuló fuerte entre los banqueros. Mario Vicens se la trasladó ayer a los jefes de la banca extranjera en la Argentina. Jorge Brito la hizo trascender esta semana en el plenario de banqueros locales que ADEBA realizó en La Pampa. En reuniones informales, Brito admitió: "La información de esta semana es que Marcó del Pont sigue." **Para algunos banqueros fue una mala noticia: militaron junto al ministro Amado Boudou para desplazar a la economista desarrollista del Banco Central.**

Boudou igual decidió continuar socavando a la cúpula de la autoridad monetaria. Le comunicó a su propia tropa que hay chances de torcer la decisión hasta la misma noche del miércoles 22 de septiembre.

Fue el ministro el que lanzó la versión a los financistas de ADEBA de que la Presidenta iba a anunciar la continuidad de Marcó del Pont, pero que algunas diferencias de último momento –entre ambas– hicieron que eso no ocurriera en las Jornadas Monetarias. El problema central que tiene Boudou es la ausencia de colaboradores de peso para proponer como relevo de Marcó del Pont. La falta de profesionalismo y de impericia le

provocan otro traspié al equipo económico, con la emisión de los nuevos bonos de la deuda.

Para Boudou, el candidato a dirigir el Central era Sergio Chodos, pero su nombre no superó los filtros de Olivos. Boudou exploró sin éxito la posibilidad de Guillermo Nielsen y **terminó sugiriendo a una archienemiga de Marcó del Pont** : la vicepresidenta segunda del BCRA Gabriela Ciganotto. Ahora **se alió para propiciar el nombramiento de Juan Fábrega** . La jugada fue auspiciada por su viceministro, porque Roberto Feletti aspira a tomar el control del Banco Nación, desplazando a Fábrega.

Pero Fábrega cortó rápido la operación del Palacio de Hacienda . Intimo amigo de Néstor Kirchner, se reunió con el financista Norberto Peruzotti y le comunicó: "No soy candidato. Yo me quedo en el Banco Nación." Obstinado en estas dos semanas, **igual Boudou dará pelea.**

Para eso dejó trascender que el aval que Marcó del Pont tiene de la Presidenta no es compartido totalmente por el ex presidente. En sus tertulias íntimas con banqueros, **insiste que Néstor Kirchner no le perdona ciertos gestos de "autonomía" y que Marcó del Pont respalde a funcionarios que no gozan de la simpatía de Olivos** . Se refiere a Carlos Weitz, el principal asesor monetario de la titular del BCRA. Boudou busca aliados, porque está inquieto por los recortes que sufrió la estructura del Palacio de Hacienda. No sólo la Presidenta no lo escucha en su ambición de controlar el BCRA, sino que Cristina Kirchner no aprobó la sugerencia de pasar al área de Boudou la Oficina de Inversiones. Para colmo, ahora Alfredo Mac Laughlin fue designado para manejar un tema que quería concentrar Boudou: la negociación con el FMI y el Club de París. La situación generó una reacción del ministro: **frente a su desplazamiento, salió a desautorizar las conversaciones informales de Mac Laughlin para normalizar la relación con el Fondo Monetario y el Club de París.**

También se negó a firmar una resolución administrativa para darle a Mac Laughlin la coordinación financiera de la Argentina en Washington.

Ayer **el Banco Barclays –al cual el ministro le dio el negocio del canje de deuda– emitió un informe reservado** que elaboró Guillermo Mondino en el cual se sostiene: "No creemos que haya una revisión del Articulo IV con el FMI. Hablar del tema busca sólo ganar tiempo y enfrentar las críticas del mundo financiero en la próxima asamblea del Fondo." Marcó del Pont hizo todo lo necesario para aceitar su designación. Evitó entrar en la pelea que le propusieron en forma conjunta los banqueros y Boudou. Pero también ***se "tragó" un duro sapo político.*** Se conoce su rechazo a la forma como Guillermo Moreno maneja la estadística oficial. Esta semana en el Senado podría haber gambeteado la pregunta de Gerardo Morales sobre el INDEC. El BCRA tiene un departamento estadístico prestigioso y confiable que es utilizado para elaborar sus políticas. Pero no fue ingenua: aprovechó la embestida para alinearse y defender el bochorno del intervenido INDEC.

Acesso em: 14 set. 10 00h59
http://www.clarin.com/opinion/aire-cambios-conduccion-Central_0_332966789.html

Anexo 14

CARLOS HEITOR CONY

Magistrado

RIO DE JANEIRO - Absoluta legalidade, mas discutível oportunidade. Espera-se de um presidente da República, entre outras qualidades necessárias, que ele seja realmente o primeiro magistrado da nação, com tudo o que implica a noção de um magistrado, ou seja, equidistância nas disputas internas e a consciência de que é presidente em igualdade de condições para todos os cidadãos do país.

Acontece que os presidentes, quando não podem continuar no poder por dispositivo constitucional ou por esvaziamento político, assumem como ponto de honra a obrigação de fazer o sucessor.

Em alguns casos ***engolem os seus sapos***, como Juscelino Kubitschek engoliu a candidatura do marechal Lott e perdeu para Jânio Quadros. O próprio FHC não conseguiu emplacar o seu correligionário e passou a faixa presidencial para Lula. Coisas.

Não se pode negar a um político, mesmo na condição de presidente, o direito de ter o seu partido, o seu candidato, o interesse na continuação administrativa de seu governo. Seria esse o caso de Lula. Como petista categorizado, apoiaria a companheira de partido e de governo. Acontece que o apoio de Lula a Dilma transcendeu ao simples apoio político e passou a ser eminentemente eleitoral.

Inclusive entrando nas brigas e nas fofocas da campanha. Com sua retumbante taxa de aprovação popular, ele se sente à vontade para, nos palanques e na televisão, na condição de simples cidadão, não apenas exaltar as qualidades de sua candidata mas entrar na briga de foice da campanha, como se fosse um cabo eleitoral sem outro compromisso que não o da vitória acima de tudo.

Acho que ganhará mais uma vez a disputa em que se meteu. Mas estranho e lamento sua intervenção espalhafatosa na atual campanha eleitoral.

Acesso em: 20 set. 10 12h54 http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1209201005.htm

Anexo 15

¿AZUCAR O SACARINA?

Hoy es un día de celebración para la familia kirchnerista

Julio Blanck. jblanck@clarin.com

Hoy, Día de la Madre, las familias se reúnen para celebrarlas y celebrarse. Por eso, en este espacio que es de homenaje y reconocimiento, pretendemos destacar a quienes, aun en un menester tan áspero e ingrato como la política, dan señales inequívocas de su apego a los valores familiares.

Vaya nuestra reverencia, entonces, a la familia de Miguel Pichetto, bravo jefe de los senadores kirchneristas, que festeja el conchabo que el joven Juan Manuel consiguió como director de Aluar. Pichetto (h) fue nombrado representante del Estado en el directorio de esa empresa, valuada en 2.000 millones de dólares y la única que produce aluminio en el país. El Estado es dueño del 10% de la compañía, porque heredó la parte que tenían las AFJP. Menudo gigante deberá enfrentar el muchacho, quien con toda seguridad tiene aquilatados méritos para el cargo, además de ser hijo de su padre, un hombre de extrema confianza y utilidad para la Señora Presidenta, que también es madre.

Pichetto (h), que ya fue funcionario del Banco Central, forma parte de una pujante agrupación denominada Generación Federal, fundada en cuanto Néstor le cedió el gobierno a Cristina.

El referente de esta joven asociación es otro hijo: Pablo Das Neves, heredero de Mario, el gobernador del Chubut que dice querer ser presidente y que acostumbra ***lanzar rayos y centellas*** sobre el matrimonio Kirchner, aunque después sus legisladores votan obedientes lo que ordenan desde Olivos. De cualquier modo, el joven Das Neves ya aclaró que no tiene nada que ver con La Cámpora, corriente que se referencia con otro hijo, Máximo Kirchner.

En la plantilla de Generación Federal figuran también Francisco Cafiero (nieto de Antonio), Inés Iribarne (hija de Alberto, ex ministro de Justicia) y Santiago Lamberto (hijo de Oscar, que fue varias veces diputado).

Pero no todos los hijos del kirchnerismo están allí. Ni es imprescindible esa pertenencia para aspirar a un buen cargo.

Ahí está el caso de Mariano Recalde, hijo crecidito de Héctor, que es abogado, diputado y mano derecha de Hugo Moyano. Mariano, también abogado, dirigente estudiantil en sus tiempos, asesor de sindicatos, frustrado candidato a legislador porteño en junio, recibió la gracia de la Presidenta, quien lo puso al frente de Aerolíneas Argentinas. Y allí está, al frente de ese monstruo convulsionado por internas, malos negocios y corruptelas, que necesitó que el Estado lo sostenga con 1.670 millones de pesos en lo

que va del año y que recién en cinco años, si todo va fenómeno, podría volver a dar ganancias. Tampoco hay dudas sobre la idoneidad del joven Recalde para conducir la empresa. Su condición de hijo debe funcionar, en todo caso, como el certificado de lealtad que para los Kirchner importa más que nada en el mundo.

También es hijo Mauricio Mazzón, hasta hace poco director de Papel Prensa en representación del Estado. El papá de Mauricio es Juan Carlos, operador incansable que ha servido con eficacia a diversos gobiernos peronistas. Una fiera del toma y daca político el Mazzón padre. El hijo se fue de Papel Prensa, fabricante del estratégico papel de diario, después que el tierno Guillermo Moreno le pegó una apretada de aquellas a los directores estatales para que empujaran a la empresa hasta el borde del abismo y dejarla servida en bandeja para la expropiación.

La Real Academia Española define como nepotismo a la "desmedida preferencia que algunos dan a sus parientes para las concesiones o empleos públicos". Pero, aun en un país que ha visto más de una vez el traspaso presidencial entre esposos, sería un exceso calificar los hechos aquí mencionados como nepóticos. Digamos, con más indulgencia, que se trata apenas del legítimo interés de cualquier padre y madre de ayudar a sus hijos a encaminarse en la vida.

Alguien podrá decir que el desarrollo de estos muchachos se paga con plata que es de todos. Pero ese es mal de muchos, y por lo tanto consuelo nuestro.

Allí están los revuelos que afronta el presidente francés Nicolás Sarkozy por haber nombrado a su hijo Jean, de 23 años, irregular estudiante de Derecho, al frente de un poderoso organismo oficial. Los franceses, tan finos, le pusieron una sonrisa al desatino: cuatro jóvenes desocupados se presentaron en el Palacio del Eliseo pidiendo ser adoptados por Sarkozy.

Acá, en cambio, nos la pasamos discutiendo por la forma en que los kirchneristas usan como propio lo que es público, o sea que es de todos.

Pero hoy es un día para las madres y la familia. Haya paz. Y no hablemos de política.

Acesso em: 20 out. 09 12h23
http://www.clarin.com/suplementos/zona/2009/10/18/z-02021188.htm

Anexo 16

El reto de Kirchner, la cara de Scioli y los misterios de la vida

12/09/10 Por Julio Blanck

Es algo para no perderse. Si no lo vio, búsquelo en Internet, en YouTube, en Google, donde sea. Pero no se lo pierda. Fue la imagen política más fuerte de la semana.

El reto ácido, envuelto en un mal maquillado tono amistoso, con el que Néstor Kirchner le refregó el jueves, a Daniel Scioli, la osadía de haber dicho que tenía las manos atadas en la lucha contra la inseguridad y no haber exculpado de inmediato al Gobierno de esa atadura supuesta. El **latigazo de Kirchner en la cara de Scioli y la cara de Scioli, memorable** , inmutable, labios apretados, gesto de no puedo creer que me esté diciendo esto pero me voy a quedar callado.

Kirchner le reclamó a Scioli que dijera quién le ata las manos, que hiciera nombres y apellidos porque después vienen los malentendidos. Sólo que **nadie había entendido mal** de qué hablaba Scioli cuando le dijo lo que le dijo al desolado esposo de Carolina Píparo, la chica embarazada que perdió su bebé baleada en una salidera bancaria.

Misterio de la vida, subordinación emocional o estrategia tan sutil que cuesta entenderla, Scioli hizo decir después por sus allegados que entendía que **Kirchner lo había respaldado** en su política contra la inseguridad.

Increíble . Pero no importaba que fuera creíble, Scioli consideró que era lo que había que decir para mantener esa extraña relación en la que ***él pone la cara y Kirchner los cachetazos*** .

Los astutos intendentes bonaerenses que estaban en el acto del jueves, según lo que trascendió, **no se llevaron una imagen demasiado favorecida de su gobernador** .

Enseguida los funcionarios de Scioli empezaron a explicar que **las manos se las ataban los jueces** que dejaban salir fácil a los delincuentes. Otros allegados recordaron que la reacción de Scioli había sido similar cuando, siendo vicepresidente y encabezando una sesión del Senado, fue **maltratado delante de todos por la senadora Cristina Fernández de Kirchner** . Ahí también aguantó con la boca cerrada y siguió dándole para adelante.

Scioli está convencido de que esa **curiosa forma de lealtad** paga buenos dividendos en la política. Su trayectoria parece darle, al menos en parte, la razón. Estuvo con todos y nunca abandonó a nadie, ni aun en la desgracia. Y **jamás abjuró de sus alineamientos anteriores** .

Aún hoy habla bien de **Carlos Menem** que lo introdujo en la política, de **Adolfo Rodríguez Saá** que lo puso en su fugaz gabinete presidencial, de **Eduardo Duhalde** que lo hizo candidato a vicepresidente, de **Néstor Kirchner** que lo llevó al poder y

después lo usó electoralmente cada vez que pudo; con suerte como en 2007 cuando lo hizo gobernador, o sin ella como en 2009 cuando le colgó la mochila de candidato testimonial y lo llevó a hundirse junto a él.

La diferencia, ahora, es que irritado porque **la inseguridad le provoca una erosión constante** que registran las encuestas, Kirchner lo maltrata.

Lo hace porque lo sabe incapaz a Scioli de responderle de forma destemplada, o de responderle siquiera. O porque **lo quiere tener cortito, dominado, porque quizás en realidad le teme** a su popularidad transversal e incombustible, o le envidia esa capacidad para sobrenadar siempre en lo alto de las encuestas sin entrar en escaramuzas con casi nadie.

En ejercicio de ese control, a Scioli lo ***pusieron a poner la cara*** en cuanto emprendimiento belicoso encare el kirchnerismo, con Cristina o con Néstor. Siempre Scioli al lado, siempre en la foto, para que conste en actas que él estaba allí, para **que no sueñe con despegarse** aunque el gesto imperturbable, los labios apretados, la cara de ya saben qué, sea la imagen constante cada vez que lo llevan a esas puestas en escena.

Scioli ha sido hasta aquí, por acción o por omisión, un socio ideal y cómodo para los Kirchner. Siempre listo, funcional a lo que fuera, sin una queja en público. Ni en privado, de **tan prudente** que es.

El último sondeo nacional de **Poliarquía** , una de las muy pocas consultoras que mantienen confiabilidad en los datos que difunden, muestra a Scioli como el segundo político con mejor imagen del país: llega a 42%, contra 46% de Ricardo Alfonsín. Y en un ensayo de escenarios presidenciales hipotéticos, proyectando la intención de voto Scioli llegaría hoy al 29% y Kirchner, por su lado, al 27%.

Así es más fácil entender por qué a Kirchner ***se le suelta la cadena*** con Scioli.

Menos sencillo es entender que Scioli, con semejante capital propio, **acepte resignado** este que, por ahora, parece ser su destino.

Acesso em: 13set. 10 16h56
http://www.clarin.com/zona/Kirchner-cara-Scioli-misterios-vida_0_334166720.html

Anexo 17

ELIANE CANTANHÊDE

Dilma, a verde

BRASÍLIA - Katerine Mendes, de São Paulo, não estava sozinha ao abrir o "Painel do Leitor" de ontem com sua perplexidade diante da escolha de Dilma Rousseff para chefiar a delegação brasileira à Conferência do Clima em Copenhague.

Órgãos e entidades ambientalistas estão igualmente perplexos.

Dilma tem muitas qualidades, mas se há uma que ela definitivamente não tem é essa: não entende nada da questão climática. Aliás, não entende e até despreza.

Ela sempre se opôs a uma agenda ambiental, passou o PAC por cima da Amazônia, impôs a Marina Silva as suas maiores e mais doídas derrotas enquanto ministra do Meio Ambiente. Não é exagero dizer que Marina enfrentou muitos e poderosos adversários no governo, mas que saiu, tanto do cargo como do PT, depois ***de bater de frente*** várias vezes com Dilma.

O sucessor de Marina, Carlos Minc, também não tem vida fácil. E está polarizando com os "pragmáticos", Dilma à frente, nas discussões sobre Copenhague, para onde o governo, por ora, voa dividido. Minc defende uma meta de 40% na redução nos gases-estufa até 2020 em relação à trajetória de emissões do Brasil. Já Dilma quer mudar o cálculo da própria trajetória, reduzindo o esforço de corte. Além de deixar a agropecuária de fora.

Se não é do ramo, se não gosta do tema, se vai sempre ***na contramão*** dos experts em nome do "progresso", por que então Dilma será a chefona da delegação brasileira? A resposta é simples. Basta olhar, por analogia, a escolha de Toffoli para o Supremo: ele tinha inúmeras desvantagens e nenhum atributo formal para o cargo, mas... Lula quis.

Os holofotes de todo o mundo estarão em Copenhague, e Lula está menos interessado na chatice de carbono no ambiente e mais em aproveitar para lançar sua candidata no ambiente internacional. Dilma, porém, tem de ajustar o discurso e a maquiagem. Até porque Marina também vai estar lá.

Acesso em: 18 nov. 09 23h33 http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2910200904.htm

Anexo 18

RUY CASTRO

Rombuda chulice

RIO DE JANEIRO - Na sexta-feira, o presidente Lula afirmou ao iG que não permitirá que "façam sacanagem com Dilma". Queria dizer, talvez, que não permitirá que as trapalhadas da ex-ministra Erenice Guerra, omitindo informações e favorecendo parentes em transações obscuras, sofram exploração eleitoral de modo a prejudicar sua candidata à Presidência, Dilma Rousseff, ex-chefa de Erenice.

Em sua simplicidade linguística, Lula não deve saber que, por maior o relaxamento da língua e dos costumes, "sacanagem" é uma rombuda chulice, imprópria na boca de um presidente da República. Até os anos 70, "fazer sacanagem" significava... "fazer sacanagem". Não era uma expressão aceitável sequer em jornal -nem o "Pasquim" a usava-, quanto mais na presença de senhoras. Exceto, claro, em situações de extrema intimidade com as ditas senhoras.

Tudo bem, a língua acompanha os costumes e, com o tempo, as palavras perdem ou ganham conteúdos. Na primeira metade do século 20, não se chamava ninguém de "chato", mesmo que o alguém em questão ***fosse chatérrimo e usasse galocha.*** Chato era apenas aquele piolho chegado às virilhas. Um sujeito chato era um sujeito "cacete", veja só, e nenhuma mulher se ruborizava ao ouvir esta palavra.

"Sacanagem" foi uma das últimas expressões do chulo a ganhar ingresso na língua de salão. Hoje, seu sentido original só conserva um certo eco para os maiores de 60 ou 70 anos. Mas, até em consideração a estes, deveria continuar interditado em alguns círculos. Não é algo que um presidente devesse dizer ao microfone, ainda mais para se referir a uma mulher. Revela grossura. Mas, se há uma coisa pela qual Lula nunca quis se passar foi fino, não?

A "sacanagem" com Dilma já foi feita - por sua auxiliar de confiança, Erenice Guerra. Ou, então, a sacanagem está em ter se deixado apanhar.

Acesso em: 20 set. 10 15h34
http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2009201005.htm

Anexo 19

ELIANE CANTANHÊDE

Política e bruxaria

BRASÍLIA - Afinal de contas, quem venceu o primeiro turno?

Dilma ganhou porque ganhou mesmo. Teve 14,3 pontos a mais, quando a regra diz que quem vence o primeiro turno vence o segundo e está virtualmente eleito.

Mas Dilma também perdeu, e muito, porque ela e Lula cantaram vitória antes da hora e houve uma reversão de expectativas. Isso suscita uma série de lugares-comuns, como: Dilma ***caiu do cavalo***, a candidata ***tropeçou no salto alto***, ou ***a onda morreu na praia.***

São expressões que "colam", porque carimbam o resultado e se disseminam como se fossem uma tendência. Principalmente combinadas à postura de Dilma no segundo turno: voz cansada, olheiras profundas, parecendo menos otimista, até um tanto descomposta, cercada de gente sorumbática. E sem Lula à vista.

Com Serra, ocorreu o oposto: ele ganhou porque passou a maior parte da campanha ***engolindo sapos*** e nossa insistente previsão de que estava morto e ***ressurgiu das cinzas*** para o segundo turno.

Daí porque o contraste: Dilma, com 46,9%, reapareceu com ar derrotado; Serra, com apenas 32,6%, comemorou como se eleito estivesse, cercado de amigos sorridentes e com ar confiante -aliás, como nunca se vira nesta campanha.

Mas Serra "perdeu perdendo", como disse Marina Silva às vésperas do dia 3, porque entra na reta final em forte desvantagem numérica e de condições. Dilma saiu do primeiro e entrou no segundo turno com mais partidos, mais dinheiro, a máquina e gente fazendo sua campanha por toda a parte.

O jogo só empata agora no quesito TV e rádio, pois os dois candidatos passam a ter um tempo igual. Mas, se os programas são fundamentais e consolidam imagens e discurso, não fazem mágica.

Mágica, só com política, articulação e sobretudo vontade. E, como se tem visto na prática, uma boa dose de bruxaria ajuda um bocado.

elianec@uol.com.br

Acesso em: 08 out. 10 00h27
http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0710201004.htm

Anexo 20

Resistir el archivo

02/09/10 Por Ricardo Roa - EDITOR GENERAL ADJUNTO DE CLARIN

- Del editor al lector

Al fin había una oportunidad para atacar el drama de la inseguridad. O al menos un punto bien caliente: el de las salideras bancarias. La cita era en Diputados para discutir cómo mejorar los controles en las entidades. **Y el oficialismo se ocupó de que eso fracasara** .

El presidente K de la Cámara no esperó a que la oposición consiguiera el quórum: levantó la sesión no bien se cumplieron los 40 minutos reglamentarios. Cuando al Gobierno le interesa un tema **la chicharra puede sonar horas y el oficialismo sigue en sus bancas.**

Ayer pasó lo contrario.

Hay dos explicaciones: o al kirchnerismo la inseguridad le interesa sólo ***de la boca para afuera*** o temía exponerse a un debate en el que le iban a **faltar respuestas y sobrar contradicciones**. Esas contradicciones ***saltan por todos lados***:

- El jefe de Gabinete ha dicho que la inseguridad es "**para nosotros una tarea cotidiana"** . Al menos ayer **dejó de serla** . Y justo cuando el Congreso iba a discutir, por primera vez, un proyecto sobre salideras que se disparó por el ataque a Carolina Píparo y la muerte de su hijo.

- Aníbal Fernández dijo que "volvimos a una **condición óptima** para prevenir el delito". En el mes posterior al ataque a Píparo, la Policía detuvo a todos los sospechosos **en sólo 2 de 53 casos** .

- También afirmó que desde que se hizo cargo de las fuerzas de seguridad "**se dio vuelta el robo de autos**". Esta vez lo desmintió el propio ministro de Seguridad bonaerense: Casal reveló que **más del 10% de los autos que se venden son robados.**

En el mismo doble discurso está entrampado Scioli. Del archivo más reciente: "**Tiene que haber consensos y tenemos que unirnos frente a este flagelo**", proclamó. Ni consenso ni unión: ayer **no hubo un solo diputado propio para votar la ley**.

Al flagelo lo seguiremos atacando con palabras.

Acesso em: 02 set. 10 11h28 http://www.clarin.com/opinion/Resistir-archivo_0_328167186.html

Anexo 21

Calefacción y política

07/09/10 Por Pablo Sigal

- Punto de vista

Veintisiete días, de los 180 del calendario escolar, cumple hoy la disputa. Lo que empezó como un reclamo de calefacción y techos sanos en algunos colegios se politizó y, en el medio, se perdieron muchas jornadas de clase. La pregunta es por qué aquel "reclamo" inicial se transformó en "disputa". Demonizar la política suena reduccionista. Es negar los flancos vulnerables que deja el Estado como ***caldo de cultivo*** para que voces "incómodas" logren un lugar de consenso entre los alumnos. Ahora, ni las detalladas respuestas oficiales parecen poder frenar la bola de nieve.

Acesso em: 07 set. 10 22h51
http://www.clarin.com/sociedad/educacion/Calefaccion-politica_0_331166968.html

Anexo 22

Importaciones, nada es como parece

12/09/10 Por Silvia Naishtat

- El Color Del Dinero

En la próxima Navidad los empleados de Volkswagen recibirán un set de termo con jarritos de acero traído desde China. Claro que con un año de demora. Esas 7.000 cajas llegaron puntualmente al puerto de Buenos Aires en setiembre de 2009 y descansaron varios meses en la Aduana, sin que nadie supiera explicar bien el motivo. Los ejecutivos de la automotriz tuvieron que recurrir entonces a una heladerita, de las que se llevan a la playa, para salir del paso y entregar el esperado regalo de fin de año al personal.

Como si se tratara de un pase de magia, **hoy hay más agilidad con los productos importados,** aunque los distribuidores descubrieron algunos trucos para sostener su negocio. Las empresas deciden este mes los obsequios de fin de año y en un esmerado ejercicio, Hernán Bernachia, de Branding, dedicada a esas acciones, se inclinó por llaveros con dispositivos para el autotest de alcoholemia, pisa papeles didácticos con forma de corazón o rodillas, o MP3; que no están interdictos.

Desde que el secretario Guillermo Moreno ***cerró el grifo,*** en marzo del año pasado, y presionó por compromisos de sustitución, la política con los importados varió. En ese lapso, la española Zara optó por adquirir el 30% de prendas localmente y McDonald's y Burger King intercalaron juguetes de industria nacional.

Pese a que la tentación por importar es grande, porque inflación mediante, los precios domésticos superan en muchos casos a los internacionales, los que más se disciplinaron fueron los supermercados. Después de todo, **su oferta de importados no supera el 5% de lo exhibido en góndolas** .

Diego Pérez Santisteban, titular de la Cámara de Importadores, señala que en una economía que crece al 8% las importaciones deberían aumentar 30%. Y si bien en los primeros siete meses de 2010 crecieron 43%, **el alza obedece a la dinámica de dos sectores, autos y combustibles** . En este último renglón, la importación de gas trepó 100% en comparación con 2009.

Aunque ya no es lo que era, el freno a los importados tuvo un costo. China tomó nota de las restricciones y aún impide el paso del aceite de soja argentino, un negocio de US$ 2.000 millones, que sigue sin solucionarse.

Acesso em: 14 set. 10 00h11
http://www.clarin.com/politica/Importaciones-parece_0_334166700.html

Anexo 23

ELIANE CANTANHÊDE

Matando cachorro a grito

BRASÍLIA - Segundo dados macroeconômicos do IBGE, o desemprego caiu e a renda cresceu, voltando aos patamares pré-crise.

Mas, segundo dados da realidade, colhidos pela **Folha** numa quilométrica fila de inscrição de concurso no Rio, a coisa é bem feia.

São 1.400 vagas para gari. Fora tíquete alimentação, vale-transporte e plano de saúde, o salário é de R$ 486,10. O suficiente para atrair 109.193 inscritos até ontem, dos quais 45 doutores, 22 mestres, 1.026 com nível superior completo e 3.180 incompleto.

Seria uma competição injusta com os que só têm até a quarta série do ensino fundamental -o mínimo exigido para a inscrição-, não fosse a inclusão de testes como flexões abdominais e corrida, literalmente mais suados e mais úteis que títulos e canudos para uma profissão tão sofrida quanto necessária. O risco é o sujeito ou a sujeita sair com a sensação de que estudou tanto, mas nem para gari serve.

Mal tiram a beca da formatura, a engenheira corre para um concurso de fiscal da Receita, o jornalista disputa qualquer vaga em qualquer repartição pública, o administrador de empresas aceita ser digitador no Itamaraty. Advogados caem às pencas de toda parte, até de táxis e quadros de portaria.

Na posse do ministro Samuel Pinheiro Guimarães (SAE), terça-feira, Lula encheu o peito para dizer que o ProUni colocou quase o mesmo número de estudantes que as universidades federais desde elas que existem. Mas para quê?

Há muito investimento a fazer em educação, inclusive no ensino público superior e no profissionalizante, e há dúvidas sobre essa multiplicação de vagas particulares.

Enche as burras de entidades privadas e tende a frustrar profissionais com diplomas inúteis na parede da sala. Será que é assim que se melhora o IDH, a qualidade do emprego e a própria educação? PS: Ainda dá tempo. As inscrições para gari no Rio só terminam hoje.

elianec@uol.com.br

Acesso em: 18 nov. 09 17h04 http://www1.fegolha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2310200904.htm